

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
CAMPUS DE MARÍLIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS

JAQUELINE RAMPELOTI OZELIN

**PERIÓDICOS EDUCACIONAIS DA ESCOLA NORMAL DE SÃO CARLOS:
EDUCAÇÃO MORAL, CIVISMO E HIGIENE (1911-1923)**

MARÍLIA

2010

JAQUELINE RAMPELOTI OZELIN

**PERIÓDICOS EDUCACIONAIS DA ESCOLA NORMAL DE SÃO CARLOS:
EDUCAÇÃO MORAL, CIVISMO E HIGIENE (1911-1923)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: Políticas Públicas e Administração da Educação Brasileira; Linha de Pesquisa: Filosofia e História da Educação.

Orientadora: Dra. Ana Clara Bortoleto Nery.

MARÍLIA

2010

JAQUELINE RAMPELOTI OZELIN

**PERIÓDICOS EDUCACIONAIS DA ESCOLA NORMAL DE SÃO CARLOS:
EDUCAÇÃO MORAL, CIVISMO E HIGIENE (1911-1923)**

Dissertação para obtenção do título de Mestre em Educação.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: _____
Dra. Ana Clara Bortoleto Nery
UNESP – Campus de Marília

2º Examinador: _____
Dra. Maria Sylvia Simões Bueno
UNESP – Campus de Marília

3º Examinador: _____
Dra. Arilda Inês Miranda Ribeiro
UNESP – Campus de Presidente Prudente

MARÍLIA

2010

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter permitido que eu chegasse até este dia. Pelo Seu amor e fidelidade, dando-me força em todos os momentos;

aos meus pais e meu irmão pela constante disposição em ajudar-me durante todos os momentos da minha vida e principalmente pela compreensão, amor e carinho dedicados a mim;

ao meu amado noivo, Felipe, e sua família, pela compreensão, dedicação e amor expressos em gestos e palavras de incentivo.

à professora Ana Clara, minha orientadora, pela oportunidade, paciência, dedicação, apoio e incentivo durante todo o caminho percorrido desde o início de minha vida acadêmica;

às professoras Maria Sylvia Simões Bueno e Arilda Inês Miranda Ribeiro pela participação na banca examinadora desta dissertação, meu muito obrigada pela leitura criteriosa e pelas preciosas contribuições acerca desta pesquisa;

à minha querida amiga Mara, por todos os momentos que passamos. Pelas boas conversas, pela compreensão de minhas ausências e pelo companheirismo, meus afetuosos agradecimentos;

aos amigos Emerson e Leila, pelo companheirismo no trabalho e prontidão em ajudar.

aos colegas do Grupo de Estudos e Pesquisa em Administração da Educação e Formação de Educadores (GEPAEFE), especialmente aos da linha Formação do Educador: memórias e perspectivas;

aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unesp de Marília pela prontidão em fornecer informações e prestatividade em todos os momentos;

ao CNPq pela Bolsa Mestrado que muito contribuiu para a realização desta pesquisa, mesmo que usufruída por poucos meses;

aos colegas e amigos do Centro de Convivência Infantil – CCI, da Unesp de Marília, principalmente Maria Luiza Rodrigues Garcia, pelo constante apoio e incentivo.

a direção e aos funcionários da Escola Estadual Dr. Álvaro Guião, por ter-nos permitido adentrar ao Museu do Livro em busca de materiais indispensáveis para o desenvolvimento desta pesquisa.

Finalmente, a todos que não citei, mas que sempre me apoiaram e incentivaram a seguir em frente.

Que Deus os abençoe.

RESUMO

Nesta dissertação de Mestrado temos como objetivo analisar os periódicos educacionais publicados pela antiga Escola Normal de São Carlos durante o período de 1911 a 1923, privilegiando os temas educação moral, civismo e higiene com o propósito de compreender como tais temas foram apropriados pelos diretores, professores e alunos dessa escola de formação de professores, constituindo-se, assim, num conjunto de saberes necessários a esta formação. Temos como fontes principais o periódico *Excelsior!* (1911-1916), a *Revista da Escola Normal de São Carlos* (1916-1923) e o jornal *O Raio Verde* (1917-1918). O recorte temporal escolhido compreende o primeiro ano de publicação da revista *Excelsior!* (1911) e se estende até o último ano de publicação da *Revista da Escola Normal de São Carlos* (1923), englobando o período de publicação do jornal *O Raio Verde* (1917-1918). Como resultados, apresentamos a constatação de que tanto os professores quanto os alunos da Escola Normal de São Carlos viam a educação como meio eficaz para a promoção do progresso do Brasil e viam o professor como elemento fundamental para ensinar e divulgar, por meio de seus atos, os preceitos cívicos, morais e higiênicos considerados necessários para promover a unidade nacional e o soerguimento moral do país.

Palavras-chave: Escola Normal de São Carlos, educação moral, civismo, higiene, *Excelsior!*, *Revista da Escola Normal de São Carlos*, *O Raio Verde*.

ABSTRACT

In this Master Thesis we have to analyze the educational journal published by the former São Carlos Normal School during the period 1911 to 1923, focusing on issues moral education, civics and hygiene in order to understand how such themes were appropriated by the principals, teachers and students of this school teacher training, becoming thus a set of knowledge required for this training. We have as main sources the newspaper *Excelsior!* (1911-1916), the *Revista da Escola Normal de São Carlos* (1916-1923) and the newspaper *O Raio Verde* (1917-1918). The chosen time frame includes the first year of publication of the magazine *Excelsior!* (1911) and extends to the final year of publication of the *Revista da Escola Normal de São Carlos* (1923) encompassing the period of newspaper publication *O Raio Verde* (1917-1918). As results, we present evidence that both teachers and students of the São Carlos Normal School saw education as an effective means to promote the progress of Brazil and saw the teacher as key to teach and disseminate, through their actions the precepts civic, moral and hygienic deemed necessary to promote national unity and moral uplift of the country.

Keywords: São Carlos Normal School, moral education, civics, hygiene, *Excelsior!*, *Revista da Escola Normal de São Carlos*, *O Raio Verde*.

Lista de Quadros

Quadro I: Escolas Oficiais do estado de São Paulo no ano de 1920.....	30
Quadro II: Escolas Normais Livres em funcionamento no ano de 1928, no estado de São Paulo	31
Quadro III: Tipografias que imprimiram a revista <i>Excelsior!</i>	63
Quadro IV: Autores alunos da revista <i>Excelsior!</i>	64
Quadro V: Autores da revista <i>Excelsior!</i> : professores, diretores e funcionário da Escola Normal de São Carlos	66
Quadro VI: Autores citados na revista <i>Excelsior!</i>	66
Quadro VII: Fascículos da <i>Revista da Escola Normal de São Carlos</i> (1916-1923)	69
Quadro VIII: Tipografias que imprimiram a <i>Revista da Escola Normal de São Carlos</i>	73
Quadro IX: Colaboradores da <i>Revista da Escola Normal de São Carlos</i> e o número de artigos que publicaram	73
Quadro X: Datas de publicação de <i>O Raio Verde</i>	78
Quadro XI: Professorandos da Escola Normal de São Carlos que publicaram artigos no jornal <i>O Raio Verde</i>	80

Lista de Fotos

Foto 1: <i>Excelsior!</i> , ano 1, n. 1, 1911, capa	62
Foto 2: <i>Revista da Escola Normal de São Carlos</i> , ano 1, n. 1, 1916, capa	71
Foto 3: <i>O Raio Verde</i> , ano 1, n. 2, 1917, capa.....	82

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 A EDUCAÇÃO E O ENSINO NORMAL NA PRIMEIRA REPÚBLICA BRASILEIRA (1889-1930)	16
2.1 Aspectos gerais da Primeira República.....	16
2.2 Formação de professores e escolarização na Primeira República	24
2.3 A educação moral, o civismo e a higiene na Primeira República brasileira	32
2.4 A Escola Normal de São Carlos	43
3 IMPRENSA DE EDUCAÇÃO E ENSINO NAS ESCOLAS NORMAIS: EXCELSIOR! (1911-1916), REVISTA DA ESCOLA NORMAL DE SÃO CARLOS (1916-1923) E O RAIOS VERDE (1917-1918)	53
3.1 Imprensa de educação paulista no início do século XX.....	53
3.2 O Periódico <i>Excelsior!</i> (1911-1916)	57
3.3 A <i>Revista da Escola Normal de São Carlos</i> (1916-1923)	69
3.4 <i>O Raios Verde</i> (1917-1918).....	77
4 ANÁLISE DOS ARTIGOS SOBRE EDUCAÇÃO MORAL, CIVISMO E HIGIENE	84
4.1 Educação moral, civismo e higiene nos periódicos <i>Excelsior!</i> , <i>Revista da Escola Normal de São Carlos</i> e <i>O Raios Verde</i>	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
REFERÊNCIAS	120

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação de mestrado cujo tema é o estudo das idéias veiculadas sobre educação moral, civismo e higiene nos periódicos educacionais publicados pela antiga Escola Normal de São Carlos entre 1911 e 1923, pretende contribuir com os estudos da área de História da Educação Brasileira, em especial, com as pesquisas históricas sobre formação de professores, bem como com aquelas sobre imprensa periódica educacional.

Os periódicos aqui analisados foram publicados pela antiga Escola Normal de São Carlos entre os anos de 1911 e 1923. São eles: Revista *Excelsior!*, Revista da Escola Normal de São Carlos e o jornal *O Raio Verde*. Ao analisar os artigos sobre educação moral, civismo e higiene neles publicados, temos como objetivo compreender as apropriações e representações que professores e alunos das Escolas Normais, especialmente a de São Carlos, fizeram sobre tais temas, tão importantes para a Primeira República brasileira.

Com a finalidade de obter subsídios, tanto metodológicos quanto teóricos, para a realização desta pesquisa, foram selecionados alguns trabalhos que tratam dos temas abordados. Em *Molde Nacional e Fôrma Cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*, Marta Maria Chagas de Carvalho (1998) fornece importantes informações com referência às idéias educacionais divulgadas no período selecionado para análise nesta pesquisa. Em *República e Formação de Cidadãos: a educação cívica nas Escolas Primárias da Primeira República portuguesa*, Joaquim Pintassilgo (1998) realiza uma análise da educação moral nos currículos da escola primária durante a Primeira República portuguesa (1910-1926). Este livro traz contribuições relacionadas à forma de análise, às fontes utilizadas e à problemática examinada. Com relação ao tema higiene, Heloísa Helena Pimenta Rocha (2003), em *A Higienização dos Costumes: educação escolar e saúde no projeto do Instituto do Hygiene de São Paulo (1918-1925)*, examina o modelo de intervenção sanitária que reorientou a política paulista nesse campo a partir da criação do Instituto de Higiene em 1918. A relevância desse livro para esta pesquisa está no fato de tal trabalho tratar do tema higiene durante o período de 1918 a 1925 que está inserido no período aqui tratado (1911-1923) sob a perspectiva da História Cultura lançada por Michel de Certeau e Roger Chartier, fornecendo assim importantes informações de como tais ideais eram produzidos e divulgados durante a década de 1920.

Nesta dissertação temos como objetivo geral analisar os periódicos educacionais acima citados, publicados pela antiga Escola Normal de São Carlos, durante o período de 1911 a

1923 para compreender os modos de produção, apropriação e representação (feitos pelos professores, diretores e alunos da Escola Normal de São Carlos) dos discursos sobre educação moral, civismo e higiene. Como objetivos específicos temos os seguintes: compreender quais apropriações do discurso republicano sobre a educação moral, o civismo e a higiene estão representadas nos artigos escritos por professores e diretores da Escola Normal de São Carlos e publicados nos periódicos educacionais dessa instituição; entender quais as apropriações que os alunos da Escola Normal fizeram das idéias sobre educação moral, civismo e higiene propagadas durante o período em questão¹; e analisar a influência de autores estrangeiros na pedagogia cívica desse período, por meio da leitura e análise dos artigos presentes nos periódicos estudados.

A pesquisa por nós realizada, que resultou nesta dissertação, tem origem em estudos anteriores. No ano de 2004 iniciamos uma pesquisa de Iniciação Científica² cujo objetivo era estudar o periódico educacional *Revista da Escola Normal de São Carlos* (1916-1923) por meio da qual notamos grande incidência de temas ligados à formação do professor, mas também vários artigos sobre educação moral e civismo. Como nosso objetivo principal era estudar tal periódico por meio da análise de sua materialidade e da leitura e análise de seus artigos, não foi possível analisar um tema específico, o que nos levou a desenvolver, no Trabalho de Conclusão de Curso³ (TCC), uma análise dos artigos sobre formação do professor. Porém, uma inquietação relacionada aos artigos ligados à educação moral e ao civismo permaneceu em nossas mentes.

Durante as leituras relacionadas ao momento histórico conhecido como Primeira República brasileira (1889-1930), a educação moral, o civismo e a higiene se sobressaíram como questões bastante importantes para a época. Relacionando-as aos artigos publicados na *Revista da Escola Normal de São Carlos*, optamos por analisar no Mestrado, além da referida revista, os periódicos *Excelsior!* e *O Raio Verde*, privilegiando os temas educação moral, civismo e higiene com o propósito de compreender como tais temas foram apropriados pelos diretores, professores e alunos dessa escola de formação de professores, constituindo-se, assim, num conjunto de saberes necessários a esta formação.

¹ Este objetivo deverá ser alcançado através da análise dos periódicos publicados pelos alunos da Escola Normal de São Carlos: *Excelsior!* (1911-1916) e *O Raio Verde* (1917-1918).

² Tal pesquisa foi concluída com êxito no final de 2006 e contou com o apoio da Fapesp por meio da bolsa de Iniciação Científica (processo n. 2004/10015-6), concedida durante o período de 01/11/2004 a 31/10/2006.

³ OZELIN, J. R. *Revista da Escola Normal de São Carlos* (1916-1923): a formação do professor. 2006. 97 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2006.

No mesmo ano em que a Escola Normal de São Carlos foi fundada (1911), foi publicado também seu primeiro periódico: a revista *Excelsior!*. Fundada pelo Grêmio Normalista “22 de março”, publicou artigos escritos por professores, diretores e alunos da referida instituição. Foi publicada até o ano de 1916, quando surgiu a *Revista da Escola Normal de São Carlos* na qual foram publicados artigos escritos por professores e diretores de várias escolas normais paulistas. No ano seguinte, iniciou-se a publicação do jornal *O Raio Verde* no qual havia artigos escritos por alunos da referida Escola Normal, além de poesias, seção de humor, cartas e propagandas. Ressaltamos que o recorte temporal escolhido compreende o primeiro ano de publicação da revista *Excelsior!* (1911) e se estende até o último ano de publicação da *Revista da Escola Normal de São Carlos* (1923), englobando o período de publicação do periódico *O Raio Verde* (1917-1918).

Segundo Nery (2009, p. 97), as Escolas Normais de São Paulo “viveram um intenso movimento de produção e circulação de impressos”, durante as primeiras décadas do século XX.

Elas foram palco de publicações periódicas feitas por professores e alunos, conforme já apontado, e também de alguns manuais para a formação de professores e de manuais para serem utilizados na Escola Primária. Ao produzirem conhecimentos pedagógicos e educacionais eles, sobretudo os professores, enquanto representantes desses saberes, indicavam quais os saberes necessários à profissão docente, legitimando-os.

Dessa forma, considerar o periódico como “repositório de leituras” significa estudá-lo com o objetivo de compreender as apropriações feitas pelo autor sobre o que leu “e as formas pelas quais ele transforma este conhecimento em saber autorizado”. (NERY, 2009, p. 97).

Segundo Chartier (1988, p. 123),

abordar a leitura é, portanto, considerar, conjuntamente, a irredutível liberdade dos leitores e os condicionamentos que pretendem refreá-la. Esta tensão fundamental pode ser trabalhada pelo historiador através de uma dupla pesquisa: identificar a diversidade das leituras antigas a partir dos seus esparsos vestígios e reconhecer as estratégias através das quais autores e editores tentavam impor uma ortodoxia do texto, uma leitura forçada.

Para Nery (2009, p. 97), “cabe ao historiador captar as estratégias adotadas pelo autor nas apropriações que fazem dos textos pedagógicos do período e as estratégias do editor para transformar os artigos que publicam em leituras autorizadas”. Essas leituras tinham o objetivo de orientar a formação dos professores e sua prática pedagógica, entendidas pelos autores dos artigos como sendo as mais adequadas naquele momento.

Considerando a perspectiva acima apresentada, a análise realizada nesta pesquisa se pauta nos conceitos sobre produção, apropriação e representação elaborados por Roger

Chartier. Segundo ele (1990, p. 36), as maneiras de pensar dependem dos instrumentos materiais ou conceituais disponíveis para que elas se tornem possíveis. Dessa forma, é preciso considerar as “utensílagens mentais” disponíveis aos autores dos artigos para que eles escrevessem o que escreveram. Entendendo “utensílagens mentais” como sendo os recursos dos quais os autores dispunham na época em que escreveram os artigos, ou seja, o estado da língua, seu léxico e sintaxe, a linguagem científica disponível e as informações das quais se apropriaram para representarem suas idéias sobre educação moral, civismo e higiene.

É preciso considerar então

[...] que todo texto é produto de uma leitura, uma construção do seu leitor: este não toma nem o lugar do autor nem um lugar de autor. Inventa nos textos uma coisa diferente daquilo que era a “intenção” deles. Separa-os da sua origem (perdida ou acessória). Combina os seus fragmentos e cria o desconhecido no espaço organizado pela capacidade que eles possuem de permitir uma pluralidade indefinida de significações. (CHARTIER, 1990, p. 61).

Nesses termos, será considerado também o momento histórico ora vivido, com o objetivo de contribuir para um melhor entendimento sobre as condições de produção dos impressos em questão e por que eram divulgadas determinadas idéias e não outras, lembrando que “numa dada época, o cruzamento desses vários suportes (lingüísticos, conceituais, afetivos) dirige as maneiras de pensar e de sentir que delineiam configurações intelectuais específicas”. (CHARTIER, 1990, p. 37).

A perspectiva que Roger Chartier e Marta Carvalho apresentam compreende o impresso como objeto cultural que guarda as marcas de sua produção e usos, além de considerar que cada leitor faz uma leitura diferente do texto conforme os subsídios que possui, “[...] é necessário lembrar que todo texto é produto de uma leitura, uma construção do seu leitor [...]”. (CHARTIER, 1990, p. 61).

Tendo como referência Marta Carvalho e Joaquim Pintassilgo (2003, p. 12),

A análise estará interessada na determinação dos crivos culturais que configuram as apropriações que fizeram do que leram, viram, ouviram e vivenciaram na sua privilegiada itinerância por circuitos culturais estranhos à grande maioria das populações brasileiras. Rastrear os modelos culturais inscritos nas suas práticas de apropriação como apostas no poder modernizador da Instrução Pública; transitar pela complexa rede de relações culturais tecidas nos itinerários destes personagens, determinando os critérios que nortearam as escolhas que fizeram.

Para eles são as idéias propostas por Roger Chartier e Michel de Certeau que demarcam três problemáticas distintas, mas confluentes: as relativas à materialidade dos objetos culturais; as relativas às estratégias que os produzem e põem em circulação; e as referentes às

apropriações de que são matéria e objeto (CARVALHO, 2003). Tomando a proposição de Chartier sobre a definição de História Cultural, Carvalho (2003, p. 272) entende que a “história cultural dos saberes pedagógicos deve ser uma arqueologia dos objetos em sua materialidade”.

Pensar em termos dessa arqueologia, segundo a autora, implica tratar o impresso como objeto cultural que, constitutivamente, guarda as marcas de sua produção, circulação e usos.

No caso de livros de destinação escolar, por exemplo, trata-se, em primeiro lugar, de analisá-los da perspectiva de sua produção e distribuição como produtos de estratégias editoriais em complexa correspondência com estratégias políticas e pedagógicas determinadas. De uma perspectiva complementar, mas distinta, trata-se de analisá-los em sua materialidade de dispositivo modelizador (das práticas de sala de aula, por exemplo), analisando-os em sua configuração textual e editorial. Ainda, trata-se de analisá-los como suportes materiais de práticas de apropriação, indagando-se sobre os indícios materiais que fornecem sobre as práticas que deles fizeram uso. (CARVALHO, 2003, p. 274)

Carvalho ainda destaca que tomar o impresso em sua materialidade é prestar atenção nos dispositivos textuais e tipográficos que dão suporte aos textos e modelizam a leitura. É considerar com Chartier (1990, p. 127) que “não existe texto fora do suporte que o dá a ler e que não há compreensão de um escrito, qualquer que ele seja, que não dependa das formas através das quais ele chega a seu leitor”.

É importante ressaltar ainda que cada leitor faz uma leitura diferente do texto conforme os subsídios que possui. Assim,

[...] é necessário lembrar que todo texto é produto de uma leitura, uma construção do seu leitor [...]. Concebidos como um espaço aberto a múltiplas leituras, os textos e também todas as categorias de imagens) [*sic*] não podem, então, ser apreendidos nem como objetos cuja distribuição bastaria identificar nem como entidades cujo significado se colocaria em termos universais, mas presos na rede contraditória das utilizações que os constituíram historicamente. (CHARTIER, 1990, p. 61).

Considerando as idéias acima apresentadas é que pretendemos analisar as apropriações e representações feitas sobre a educação moral, o civismo e a higiene e expressas nas páginas dos periódicos selecionados. Assim, no primeiro capítulo apresentamos uma contextualização das questões educacionais do período em estudo, com a finalidade de contribuir para que o leitor entenda em quais condições os impressos foram produzidos e por que foram divulgadas determinadas idéias e não outras.

No capítulo dois analisamos a materialidade dos periódicos apresentados entendendo que é a partir dos aspectos materiais que o leitor tem o primeiro contato com o texto escrito

nas páginas de um impresso. É a materialidade que faz com que o leitor se volte para a leitura do texto, agora com a finalidade de entender o discurso que nele está contido. Segundo Chartier (1991, p. 182), “é preciso lembrar que não há texto fora do suporte que lhe permite ser lido (ou ouvido) e que não há compreensão de um escrito, qualquer que seja, que não dependa das formas pelas quais atinge o leitor”. Com base nessa afirmação, dedicamos o segundo capítulo a tal estudo.

No terceiro capítulo apresentamos a análise dos artigos publicados em tais periódicos e que tratam das temáticas aqui apresentadas. Constatamos que, para os autores dos artigos, tanto alunos quanto professores, a escola era o principal local para se ensinar os conceitos de educação moral, civismo e higiene. Mais do que ensinar conceitos, o professor deveria também ser um exemplo para seus alunos, que, ao observarem-no e de posse do conhecimento aprendido, deveriam ensinar em seus lares o que aprenderam na escola. Para os autores, que viviam em uma época de forte apelo nacionalista, a união do povo em um só pensamento e no desenvolvimento de ações em prol da preservação da higiene, da educação moral e do civismo, era a chave para o desenvolvimento de um país forte habitado por verdadeiros cidadãos.

Nas considerações finais estão os principais resultados da investigação, dentre eles a constatação de que tanto os professores quanto os alunos da Escola Normal de São Carlos viam a educação como meio eficaz para a promoção do progresso do Brasil e viam o professor como elemento fundamental para ensinar e divulgar, por meio de seus atos, os preceitos cívicos, morais e higiênicos considerados necessários para promover a unidade nacional e o soerguimento moral do país.

2 A EDUCAÇÃO E O ENSINO NORMAL NA PRIMEIRA REPÚBLICA BRASILEIRA (1889-1930)

Levando em consideração os pressupostos lançados pela História Cultural, que “tem por principal objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p.16-17) e considerando as idéias apresentadas por Roger Chartier de que “numa dada época, o cruzamento desses vários suportes (lingüísticos, conceituais, afetivos) dirige as maneiras de pensar e de sentir que delineiam configurações intelectuais específicas” (CHARTIER, 1990, p. 37) é que propomos, neste capítulo, apresentar a contextualização do momento histórico da produção dos periódicos estudados nesta dissertação.

2.1 Aspectos gerais da Primeira República

O período 1889-1920 é conhecido na História do Brasil como Primeira República e foi marcado por transformações tanto nos aspectos sócio-político-econômicos quanto educacionais. Segundo Hilsdorf (2003), entre tais mudanças destacaram-se a remodelação das relações de trabalho do regime escravo para o trabalho livre utilizando a mão-de-obra dos imigrantes; o crescimento dos setores de prestação de serviços e da pequena indústria, associada ao início da urbanização, ao crescimento das camadas médias e ao aparecimento de um proletariado urbano formado pelos imigrantes que passaram da zona rural para as cidades; e a forte presença do capital estrangeiro propiciando a aproximação aos Estados Unidos. No campo das idéias, estava presente uma intensa circulação de novas tendências de pensamento como o industrialismo cosmopolita, o ruralismo e o positivismo. O primeiro visava promover iniciativas econômicas e educacionais de interesse dos industriais, desviando a ênfase da agricultura; em contrapartida, o segundo colocava a idéia da vida campesina como o ambiente ideal para a formação de homens perfeitos, levando a sociedade ao dever de prestigiar todas as iniciativas de interesse dos cafeicultores. O terceiro, o positivismo de Comte, exerceu influência marcante no Brasil e, por sua vez,

apresentava uma doutrina da evolução histórica, organizava as ciências hierarquicamente e pretendia “estudar relações e estabelecer leis, atendendo

exatamente a homens voltados para problemas reais e tangíveis”. (BARROS⁴, 1959, p. 118 apud OLIVEIRA, 1990, p. 83).

Segundo Oliveira (1990, p. 85),

O positivismo destacava a identidade entre o nacional e o universal. Dentro dessa perspectiva universalista, por conseguinte, a nação não era vista como uma singularidade. O nacional correspondia à pátria, sendo esta o prolongamento da família. A pátria, como a família, deve proteger e integrar seus membros. A luta política dos positivistas incluía os direitos civis (o que permitiria a implantação futura do Estado positivo⁵) e os direitos sociais (educação, proteção à família e incorporação do proletariado). O ideário positivista não abrangia um nativismo exacerbado, nem a luta pela organização partidária ou pela democracia representativa.

Assim, podemos entender o positivismo como uma proposta de cultivo das ciências modernas como base do progresso, postulando “uma futura idade de ouro, na qual os seres humanos se realizariam plenamente no seio de uma humanidade mitificada” (CARVALHO, J., 2002, p. 9).

Com a proclamação da República, os cafeicultores conquistaram, além do poder econômico, o comando político e social do país ao inscreverem a descentralização política na Constituição Republicana de 24 de fevereiro de 1891, organizando o país em uma federação liberal, de base agrícola, embora na prática a República tenha se mostrado oligárquica. A hegemonia cafeicultora se confirmou quando passaram a ser eleitos para a presidência da República, desde 1894, representantes das oligarquias latifundiárias paulistas e mineiras (cafeicultores, criadores de gado, produtores de cana-de-açúcar e usineiros paulistas e mineiros)⁶. Além disso, foi colocada em prática a Política dos Governadores, que tinha como objetivo facilitar, para esse grupo sociopolítico, a formação de estruturas de dominação estáveis nas unidades da federação por meio do estabelecimento de estreitas relações de poder entre presidentes, governadores, deputados e o poder local representado pelos coronéis, isto é, os mandatários locais. (HILSDORF, 2003).

Desde o início da República, a indústria no estado de São Paulo, principalmente na capital, estava em constante processo de expansão proporcionando alterações na configuração

⁴ BARROS, R. S. M. *A ilustração brasileira e a idéia de universidade*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, 1959.

⁵ Segundo Oliveira (1990, p. 83), o positivismo de Comte “considerava que a democracia repousava na metafísica e a teocracia na teologia. No novo regime (o Estado positivo) a sociologia seria o fundamento da sociocracia. A democracia seria, assim, resultante do espírito metafísico e, enquanto tal, desapareceria com o desenvolvimento da humanidade”.

⁶ O revezamento de indicação de políticos à presidência da República entre paulistas e mineiros ficou conhecido como Política do Café com Leite.

urbana e social nas principais cidades brasileiras. A base desse crescimento se encontrava na economia cafeeira. Segundo Levi-Moreira (1988, p. 9),

a indústria desenvolveu-se inicialmente em consonância com os interesses da cafeicultura. A política fiscal, ainda que voltada para o café, acabava diretamente por beneficiar as atividades industriais. Os capitais aplicados na indústria provinham basicamente de três fontes: do comércio importador, dos cafeicultores e dos imigrantes.

Foi durante os anos de 1907 e 1913 que o parque industrial paulista teve um crescimento mais acentuado. A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) ameaçou a continuidade desse desenvolvimento, pois “com a redução da importação dos bens de capital passou-se a uma superutilização da maquinaria e da mão-de-obra existentes nas fábricas”, o que pode ter provocado um atraso em seu desenvolvimento. Porém, São Paulo era uma cidade demarcada pela industrialização.

Segundo Levi-Moreira (1988, p. 11),

no Brasil, os 54.164 operários em 1889 passavam para 149.018 em 1907 e para 275.514 em 1920. Grande parte desse operariado era de estrangeiros. Mais de 1/3 (1.156.472) dos imigrantes que entraram no Brasil, entre 1890 e 1929, eram italianos. Esta situação se refletia em São Paulo: 1/3 dos 694.489 imigrantes eram italianos. [...] A mão-de-obra ocupada na indústria paulista acompanhava esse quadro. Mais de 50% eram estrangeiros.

É importante frisar que, apesar de os italianos terem predominado entre os imigrantes, também era grande no país a entrada de portugueses e espanhóis, além de outros grupos. A origem estrangeira do proletariado pode ser entendida como um dado importante para explicar o surgimento de certas correntes ideológicas no país, principalmente a anarquista que, segundo Levi-Moreira (1988, p. 16),

não pode ser tomada como única e invariável, já que existem diversas correntes (anarco-sindicalismo, anarco-comunismo, anarco-coletivismo, etc.). No Brasil, o anarco-sindicalismo e o anarco-comunismo tiveram maior influência no movimento operário.

A autora esclarece que há diferenças entre as diversas correntes anarquistas, porém todas se posicionam contra o Estado e contra a luta política a nível parlamentar e partidário, pois entendem que o Estado é um poder acima dos homens e os partidos e o parlamento – ligados ao Estado – são órgãos nos quais o poder é delegado e representado por outras pessoas (deputados, chefes de partido), impedindo a participação direta do povo. Sendo assim,

O objetivo último dos anarquistas era a derrocada da sociedade capitalista dividida em classes e a implantação da sociedade anárquica (isto é, sem governo). O campo legítimo para o enfrentamento das diferentes classes era

o econômico e – como foi visto – não o político, tido como o reino de ação da classe dominante. (LEVI-MOREIRA, 1988, p. 16)

A autora ressalta ainda que “desde a implantação do parque industrial paulista presencia-se a luta da classe operária reivindicando melhores salários, regulamentação dos direitos individuais, sociais e civis”. (LEVI-MOREIRA, 1988, p. 12). Entre os anos de 1917 e 1920, principalmente, houve uma intensificação do movimento operário com a eclosão de greves por todo o país. Ainda conforme Levi-Moreira (1988, p. 14),

onde houvesse indústria, havia patrões e operários e a questão social – enquanto conflitos entre Trabalho e Capital – estava colocada. Na verdade, os operários organizaram-se mais intensamente, e antes mesmo dos próprios industriais. Apenas para exemplificar, já em 1890-1891 um partido operário teria se formado no Distrito Federal e em Fortaleza. E, em 1896, o Centro Socialista de Santos criava o Partido Operário Socialista. Os industriais, por sua vez, tentaram organizar associações patronais apenas em 1907. Associações que não tiveram continuidade naquele momento.

A movimentação da classe operária não passou despercebida pelos diferentes segmentos da sociedade, mesmo por aqueles que não tinham envolvimento direto com os conflitos. Durante os primeiros anos de século XX, a política partidária no estado de São Paulo era controlada pelo Partido Republicano Paulista (PRP), partido único das classes dominantes até 1926 quando foi fundado o Partido Democrático (PD). Segundo Levi-Moreira (1988, p. 25), “PRP e situacionismo caminharam sempre juntos até o surgimento do Partido Democrático”. A visão que os situacionistas tinham dos movimentos dos trabalhadores pode ser entendida por meio do pensamento de Washington Luís de que os imigrantes europeus vinham de lugares com problemas diferentes dos existentes no Brasil e tinham como objetivo buscar soluções para tais problemas. Segundo ele,

as aspirações operárias (tais como a jornada de 8 horas de trabalho, regulamentação do trabalho feminino e do menor, dos acidentes de trabalho) eram uma realidade em São Paulo. Isto apesar das constantes denúncias nos jornais da época não só quanto à falta de regulamentações, mas também quanto ao desrespeito às já existentes. Reconhece a ocorrência diária de greves – como consequência do alto custo de vida – e propõe ao Estado o dever de regulá-las nas suas causas, nos seus efeitos. (LEVI-MOREIRA, 1988, p. 28).

Na visão dos governantes, os conflitos sociais deveriam ser solucionados pela “intervenção do Estado através de seu aparato policial”. Campos Sales já afirmava, em 1896, que “uma boa polícia é condição de um bom governo”. Para ele, caberia à polícia a tarefa de “manter a ordem, garantir a segurança individual, salvaguardar a propriedade, defender a moral pública e reprimir os vícios”, sendo necessário, “em nome do ‘progresso’ de São Paulo,

[...] reprimir os indivíduos que provocassem a desordem, já que a anarquia não era atributo da população paulista”. (LEVI-MOREIRA, 1988, p. 28-9).

Porém, por volta dos anos de 1910, propostas que visavam solucionar a questão social de forma não violenta começaram a ganhar força entre setores do grupo dominante. Segundo Levi-Moreira (1988, p. 37), “para a análise dessas propostas vale examinar quatro posicionamentos típicos: dois são político-partidários (Liga Nacionalista de São Paulo e Partido Democrático) e dois vêm de homens públicos (Rui Barbosa e Sampaio Dória)”.

A Liga Nacionalista de São Paulo (LNSP) surgiu na capital paulista no ano de 1916 como uma entidade vinculada às escolas superiores, sendo fruto da campanha de Olavo Bilac em prol de reerguimento do caráter nacional. “Afirmando ser uma associação extrapartidária, a LNSP tinha como objetivos principais lutar pelo voto secreto e obrigatório, pela efetiva aplicação da lei da obrigatoriedade do serviço militar e pela difusão da instrução e desenvolvimento da educação em todo o país”. (LEVI-MOREIRA, 1988, p. 45).

Segundo Levi-Moreira (1988), Frederico Vergueiro Steidel, professor catedrático de Direito Comercial da Escola do Largo de São Francisco, atuou como presidente da Liga durante todos os anos de existência da entidade. A vice-presidência foi ocupada pelos professores A. F. de Paula Souza, da Escola Politécnica, e Arnaldo Vieira de Carvalho, da Faculdade de Medicina. Os demais integrantes eram, em sua maioria, profissionais liberais com destaque para: Júlio de Mesquita Filho, Amadeu Amaral, Nestor Rangel Pestana, José Bento Monteiro Lobato e Antônio de Sampaio Dória.

Os pontos principais de atuação da Liga Nacionalista foram a luta contra o analfabetismo, visando ampliar o número de eleitores, uma vez que a Constituição republicana de 1891 negava o direito de voto aos analfabetos, mulheres, religiosos e soldados; a propaganda para disseminar a instrução; e a obrigatoriedade e segredo do voto. “Segundo a Liga, a nação enfrentava dois grandes perigos: os imigrantes (e seus filhos), muitos deles analfabetos que se sentiam ligados a países estrangeiros, e aqueles brasileiros empolgados por sentimentos que não eram o sentimento nacional”. (LEVI-MOREIRA, 1988, p. 46). Sua atuação foi marcada pela utilização de estratégias educativas como meio para a divulgação de uma nova cultura, ou seja, uma cultura cívica, cujo objetivo seria formar o homem novo para a pátria nova, recém-constituída. As idéias da Liga eram divulgadas por meio da distribuição de folhetos, livros, boletins, realização de conferências e artigos no jornal *O Estado de S. Paulo*. A influência da Liga Nacionalista se estendeu também para o interior do estado de São Paulo.

Com relação à questão social, para a Liga Nacionalista, “os conflitos deveriam ser solucionados em nome da nação. As classes sociais deveriam se harmonizar no homem brasileiro. As mobilizações dos trabalhadores eram caracterizadas como um fenômeno importado, sem ligação com a realidade brasileira”. (LEVI-MOREIRA, 1988, p. 48). Durante a greve dos serviços públicos de 1919, a Liga dirigiu um manifesto ao operariado nacional no qual afirmava que os objetivos daquela greve eram políticos e seus autores, estrangeiros. Ressaltava que “a Liga constituiu-se a volta da sagrada idéia de Pátria, em defesa do sentimento nacional, para dar combate a tudo quanto seja susceptível de o enfraquecer, e para promover e estimular tudo quanto possa revigorá-la.” (*O Estado de S. Paulo*, 27.10.1919. Apud LEVI-MOREIRA, 1988, p. 49). Entende-se que, para os membros da Liga Nacionalista, as questões políticas não poderiam ser solucionadas por meio de movimentos grevistas, mas somente pelo voto, tido como a “única arma ordeira” que poderia trazer solução para os problemas da classe operária.

Pode-se afirmar que LNSP procurava sempre diluir o conflito social apelando para os chamados “interesses nacionais”. A retórica nacionalista da Liga evitava qualquer identificação com uma determinada corrente ideológica, na tentativa de obter o consenso de todos os setores da sociedade para a sua atuação.

Segundo Levi-Moreira (1988, p. 50-51),

Uma análise mais acurada da intensa campanha da Liga pelo voto secreto revela que esta estava diretamente voltada para a desmobilização do movimento operário através do alistamento eleitoral.

No voto secreto a Liga depositava suas esperanças de conter, de certa forma, a insatisfação social urbana, agravada com a elevação do custo de vida.

A Liga Nacionalista também se empenhou em reformular a lei eleitoral com o objetivo de obter alternativas para a ascensão do movimento operário e “romper o monopólio político-partidário do PRP, visto pela Liga como um fator de instabilidade social”. (LEVI-MOREIRA, 1988).

O programa da LNSP era, sobretudo, uma proposta diferente de ação política, endereçada às elites paulistas, revendo a própria estratégia de alianças entre os grupos sociais para a preservação do sistema republicano. Essa proposta era idealizada para São Paulo e para o Brasil, sendo vista como única via para que os integrantes da Liga se impusessem politicamente. Fosse isso contra o PRP, fosse como alternativa às propostas anarquistas do movimento operário. (LEVI-MOREIRA, 1988, p. 51-2).

A Liga Nacionalista foi fechada em 1924, sob acusação de ter participado de uma revolta militar ocorrida em São Paulo, apesar de, segundo Levi-Moreira (1988), a atitude da

entidade ter sido de neutralidade durante todo o conflito. Diversos de seus membros passaram a integrar o Partido Democrático, fundado dois anos depois.

Quanto ao posicionamento dos homens públicos, Levi-Moreira cita Rui Barbosa (1849-1923), ressaltando que sua primeira manifestação com relação à questão social ocorreu em 1919 quando foi candidato à Presidência da República. Para ele, a questão social era um dos problemas mais importantes a ser resolvido naquele momento, porém não acreditava ser o socialismo a solução. Em sua concepção, diversos aspectos relacionados à classe operária deveriam ser examinados, a saber:

as más condições habitacionais dos operários; abusos do trabalho noturno, de menores e mulheres (principalmente gestantes); turnos excessivamente longos; as más condições de higiene a que estavam submetidos os operários; a ineficiente e incompleta lei de acidentes de trabalho e do seguro ao operário. (LEVI-MOREIRA, 1988, p. 38).

Para tanto, propunha uma série de medidas visando à harmonização das classes operária e empresarial. Porém, “ao esbarrar na inconstitucionalidade da intromissão do Estado nas relações entre Capital e Trabalho, e de uma legislação que regulasse os direitos trabalhistas, Rui Barbosa defendeu a Revisão Constitucional”, afirmando que se a lei vigente era inadequada para solucionar os problemas existentes, deveria ser alterada. Para ele, “operários e patrões dependiam uns dos outros e formavam um corpo coeso e indissolúvel. Tinham ambos interesse na revisão e na força da lei nas relações entre Capital e Trabalho”. Defendia a interferência do Estado para resolver a questão social. (LEVI-MOREIRA, 1988, p. 39).

Antônio de Sampaio Dória (1883-1964) também é citado pela autora como um exemplo de homem público ligado aos grupos dominantes que apresentou propostas para o tratamento da questão social, chegando a publicar, no ano de 1922, um texto intitulado *A questão social* no qual aborda as perspectivas existentes na época que se propunham resolver os conflitos trabalhistas.

Baseando-se nas idéias de Charles Gide, chegava a uma única conclusão: a questão social seria resolvida pelo Cooperativismo, que levaria ao surgimento do produtor independente. Após rechaçar as teorias marxistas e anarquistas, mas reconhecendo que a questão social existia, ele propunha que o Estado tomasse medidas que favorecessem o produtor independente. (LEVI-MOREIRA, 1988, p. 41).

Sampaio Dória admitia a organização operária e via os sindicatos e as greves como direitos da classe trabalhadora, embora defendesse o voto como a melhor forma de reivindicá-los. Também “reconhecia que o capitalista era avaro e ganancioso, pretendendo obter a

máxima renda, pagando o mínimo, mas argüia que as greves se resumiam na solicitação de salário e na diminuição das horas de trabalho.” (LEVI-MOREIRA, 1988, p. 44). Assim, a solução por ele apresentada residia em incentivos para a formação do produtor autônomo, com a progressiva eliminação dos assalariados e dos patrões.

Como podemos perceber, a imigração européia foi tema bastante recorrente durante o início da República brasileira. Os imigrantes, em sua maioria, eram vistos como portadores de idéias comunistas, socialistas e anarquistas. Segundo Dias (2009, p. 27), “para alguns, o ‘elemento estrangeiro’ era fator de promoção da civilização e superação dos ‘males’ e ‘problemas’ originários da herança africana e indígena; para outros, ‘elemento estrangeiro’ representava uma ameaça à unidade e à identidade nacional”.

Em um momento em que a Primeira Guerra Mundial afligia diversos países e o número de imigrantes vindos para o Brasil aumentava vertiginosamente, se fez necessário repensar a questão do nacionalismo. Segundo Souza (2000), as campanhas nacionalistas visavam a elevação moral e política do nosso país, enfatizando o voto secreto, a erradicação do analfabetismo e o serviço militar obrigatório.

O fervor nacionalista, alimentado por alguns grupos políticos e intelectuais descontentes com a oligarquia no poder e os desvirtuamentos da República, trouxe à baila a questão da nacionalidade brasileira, o combate à estrangeirização do Brasil, a reforma política, a moralização dos costumes e a regeneração da nação. (SOUZA, 2000a, p.109)

Naquele momento, dois elementos principais eram considerados parte da

receita de cura dos males brasileiros: saúde e educação”. A questão da saúde ganhou expressão em torno da figura construída por Monteiro Lobato para exprimir o homem do interior brasileiro – o Jeca Tatu. O debate para saber se o Jeca era preguiçoso, atrasado, incapaz e indolente porque era assim, ou se estava assim devido às duas condições de saúde marcou a segunda metade da década de 1910⁷. [...] A questão da saúde teve sua importância ressaltada também através das campanhas de saneamento. O combate às endemias no sertão brasileiro tomava o sertanejo como a raiz da nacionalidade. [...] nos últimos quinze anos da Primeira República, o saneamento do sertão, - numa linha que começa com Euclides da Cunha – marcou uma ação reformista presente na formulação de uma política da saúde pública para o Brasil. A saúde pública como base para a construção da nacionalidade permitiu que fosse abandonada a tese da inferioridade racial do brasileiro. (OLIVEIRA, 1990, p. 146).

Com relação à educação, Oliveira (1990, p. 146) destaca que Olavo Bilac a via “como elemento central no processo de construção da consciência do cidadão”. Ressalta que Bilac integrava

⁷ É importante ressaltar que Monteiro Lobato, em suas obras, “condenou a burocracia, os bacharéis e os coronéis, como responsáveis pelo atraso econômico, político e intelectual do Brasil”. (OLIVEIRA, 1990, p. 146).

o panteão dos homens de mentalidade ‘ilustrada’, que viam na educação a chave para a salvação nacional. [...] A questão da salvação nacional através da educação no pós-Primeira Guerra foi seminal para o movimento de reformas educacionais implantadas nos 20, que nos anos 30 ficaria conhecido como Escola Nova.

2.2 Formação de professores e escolarização na Primeira República

O desenvolvimento econômico e o afluxo imigratório em direção ao Oeste do estado fizeram surgir inúmeros estabelecimentos de ensino, como grupos escolares e escolas normais, por exemplo. Na visão dos republicanos paulistas, a instrução era signo de instauração da nova ordem social, devendo as escolas atuarem no sentido de garantir e aprimorar o novo regime. Viam a educação pelo voto e pela escola

[...] como a grande arma da transformação evolutiva da sociedade brasileira, e assim oferecida em caução do progresso prometido pelo regime republicano: a prática do voto pelos alfabetizados e, portanto, a freqüência à escola que formaria o homem progressista, adequado aos tempos modernos, é que tornariam o súdito em cidadão ativo”. (HILSDORF, 2003, p. 60).

Dessa forma, projetar e realizar a educação escolarizada torna-se a tarefa republicana por excelência em virtude das teses liberais e democráticas moderadas (não abolicionistas), dominantes entre os republicanos desde 1870, segundo as quais a educação era vista como fator de resolução de problemas sociais, e porque havia a necessidade de integrar e disciplinar a população imigrante para o trabalho na grande lavoura cafeeira. Para controlar as instituições educativas e seus agentes, impondo-lhes de modo definitivo a forma escolar como a mais adequada e eficaz para ministrar instrução e conformar a sociedade,

[...] o projeto republicano pensa e oferece a escola nos moldes dos cafeicultores, antes que outras diferentes camadas sociais a reivindicassem nos seus próprios moldes; propõe ensino elementar e profissional para as massas e educação científica para as elites “condutoras do processo” e reivindica ampla educação popular. (HILSDORF, 2003, p. 61-2).

Para os republicanos a boa escola seria aquela na qual se praticava a pedagogia moderna, definida pelo método intuitivo⁸ e pela organização escolar guiada pelos princípios da racionalidade científica e da divisão das tarefas. Anunciada como a mais adequada para

⁸ O método (ou ensino) intuitivo se baseia na intuição, especialmente na intuição visual. Representou, ao surgir, um avanço para a Pedagogia que, tradicionalmente, enfatizava apenas o sentido da audição. Para a valorização dos métodos intuitivos colaboraram Comenius, com sua obra *Orbis sensualium pictus*; o avanço no estudo das ciências naturais e as teorias de Pestalozzi e Herbart. (DUARTE, 1986, p. 65).

conformar a mentalidade progressista do homem urbano, civilizado e republicano, essa concepção era contraposta à pedagogia tradicional da memorização, da oralidade, do ouvir e do repetir falando, própria da monarquia atrasada. Para os republicanos, a escola pública era dominada pelos chefes políticos e o professor se comportava como um cliente dos partidos monárquicos. (HILSDORF, 2003, p. 62).

Porém, com o advento do regime republicano não ocorreram modificações significativas na instrução pública. Como vimos o quadro social, político e econômico da Primeira República pouco favoreceu a difusão do ensino. O novo regime acabou por assumir a forma de um estado oligárquico, subordinado aos interesses políticos e econômicos dos grupos dominantes das regiões produtoras de café. Assim, o desenvolvimento da educação na Primeira República foi marcado por grande discrepância entre os estados da federação.

Com a Constituição Republicana de 1891, a instrução primária e a profissional, inclusive o ensino normal, ficaram sob responsabilidade dos estados e municípios. Porém, a ausência do Governo Federal tanto na manutenção quanto na organização da educação popular, e a grande discrepância financeira existente entre os estados, propiciaram “um movimento de chamada de participação do governo central já desde a primeira década do presente século [século XX], movimento este que incluía especificamente as escolas normais” (TANURI, 2000, p. 68). Esse período foi, portanto, fértil em projetos de lei que previam maior participação da União no setor educacional.

A criação e manutenção de escolas normais custeadas pelo governo ganharam força com o movimento nacionalista desenvolvido a partir da Primeira Guerra Mundial, por meio de propostas de centralização de todo o sistema de formação de professores ou a criação de escolas normais-modelo nos estados. Mas, o Governo Federal não chegou a concretizar, durante a Primeira República, sua atividade normativa e financiadora do ensino normal e primário, de maneira que os estados se organizaram independentes conforme os ideais de seus reformadores.

Apesar da ausência de participação federal, houve avanço no desenvolvimento qualitativo e quantitativo das escolas de formação de professores. Destaque para estados mais progressistas como São Paulo, que se tornara o principal pólo econômico do país. Os reformadores paulistas, durante os primeiros anos do novo regime, realizaram modificações no ensino do estado que permitiram a consolidação de uma estrutura educacional que permaneceu durante os trinta primeiros anos da República, servindo de modelo para outros estados da federação.

Durante os primeiros anos da República, a educação era influenciada pelas filosofias científicas que atribuíam grande importância ao papel disciplinar e metodológico das ciências que passaram a ganhar mais espaço nos currículos das escolas normais. Houve ainda a introdução dos primeiros ensaios de renovação pedagógica no ensino público enfatizando o valor da educação dos sentidos e do método intuitivo⁹. Dessa forma, a reforma paulista realizada em 12/03/1890, sob a direção de Caetano de Campos, ampliou a parte propedêutica do currículo da escola normal, contemplando as escolas-modelo anexas e a prática de ensino ali realizada. Foram instituídas as idéias de Pestalozzi acerca dos processos intuitivos de ensino. Essa reforma, iniciada na escola normal, foi estendida a todo o ensino público com a Lei n. 88 de 08/09/1892, alterada pela Lei n. 169 de 07/08/1893 que consolidaram as principais idéias das elites republicanas paulistas para a instrução pública (TANURI, 2000, p. 68-69), a saber:

[...] criação de um ensino primário de longa duração (8 anos), dividido em dois cursos (elementar e complementar); a criação dos “grupos escolares”, mediante a reunião de escolas isoladas, como o ensino graduado e classes organizadas segundo o nível de adiantamento dos alunos; a criação de um curso superior, anexo à Escola Normal, destinado a formar professores para as escolas normais e os ginásios.

Na Escola Normal, o currículo foi ampliado com ênfase nas matérias científicas (embora continuasse existindo uma única cadeira responsável pela formação pedagógica – Pedagogia e Direção de Escolas), o curso foi prolongado para quatro anos, havendo a exigência de uma cultura enciclopédica para ingresso na instituição, a ser avaliada por meio de exames.

Segundo Arce e Jambersi (2009, p. 129), “como resultado desta Reforma a Escola Normal foi alçada a patamares altíssimos, jamais igualados em sua história, de detentora potencial da cultura brasileira e responsável por sua propagação”. O ensino era fundamentado no caráter humanístico e baseado no método intuitivo. Aos normalistas era oferecida uma formação enciclopédica além de aulas práticas sobre métodos de ensino, realizadas na Escola-Modelo¹⁰ anexa à Escola Normal. Entretanto, Arce e Jambersi lembram que “sua criação não reflete uma marca exclusiva da República, a Escola-Modelo existiu desde o período imperial em 1876. O diferencial da republicana para a imperial reside no fato de que agora ela tornou-se modelo de fato”, constituindo-se em um exemplo a ser seguido pelas demais escolas públicas do Estado. Sua estrutura organizacional foi baseada na mesma

⁹ Ver nota 8, p. 23.

¹⁰ A escola-modelo era um estabelecimento de ensino cujos métodos e organização poderiam servir de modelo a outras escolas. (OZELIN, 2006, p. 93).

estrutura das Escolas graduadas européias, nas quais a escola era organizada por séries correspondentes às idades das crianças, permitindo aos professores a adoção do ensino simultâneo. No Brasil este modelo foi implantado, inicialmente, no estado de São Paulo no ano de 1890, sendo expandido durante as duas primeiras décadas da República.

Os Grupos Escolares foram criados pelo Decreto nº. 248 de 26/07/1894. Tratava-se do agrupamento de escolas isoladas em um só prédio onde houvesse mais de uma escola no raio de obrigatoriedade escolar. A disposição dos alunos seguia o modelo de uma escola graduada: distribuídos por sexo em quatro classes correspondentes ao 1º, 2º, 3º e 4º anos do curso preliminar, e por determinação legal deveriam adotar os mesmos procedimentos metodológicos utilizados pelas Escolas-Modelos, ou seja, o método intuitivo.

Segundo Arce e Jambersi (2009) os Grupos Escolares recebiam recursos financeiros ao passo que as Escolas Isoladas refletiam o descaso do Governo em relação à Instrução Pública. Até mesmo a localização dos prédios trazia implícita essa diferença já que os Grupos Escolares situavam-se em locais de fácil acesso e grande desenvolvimento e as escolas isoladas por sua vez encontravam-se alienadas, marginalizadas, distantes do centro de desenvolvimento econômico da cidade.

Como resultado desta diferenciação pode-se citar a questão da escolha e contratação dos professores: para os grupos escolares exigia-se para a admissão de professores a formação pautada em vasto conteúdo de caráter enciclopédico, bem como preparação e conhecimento do método intuitivo, formação esta que só era encontrada nas escolas normais (destinadas as filhas da elite brasileira); já para as escolas isoladas aceitava-se para a contratação professores formados pelas Escolas Complementares, que em termos qualitativos não complementava uma formação tão rigorosa quanto a ministrada nas Escolas Normais e Escolas Modelos Anexas as Escolas Normais. (ARCE; JAMBERSI, 2009, p. 130).

A diferença educacional entre esses dois modelos de Instituição Escolar demonstra a contradição do discurso liberal para com a educação popular, pois ao mesmo tempo em que se pregava e se defendia o acesso da população à escola, era oferecida a essa mesma população uma escola de caráter simplificado e que não era nem suficiente para abrigar toda a clientela da época.

Nem todas as metas dos primeiros reformadores republicanos foram atingidas. A Escola Normal Superior não foi instalada e os cursos complementares¹¹ não se instalaram com o objetivo de integralizar o primário, mas com o objetivo de preparar professores para as

¹¹ O Curso Complementar corresponde a uma parte do curso primário (que em 1892 oferecia dois cursos: preliminar e complementar); curso primário superior. (OZELIN, 2006, p. 92).

escolas preliminares¹², com o acréscimo de um ano de prática de ensino nas escolas modelo. Com isso, iniciava-se uma dualidade de escolas para a formação de professores. As escolas complementares¹³ foram, em 1911, transformadas em escolas normais primárias. Instituíram-se, assim, escolas normais de dois níveis: as primárias – destinadas à formação de professores para as escolas primárias públicas – e as secundárias – que formavam professores para atuarem em qualquer grau de escolarização, inclusive na própria Escola Normal Secundária. Como formavam professores destinados a atuações diferenciadas, as duas modalidades de escolas normais possuíam currículos também diferentes: o das escolas normais secundárias era bem mais desenvolvido, tanto no conteúdo de formação pedagógica, como no propedêutico.

Retomando a questão das Escolas Complementares, estas sugeriam um modelo específico de formação de professores, diferente do proposto pela Escola Normal. Segundo Nery (2009, p. 20),

inicialmente esta instituição foi concebida como parte da ampliação da escolarização elementar. No entanto, poucos anos depois ela se tornou uma opção, ao que tudo indica, viável de levar a formação de professores para o interior paulista¹⁴. Em 1895, a primeira delas é criada, anexa à Escola Normal da Capital.

Para a autora a formação de professores oferecida pela Escola Complementar parece seguir o já desenvolvido pela Escola Modelo baseado na observação de práticas modelares, no qual toda a formação se dava por homologia, ou seja, os alunos aprendiam a ser professores tendo como modelo seus próprios professores e aprendendo com eles o que iriam ensinar.

Para se tornar o professor da escola preliminar, os alunos da Escola Complementar deveriam fazer um ano de prática em grupos escolares ou em escolas-modelos, após cursar os 4 anos da Escola Complementar. Ao final, o aluno saía com o título de professor complementarista, o que o distinguia do professor normalista. A partir de 1906 os professores complementaristas passaram a ter o direito de ingressar no 3º ano da Escola Normal. Esse modelo escolar, mais barato que o da Escola Normal, foi o encontrado para solucionar os problemas de profissionalização docente naquele momento. (NERY, 2009, p. 21-22).

¹² Escola Preliminar: em São Paulo, nome primitivamente dado à escola primária isolada. Ao serem criados os grupos escolares, dando início à organização de turmas seriadas, na última década do século XIX, a escola preliminar, único tipo até então existente, passou a chamar-se escola isolada, para distinguir-se dos grupos escolares. Tal escola era regida por professores normalistas. (OZELIN, 2006, p. 94).

¹³ A Escola Complementar era parte do ensino primário que era composto pelo curso preliminar (para crianças de 7 a 12 anos) e pelo curso complementar. Escola Primária Superior. Em 1911, pelo Decreto n. 2.025, de 29 de março do mesmo ano, as quatro Escolas Complementares então existentes foram convertidas em Escolas Normais Primárias. (OZELIN, 2006, p. 93).

¹⁴ A mesma lei que permitiu que os alunos da Escola Complementar, após um ano de observação na escola modelo, pudesse exercer o magistério, permitia o mesmo ao aluno do Ginásio do estado.

Com relação aos métodos de ensino, Oscar Thompson oficializou o método analítico¹⁵ para o ensino de leitura que “passa a ser adotado em grupos escolares da capital e do interior do Estado, com o objetivo de uniformizar esse ensino e consolidar o modelo considerado cientificamente verdadeiro” (MORTATTI, 2000, p. 83). Com a oficialização do método, uma série de cartilhas passa a ser organizada com base nele. (NERY, 2009).

A partir do ano de 1910, Oscar Thompson inicia uma reestruturação da rede de escolas destinadas à formação de professores, criando as Escolas Normais Secundárias de São Carlos e Itapetininga e as Escolas Normais Primárias de Pirassununga e Botucatu, além de, por meio de um decreto, converter as Escolas Complementares em Escolas Normais Primárias¹⁶.

Segundo Nery (2009, p. 46), “em 1916, Oscar Thompson foi comissionado, pelo governo do estado, juntamente com outros agentes eminentes do campo educacional, [...] para juntos estudarem um projeto de reforma da instrução pública de São Paulo”. Em 1917, quando retornou para a Diretoria Geral da Instrução Pública, além de promover várias mudanças, institucionalizou a prática do escotismo.

O movimento escoteiro foi iniciado nas escolas em 1917, ocasião em que se abriu um curso para diretores e inspetores de grupos escolares e difundiu-se amplamente o “Manual do Escoteiro”, de Baden Powell. O *Anuário do Ensino* de 1917 mostra que eram os inspetores que, através de palestra e conferências, faziam a propaganda das linhas de tiro e da Liga de Defesa Nacional. (NERY, 2009, p. 26).

Porém, Nery (2009, p. 50) ressalta que

o objetivo principal de Thompson ao retornar à DGIP, no entanto, parece ser o de promover uma ampla reforma do ensino. Os jornais da época, motivados ainda mais pelos resultados da guerra mundial, pediam reformas. Apesar de todo investimento feito na instrução pública até então, a educação não se expandiu tal qual a população paulista, aumentando os índices de analfabetismo.

Apesar do impulso que o ensino normal sofreu na segunda década do século XX e do conseqüente aumento do número de professores com formação para atuarem em escolas primárias paulistas, não houve a diminuição do analfabetismo. Tal situação culminou na Reforma Sampaio Dória (Lei n. 1.750, de 8/12/1920), que pôs fim à dualidade das escolas normais, unificando os tipos segundo o modelo da escola normal secundária. Assim, com a unificação das escolas normais, tais instituições passaram a se denominar Escola Normal

¹⁵ O Método Analítico é um método de alfabetização que parte do conjunto para o detalhe, ou seja, vai da frase para a palavra, dessa para a sílaba e dessa para a letra. São analíticos os métodos de sentençação e palavração. (OZELIN, 2006, p. 96).

¹⁶ A exceção será a Escola Complementar de Itapetininga. Como já havia um decreto criando a Escola Normal de Itapetininga, publicado em 1894, em 1910 é reinstalada a Escola Normal Secundária de Itapetininga.

somente. Nesse ano, no estado de São Paulo, existiam dez estabelecimentos oficiais destinados à formação de professores, como pode ser observado no quadro seguinte:

Estabelecimento¹⁷	Ano de criação
Escola Normal da Capital	1846
Escola Normal de Piracicaba	1911
Escola Normal de Campinas	1911
Escola Normal de Guaratinguetá	1911
Escola Normal de Itapetininga	1911
Escola Normal de São Carlos	1911 ¹⁸
Escola Normal de Pirassununga	1911
Escola Normal de Botucatu	1911
Escola Normal de Casa Branca	1913
Escola Normal do Brás	1913

Quadro I: Escolas Oficiais do estado de São Paulo no ano de 1920. Baseado em TANURI, 1979, p. 150.

Segundo Nery (2004), os Anuários de Ensino de 1921-1922 e 1923 exaltavam os resultados obtidos pela reforma no combate ao analfabetismo em São Paulo, porém, não em consequência às mudanças no ensino normal, mas pelas alterações realizadas no ensino primário.

A Reforma de 1925 (Lei n. 2.095, de 24/12/1925) – elaborada e executada sob o comando de Pedro Voss na Diretoria Geral da Instrução Pública paulista –, entre outras modificações, ampliou de 4 para 5 anos a duração do ensino normal. Segundo Nery (2004), as críticas feitas a essa reforma estão no *Inquérito sobre o Ensino em São Paulo* – realizado por Fernando de Azevedo, em 1926 para o jornal *O Estado de S. Paulo* – e se concentram no alto número de escolas normais existentes no estado, sendo que a maioria delas funcionava com poucos alunos.

O decreto que regulamentou a Reforma de 25 durou apenas um ano, porém novas modificações foram feitas no ano de 1927, com a Lei 2.296, de 31 de dezembro do mesmo ano. Como o problema do analfabetismo ainda não havia sido resolvido, o governo de então considerou que a solução seria formar um maior número de professores e, para isso, reduziu o

¹⁷ As escolas normais de Piracicaba, Campinas, Guaratinguetá e Itapetininga foram inicialmente denominadas escolas complementares e transformadas em escolas normais a partir de 1911. Os anos de criação dessas instituições como escolas complementares são os seguintes: Piracicaba, 1897; Campinas, 1903; Guaratinguetá, 1903; e Itapetininga, 1910.

¹⁸ A Escola Normal de São Carlos foi criada em 30 de dezembro de 1910 pela Lei 1.245, art. 45 e instalada no ano de 1911.

curso das escolas normais de 5 para 3 anos. Segundo Nery (2004), essa reforma parece não ter provocado nenhuma discussão significativa.

De maneira geral, podemos considerar que o período entre os anos de 1910 e 1930 marca a consolidação do modelo de formação de professores no estado de São Paulo. É nesse período que a formação de professores passa a ocorrer nas escolas normais. As dez escolas normais públicas existentes nessa época resistiram à baixa procura dos alunos em algumas unidades e a oposição de alguns professores quanto à manutenção de todas elas. No entanto, as Escolas Normais Livres, franquizadas a partir de 1927, alcançaram números bastante superiores às públicas em 1928 (veja quadro a seguir). Nery (2004) ressalta que havia demanda não atendida pelas normais públicas e que isso se devia à existência de uma política educacional equivocada uma vez que, na prática, observou-se que a preocupação inicial com a formação de professores no estado de São Paulo acabou por não atender a preocupação principal que era a de, pelo menos, diminuir a taxa de analfabetismo.

No quadro a seguir pode ser observada a relação das 26 (vinte e seis) Escolas Normais Livres equiparadas as oficiais de três anos, em funcionamento no ano de 1928.

Escolas Normais Livres	Localidade
Colégio Puríssimo Coração de Maria	Rio Claro
Colégio do Sagrado Coração de Jesus	Campinas
Escola Normal Livre de Tietê	Tietê
Ginásio Municipal Mackenzie	Araraquara
Ginásio de São Luiz	Jaboticabal
Colégio Santa Inês	Capital
Escola de Farmácia e Odontologia	Ribeirão Preto
Colégio Nossa Senhora Auxiliadora	Batatais
Escola Normal Livre de Franca	Franca
Escola Normal Livre de São Simão	São Simão
Colégio Progresso Campineiro	Campinas
Colégio Nossa Senhora do Amparo	Amparo
Associação Instrutiva “José Bonifácio”	Santos
Colégio Santo André	Jaboticabal
Escola Normal Livre de Bauru	Bauru
Colégio Nossa Senhora do Carmo	Guaratinguetá
Colégio Nossa Senhora d’Assunção	Piracicaba
Colégio Progresso	Araraquara

Escola Professor Patrocínio S. José	Lorena
Ginásio Municipal	Jaú
Colégio Patrocínio	Itu
Colégio Imaculada	Mogi Mirim
Colégio São José	Limeira
Colégio “Florence”	Jundiaí
Colégio Batista-Brasileiro	Capital
Colégio São José	Pindamonhangaba

Quadro II: Escolas Normais Livres em funcionamento no ano de 1928, no estado de São Paulo.
Fonte: TANURI, 1979, p. 216.

Em 1928 havia 26 escolas normais livres equiparadas às oficiais funcionando no estado de São Paulo. Em 1930 eram 49, porém algumas desapareceram com o estabelecimento de exigências mais rigorosas para a equiparação às normais oficiais, permanecendo, em 1934, 43 normais livres.

2.3 A educação moral, o civismo e a higiene na Primeira República brasileira

Nos anos de 1920, os intelectuais que se propunham a pensar e avaliar a República brasileira entendiam que na educação encontrava-se a solução para os problemas por eles identificados.

Este entusiasmo pela educação condensava expectativas diversas de controle e modernização social, cuja formulação mais acabada se deu no âmbito do nacionalismo [...]. Neste âmbito, o papel da educação foi hiperdimensionado: tratava-se de dar forma ao país amorfo, de transformar os habitantes em povo, de valorizar o organismo nacional, de constituir a nação. Nele se forjava projeto político autoritário: educar era obra de moldagem de um povo, matéria informe e plasmável, conforme os anseios de Ordem e Progresso de um grupo que se auto-investia como elite com autoridade para promovê-los. (CARVALHO, M., 1989, p. 9).

A escola na Primeira República brasileira simbolizava a instauração de uma nova ordem e, portanto, deveria “fazer ver” (CARVALHO, M., 1989, p. 9).

Para fazer ver, a escola devia se dar a ver. Daí os edifícios necessariamente majestosos, amplos e iluminados, em que tudo se dispunha em exposição permanente. Mobiliário, material didático, trabalhos executados, atividades discentes e docentes — tudo devia ser dado a ver de modo que a conformação da escola aos preceitos da pedagogia moderna evidenciasse o Progresso que a República instaurava. (CARVALHO, M., 1989, p. 25).

Em seu discurso por ocasião da inauguração do edifício da Escola Normal Caetano de Campos, em 1894, Cesário Mota (apud CARVALHO, M., 1989, p. 25) deixava claro que a escola da República contrapunha-se àquela da velha ordem que não poderia oferecer nem educação cívica, nem “preparação para satisfizer as necessidades da vida ou para desempenhar as funções sociais que o regime republicano exige”.

Segundo Marta Carvalho (1989), construído sob o “primado da visibilidade”, o sistema público de ensino paulista apresentava aos futuros professores a proposta de “ver para reproduzir os procedimentos vistos e dar a ver sua prática como modelo de outras [...]”: é a Pedagogia dos “processos intuitivos” que trazia a possibilidade de recapitular, no indivíduo, o caminho percorrido pela humanidade na construção do conhecimento, conquistando para ele os benefícios trazidos pela Ciência para a Humanidade e, através deles, as condições para o exercício da cidadania. Caetano de Campos, em *Memória* apresentada ao Governador Jorge Tibiriçá (apud CARVALHO, M., 1989, p. 31), afirmava que a mudança de regime havia entregado “ao povo a direção de si mesmo” tornando-se urgente “cultivar-lhe o espírito, dar-lhe a elevação moral de que ele precisa, formar-lhe o caráter para que saiba querer”.

“Para o Governo, educar o povo era um dever e um interesse. Interesse [segundo Caetano de Campos – apud CARVALHO, M., 1989, p. 33] ‘porque só é independente quem tem o espírito culto, e a educação cria, avigora e mantém a posse da liberdade’”. Tal interesse não se restringia somente ao ensino primário, embora esse fosse visto como muito importante por formar na criança o hábito de pensar antes de falar, de aproveitar o tempo e sobretudo o amor ao trabalho, porém insuficiente para formar cidadãos. Impunha-se, assim, que o ensino fosse “completo, inteiro em todos os conhecimentos indispensáveis à vida, enciclopédico por assim dizer [...]” fazendo com que os conhecimentos científicos ministrados na escola secundária fossem a base da educação. “Fornecer tal ensino inteiro, completo, de base científica, condição efetiva da cidadania plena, é o que se entendia como tarefa republicana”. (CARVALHO, M., 1989, p. 33).

Para a disseminação desse ensino era necessário o estabelecimento prévio de novas escolas-modelo¹⁹, anexas à Escola Normal, nas quais os novos processos de ensino pudessem ser observados pelos futuros professores. A cidadania efetiva dos brasileiros era, assim, postergada para o futuro, uma vez que, antes de iniciarem-se os ensinamentos aos alunos da escola primária era necessário formar professores hábeis para exercerem essa tarefa.

¹⁹ A escola-modelo era um estabelecimento de ensino cujos métodos e organização poderiam servir de modelo a outras escolas. (OZELIN, 2006, p. 93).

Como dito anteriormente, o problema mais urgente para ser resolvido, naquele momento, era o analfabetismo que passou a ser visto como um entrave para o progresso da nação. Oscar Thompson (então Diretor Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo) em relatório apresentado no ano de 1918 ao Secretário do Interior, Rodrigues Alves, afirmava que o analfabetismo era a causa da existência das populações que “mourejavam no Estado, sem ambições, indiferentes, de todo em todo, às cousas e homens do Brasil”. Segundo Marta Carvalho (1989, p. 40), “produz-se, assim, um deslocamento no discurso educacional: um novo personagem irrompe, um brasileiro doente e improdutivo, peso morto a frear o Progresso, substitui a figura do Cidadão abstrato, alvo das luzes escolares”. Essa “figura de um brasileiro doente e indolente, apático e degenerado, alegoriza os males do país. Transformar essa espécie de Jeca Tatu em brasileiro laborioso, disciplinado, saudável e produtivo era o que se esperava da escola”. (CARVALHO, M., 1989, p. 56).

A questão do analfabetismo do povo brasileiro apresentava-se para Sampaio Dória (idealizador da Reforma de 1920) como uma “questão nacional por excelência”. Contudo, sua proposta, que culminou na Reforma de 1920, não se limitava somente à alfabetização. A escola primária implantada pela Reforma deveria funcionar como:

1º instrumento de adequação científica, com aprender a ler e escrever; 2º educação inicial dos sentidos, no desenho, no canto e nos jogos; 3º educação inicial da inteligência, no estudo da linguagem, da análise, do cálculo e nos exercícios de logicidade; 4º educação moral e cívica, no escotismo, adaptado à nossa terra e no conhecimento de tradições e grandezas do Brasil; 5º educação física inicial, pela ginástica, pelo escotismo e pelos jogos.²⁰ (ANTUNHA, 1976 apud CARVALHO, M., 1989, p. 42).

Entre as medidas apresentadas pela Reforma, destacam-se: redução do ensino primário para 2 anos e a criação do ensino médio de 2 anos de duração, correspondentes ao 3º e 4º anos primários (então extintos); redução da obrigatoriedade e gratuidade da frequência escolar primária (somente as crianças de 9 e 10 anos eram obrigadas a frequentar o curso primário) e a criação de 2 mil escolas isoladas; entre outras. (ANTUNHA, 1976 apud CARVALHO, M., 1989). Tais medidas foram acompanhadas por outras,

[...] voltadas para o que era entendido como nacionalização do ensino. A questão comportava dois aspectos distintos, embora solidários: tratava-se, por um lado, de “abrasileirar os brasileiros” através da alfabetização e da educação moral e cívica e, por outro, de integrar o imigrante estrangeiro. Neste segundo aspecto o escotismo foi incentivado, juntamente com outras medidas de formação cívica. Mas a iniciativa mais relevante neste caso foi a intervenção nas escolas estrangeiras. Novas disposições legais prescreviam

²⁰ ANTUNHA, H. *A instrução pública no estado de São Paulo. A reforma de 1920*. São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 1976. (Estudos e Documentos, 12).

que respeitassem os feriados nacionais, ministrassem o ensino em vernáculo, incluíssem no currículo o ensino de Português, Geografia e História do Brasil por professores brasileiros natos e ensinassem os cantos nacionais nas classes infantis. Além disso, essas escolas deveriam abrir-se à inspeção do Estado e fornecer-lhe os dados estatísticos solicitados. (CARVALHO, M., 1989, p. 44).

Lembrando que, segundo Nery (2009, p. 53),

a Educação Cívica foi desmembrada da Pedagogia, passando a ser mais uma atividade prática. Quanto à unificação, a criação das Escolas Complementares em 1917, atreladas às Escolas Normais, foi uma medida tomada por Oscar Thompson para promover a unificação das Normais. Sobre a separação da educação cívica, desde 1911 com a criação dos Grêmios Normalistas, e a partir de 1917 com a institucionalização do escotismo, a educação cívica já se tornara uma atividade prática.

Dois anos antes da aplicação da Reforma, Sampaio Dória (então catedrático de Psicologia, Pedagogia e Educação Cívica da Escola Normal da Capital) foi convidado a proferir uma conferência sobre educação cívica no curso de higiene elementar oferecido a diretores de grupos escolares no Instituto Butantã, em 1918. Em seu discurso, Sampaio Dória apresentava um programa de formação de cidadãos, “*de brasileiros dignos da democracia e da liberdade. Concebida como religião da Pátria, a educação cívica, elemento fundamental na formação do homem, deveria se articular em torno de três elementos: a concepção de Pátria, o ritual de civismo e a moral cívica*”. (ROCHA, 2003, p. 162, grifos da autora).

Segundo ele,

O primeiro se dirige á intelligencia e faz pensar. Que é a Patria? Muito já se tem dito a este respeito. Em regra, nos limitamos a senti-la. Já na meninice, e, depois, no decorrer dos annos, da Patria mais logramos o sentimento que a sua idéa pura e perfeita. Mas, sejam quaes forem as suggestões do sentimento e da saudade, a Patria é sempre a “*comunidade da terra e da gente, das instituições e da lingua, das tradições e do futuro*”.

O segundo elemento da religião da Patria, o ritual civico, interessa directamente o sentimento, e faz vibrar. Celebram-se os fastos nacionaes. Institui-se o culto dos heroes. Cantam-se canções de guerra. Descobrimo-nos todos, quando o hymno toca. Rezam-se orações à bandeira. Exaltamo-nos a rufar dos tambores. Um toque de clarim ecôa em nosso espirito, como um canto de alvorada para gloria.

O terceiro elemento conflue para a vontade, e faz agir. É a moral civica, que se compendia em maximas, em preceitos, em mandamentos²¹. (Sampaio Dória, 1918 apud ROCHA, 2003, p. 162).

O discurso de Sampaio Doria nesse curso, cujo objetivo era “*buscar o engajamento dos diretores na obra de saneamentos rural*”, deixava “*explícitos os vínculos entre os esforços*

²¹ DÓRIA, A. S. Anuario do Ensino do Estado de São Paulo. 1918, p. 234.

no sentido de sanear o país e os objetivos de constituição da nacionalidade”. (ROCHA, 2003, p. 163).

Segundo Rocha (2003, p. 13), entre o final do século XIX e início do XX, a cidade de São Paulo passava por transformações,

O intenso crescimento populacional, decorrente, em grande medida, do afluxo de um significativo contingente de imigrantes, será acompanhado de uma rápida transformação na paisagem. Se uma outra cidade vai surgindo, os problemas que se colocam ganham uma dimensão até então desconhecida. Cortiços, habitações coletivas, porões, enchentes, acúmulo de lixo, epidemias, greves e rebeliões, representados como signos da desordem, do caos urbano e de uma constante ameaça, exigirão novas estratégias de intervenção.

Tais estratégias foram elaboradas e colocadas em prática por meio do trabalho de médicos-higienistas e sanitaristas que, através da criação de instituições, de investigações sobre o modo de vida da população e da criação de formas de intervenção, tinham como objetivo produzir uma nova maneira de se viver diferente daquela vivida pela maioria da população. Entre as estratégias pensadas e colocadas em prática por esses profissionais, estão as iniciativas que visavam fazer da educação escolar um meio de higienização da população. Em uma época em que as representações sobre o povo o identificavam como amorfo, a articulação entre educação e saúde também era vista como uma possibilidade de “regeneração da população brasileira” (ROCHA, 2003, p. 232), uma vez que se atribuía à falta de educação da população a responsabilidade pelos problemas sociais então existentes. “*Regenerar* as populações brasileiras, núcleo da nacionalidade, tornado-as saudáveis, disciplinadas e produtivas, eis o que se esperava da educação, erigida nesse imaginário em causa cívica de redenção nacional”. (CARVALHO, M., 1989, p. 10, grifo da autora).

Com vistas a centralizar as ações inerentes à saúde pública no estado de São Paulo, foi criado, em 1918 (baseado no modelo norte-americano e resultando de um acordo entre o Governo do Estado de São Paulo e a Junta Internacional de Saúde da Fundação Rockefeller), o Instituto de Hygiene que teve papel fundamental na elaboração da política sanitária adotada a partir de 1925.

Política que, calcada nos ideais de prevenção das doenças e manutenção da saúde, elegeu, como objetivo prioritário, a *formação da consciência sanitária* e constituiu a educação sanitária em uma das suas mais importantes pautas, acreditando ser possível, por meio dela, inculcar na população e, sobretudo, nas crianças, hábitos salutaros. (ROCHA, 2003, p. 14, grifos da autora).

Entre os objetivos do instituto “destacam-se os intentos de constituí-lo em uma escola de higiene e saúde pública, *locus* privilegiado de formação de profissionais nos misteres da saúde pública” (ROCHA, 2003, p. 126). Tendo como alicerce novas concepções de saúde e visando instaurar novas práticas, torna-se muito importante, naquele momento, a formação de novos agentes e a difusão da educação sanitária.

O Instituto de Hygiene teve atuação importante na elaboração de estratégias que tinham como objetivo divulgar hábitos de higiene no ambiente escolar por meio da formação profissional dos professores primários e de agentes de saúde pública, além da produção de impressos destinados às crianças das escolas primárias e seus professores.

Três anos após sua criação, o Instituto de Hygiene foi reorganizado e passou a oferecer “cursos de pós-graduação em profilaxia da malária e ancilostomíase, curso intensivo de Higiene Rural e instrução em Higiene para as alunas da Escola Normal” (ROCHA, 2003, p. 131). Em 1922, sob a direção do Dr. Paula Souza, o Instituto passou a oferecer cursos técnicos voltados para a formação de novos agentes de saúde pública, retomando, somente em 1928, suas atividades referentes aos cursos de pós-graduação. Segundo Rocha (2003), entre 1922 e 1924, foram ministrados cursos técnicos a três turmas e cursos de Higiene a duas turmas de normalistas.

A partir de 1921, com a criação da cadeira de Anatomia e Fisiologia Humana, Biologia e Higiene²² como parte do currículo dos cursos de formação de professores, a instrução das alunas da Escola Normal se consubstanciou em uma resposta às demandas geradas por esse dispositivo. Segundo Tanuri (1979, p. 156),

ainda que a ênfase colocada na ‘prática de ensino’, como principal instrumento de preparo profissional, continue a se verificar, já se observam, de outro lado, preocupações em torno de uma reestruturação curricular, com inclusão de ciências consideradas ‘fundamentos da educação’ como: Psicologia, Biologia Educacional ou Higiene, História da Educação, Sociologia.

Assim, a partir de 1921, a proposta de instrução das alunas normalistas passou a orientar o trabalho do Instituto de Hygiene. Tal instrução abrangia assuntos referentes à higiene pessoal, à higiene da casa e os aspectos diretamente ligados à higiene escolar e era baseada em uma orientação prática predominando as demonstrações, preleções e exercícios práticos de Higiene Escolar e Higiene Infantil. O objetivo dos exercícios práticos era demonstrar como proceder à inspeção diária das crianças, pesá-las e medir sua força

²² Cadeira instituída pela Reforma Sampaio Dória (Decreto n. 3.356, de 31 de maio de 1921. *Collecção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo de 1921*, pp. 95-109). Informação extraída de Rocha (2003, p. 136, nota 29).

mensalmente, além de orientar as futuras professoras a respeito do que ensinar aos seus alunos sobre higiene. (ROCHA, 2003).

Em 1925 foi instituído, pelo Decreto n. 3.876 – que, conforme Rocha (2003, p. 142), reorganizou o Serviço Sanitário – o curso de educadores sanitários como expressão da nova política de saúde pública que tinha na idéia de prevenção a sua principal característica.

Concebendo os problemas de higiene como resultado da falta de educação sanitária e, nessa medida, atribuindo à educação a possibilidade de superação dos graves problemas sanitários gerados pelo intenso crescimento urbano, a reforma teve na criação do curso de educadores sanitários uma das suas principais inovações. (ROCHA, 2003, p. 143).

Essa mesma reforma criou também a Inspetoria de Educação Sanitária e os Centros de Saúde como dependência da Diretoria Geral do Serviço Sanitário, com o objetivo de “promover a consciência sanitária da população” (ROCHA, 2003, p. 144). Com a criação dos Centros de Saúde, a ênfase do saneamento do meio passou para a educação sanitária do indivíduo, priorizando, em detrimento das práticas policialescas, o ensino de higiene ao povo, a imunização contra doenças transmissíveis, o oferecimento de informações sobre puericultura e tratamento de indivíduos doentes, tendo em vista a preservação da saúde.

Os principais destinatários das estratégias da educação sanitária eram a infância e a mocidade, representadas como “matéria plástica e plasmável”, procurando, por meio delas, atingir suas famílias, “ensinando-lhes um padrão de vida civilizado, expresso em práticas desejáveis de asseio pessoal e do vestuário, higiene do lar, alimentação e cuidados com os filhos”. (ROCHA, 2003, p. 147).

Com relação ao curso de educadores sanitários, Rocha (2003, p. 147, grifos da autora) ressalta que,

articulada ao objetivo de formação da *consciência sanitária* da população, a criação do curso de educadores sanitários, a ser ministrado pelo Instituto de Higiene, responderia às necessidades de capacitar novos agentes, cuja atuação deveria se voltar para a difusão dos preceitos de higiene [...].

A admissão no curso era realizada por meio da aprovação em um exame constituído por duas provas escritas. O candidato deveria também ser diplomado por Escola Normal do Estado; se fosse professor público precisaria apresentar um atestado da Diretoria Geral da Instrução Pública constando o cargo ora exercido, sua categoria, a localidade e a escola em que o exerce; gozar de boa saúde e ter idade inferior a 30 anos e superior a 18. (ROCHA, 2003, p. 149, nota 52). Assim, percebe-se que essa nova carreira deveria ser seguida paralelamente à carreira do magistério.

O curso tinha a duração de um ano letivo e seis meses de estágio. Tendo um caráter teórico-prático, seu currículo era constituído por aulas acompanhadas de demonstrações práticas realizadas em laboratórios, centros de saúde, hospitais e instituições de profilaxia. Além do estágio de seis meses, os alunos deveriam fazer estágios no Instituto de Hygiene, no Serviço Sanitário ou em outras instituições designadas pelo Inspetor. Com relação ao perfil dos alunos (matriculados entre 1925 e 1930), o curso foi procurado por diretores, vice-diretores e também por profissionais que não exerciam o magistério, porém, a maioria dos que se matricularam eram professores e professoras dos grupos escolares. Entre os últimos, destaque para o grande número de professoras que fizeram o curso, 82,3% do total de alunos. (ROCHA, 2003).

Na concepção do Instituto de Hygiene, as professoras primárias eram vistas como importantes aliadas na divulgação das noções de higiene, sendo oferecidos a elas vários cursos antes mesmo da criação do curso de educadores sanitários. Sua escolha se justificava pela falta de enfermeiras que pudessem ser designadas para essa função, porém, a formação pedagógica era vista como uma vantagem dessas profissionais.

É importante ressaltar a importância atribuída à higiene pelos professores. Conforme Rocha (2003), Oscar Thompson – então diretor geral da Instrução Pública –, em 1917, visando dar ao Anuário de Ensino uma feição voltada para a difusão dos princípios da Escola Nova, apresenta uma proposta de educação integral que possibilitasse a formação integral do homem brasileiro. Para ele, entre os elementos que compõem o programa de renovação da escola, a divulgação dos princípios de higiene e, sobretudo, dos ensinamentos de puericultura, articulados aos demais, deveriam possibilitar a formação do “brasileiro orgulhoso da sua terra e da sua gente”²³. (THOMPSON, 1917 apud ROCHA, 2003, p. 161).

No ano seguinte, foi oferecido aos diretores dos grupos escolares do interior e do litoral um curso de higiene elementar no Instituto Butantã visando preparar diretores e professores para “divulgar na escola e fora della conhecimentos da hygiene publica elementar e principalmente da hygiene rural e de auxiliar o Serviço Sanitario do Estado na campanha já iniciada, em prol do saneamento do interior”²⁴. (Anuario do Ensino, 1918 apud ROCHA, 2003, p. 161). Segundo Rocha (2003) o curso teve a duração de 16 dias e foi oferecido a duas turmas de diretores de grupos escolares, entre agosto e setembro de 1918.

A iniciativa de formação dos diretores dos grupos escolares mostra a importância que as questões relativas à higiene e à saúde pública vão assumindo no projeto educacional

²³ THOMPSON, O. Anuario do Ensino do Estado de São Paulo. 1917, p. 7.

²⁴ ANUARIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO. 1917, p. 211-212.

brasileiro no início do século XX, deixando clara a concepção de educação sanitária como um meio muito eficiente de regeneração física, intelectual e moral da população uma vez que,

inteligência, sentimento e vontade postos a serviço da causa cívica de engrandecimento do Brasil, formação de “cidadãos eficientes da democracia”, resumiriam o programa de educação cívica com o qual deveriam se comprometer esses agentes de difusão de um novo ideário educacional”. (ROCHA, 2003, p. 163).

Aliada à educação moral, a educação sanitária adentrou a escola, ambiente perfeito para a divulgação de tais idéias, com o objetivo de atingir não somente os alunos, mas também suas famílias e, assim, promover a regeneração do povo brasileiro, transformando-o em cidadão eficiente que valorizasse sua pátria.

Na escola primária, a educação sanitária tinha como objetivos

Eliminar as *atitudes viciosas* e inculcar hábitos salutareos, desde a mais tenra idade. Criar um *sistema fundamental de hábitos higiênicos*, capaz de dominar, inconscientemente, toda a existência das crianças. Modelar, enfim, a *natureza infantil*, pela aquisição de hábitos que resguardassem a infância da debilidade e das moléstias. Eis as tarefas de que se deveria incumbir a escola primária, no bojo da reforma que redefiniu o eixo da política sanitária paulista, na década de 20. (ROCHA, 2003, p. 179, grifos da autora).

No início do século passado, a escola era vista como um cenário importante no qual deveriam ser disseminados os novos conceitos e práticas sobre higiene a serem adotados pelas crianças e, posteriormente, pelas suas famílias. Devido à representação sobre a plasticidade e maleabilidade infantis, entendia-se que todo o esforço educativo deveria privilegiar a infância, enquanto que a instrução para a fase adulta era concebida como sendo apenas uma possibilidade de reforçar alguns hábitos.

O ensino da higiene era pautado nas concepções do ensino ativo, fazendo uso das contribuições da Psicologia tanto para a organização do ensino como para a formação dos professores. Buscando atribuir à Pedagogia um caráter de cientificidade, a Psicologia era vista como a “ciência capaz de ensinar sobre a natureza da criança e, por essa via, responder às questões que dizem respeito às formas de ensinar, evitando os maus hábitos e inculcando os bons”, na tarefa de formação da “consciência sanitária” (ROCHA, 2003, p. 185). É com base nessas idéias que Dr. Almeida Júnior elabora um programa para o ensino da Higiene na escola primária que se iniciaria nas atitudes e no comportamento até alcançar a cognição, em um trabalho educativo elaborado numa seqüência que corresponderia ao caminho que a criança deveria percorrer na aquisição dos hábitos higiênicos: a imitação, a obediência, o amor próprio e o raciocínio. Reservando, no entanto, para os últimos anos do ensino primário, os estudos pormenorizados, o professor deveria permanecer atento à necessidade de clareza,

objetividade e repetição de suas explicações, além de tornar o ensino prático e interessante para os alunos, por meio da utilização de cartazes, desenhos, objetos, etc.

Com o objetivo de garantir a aquisição de hábitos, a educação sanitária era baseada em elementos concretos instituídos no cotidiano escolar. A escola deveria estar “aberta à luz do sol e ao ar, [deveria ser] limpa, espaçosa, ordenada e clara”, ensinando às crianças, por meio da observação e imitação, a necessidade do asseio próprio e alheio; a escola então, “transbordaria a sua ação educativa para o ambiente doméstico”. Porém, quando a observação da organização e limpeza escolares não fosse suficiente para alguns alunos, o professor deveria usar sua autoridade, mostrando às crianças o contraste existente entre o ambiente higiênico da escola e o ambiente domiciliar do aluno. A figura do professor deveria ser um exemplo a ser seguido pela criança, “impressionável e plástica”, transmitindo-lhe os hábitos de asseio e os cuidados higiênicos consigo mesmo e para com os outros. (ROCHA, 2003).

As sugestões higiênicas presentes na escola e o exemplo do professor não bastariam para inculcar nas crianças os preceitos modelares de higienização, seriam necessárias intervenções em seu cotidiano escolar que lhes possibilitassem vivenciar dia-a-dia os hábitos de higiene. O aprendizado por meio dessas práticas não ficaria somente no âmbito escolar, mas visava atingir as crianças e suas famílias que, nas representações daqueles que elaboravam tais modelos educacionais, viviam de maneira não civilizada e precisavam, portanto, da educação sanitária para passarem a viver civilizadamente. Tais práticas consistiam na revista dos alunos; na revista da escola pelos alunos; na observação e correção, por parte do professor, das condutas contrárias aos preceitos higiênicos; às mensurações de peso, altura e força física; e indagações sobre a vida doméstica do aluno.

A revista dos alunos era considerada um instrumento poderoso para inculcar hábitos de asseio pessoal, devendo ser realizada diariamente “nos dois primeiros meses de aula” e podendo “rarear, a partir do terceiro mês, assumindo um intervalo de dois em dois dias e, finalmente, de uma ou duas vezes por semana” devendo o professor “realizá-la sempre em dias indeterminados, o que ampliaria a sua eficácia, pela possibilidade de surpreender os renitentes”. Durante a revista, o professor deveria observar “as mãos, unhas, cabelos, orelhas e, ainda, as roupas e os sapatos” das crianças, explicando-lhes a importância do asseio, incentivando a repetição das noções aprendidas, mostrando os erros e elogiando os acertos, “são os elementos que compõem essa prática, por meio da qual se busca conformar os corpos e gestos das crianças” (ROCHA, 2003). A revista da escola pelos alunos permitia que eles observassem atentamente o asseio e a ordem inerentes às dependências da escola. Observação

que, reforçada pelas palavras do professor, tinha como principal objetivo desenvolver-lhes a capacidade de vigilância sobre o ambiente doméstico.

Observar e corrigir implacável, porém suavemente, os pequenos erros higiênicos cometidos pelos alunos era mais uma tarefa atribuída ao professor que deveria “ir além, inculcando os bons hábitos, redimindo as crianças e suas famílias, pela ação sobre o corpo, os gestos, as condutas, a alma”. Despertar e manter o interesse da criança pela sua própria saúde também era fator importante da educação sanitária. Realizada na própria sala de aula, a mensuração do peso, da altura e da força física era visto como um meio para tornar o aluno interessado e vigilante com relação à manutenção da sua saúde. No tocante à vida familiar, também eram realizadas narrativas da vida doméstica do aluno, proporcionando ao professor construir suas próprias representações a respeito dessas pessoas, permitindo-lhe indicar as “maneiras corretas” de viver a vida cotidiana a serem seguidas tanto pelas crianças quanto pelas suas famílias.

Em sua concepção sobre como deveria ser o ensino de higiene, Dr. Almeida Júnior recomendava o uso de impressos para a divulgação dos preceitos higiênicos. “Coloridos, interessantes, ilustrados, trabalhando as questões numa linguagem simples, livros e cartilhas duplicariam a eficiência do ensino, acompanhando a criança a todas as horas, *insinuando as regras de bem viver no meio familiar*” (ROCHA, 2003, p. 196. Grifos da autora). Para os iniciantes, a recomendação era de uma cartilha de higiene e, para as crianças maiores, era indicado um livro mais completo e minucioso, porém atraente.

Ante o exposto, é possível notar que, ao longo de um curto espaço de tempo, o conceito sobre educação moral, civismo e higiene foi sendo modificado e repassado à população, tendo como principal meio de divulgação a escola, ou seja, a formação dos professores para ensinar aos alunos os preceitos cívicos e higiênicos que deveriam ser, posteriormente, apreendidos por toda a família da criança, com vistas a possibilitar à população melhores condições de vida. Analisando os artigos sobre educação moral, civismo e higiene presentes nos periódicos estudados nesta dissertação, será possível compreender as apropriações e as representações que os professores da Escola Normal de São Carlos fizeram a respeito de assuntos indiscutivelmente importantes nas primeiras décadas do século XX no estado de São Paulo. Porém, antes da leitura dos estudos propriamente ditos, vejamos como era o ambiente no qual a Escola Normal de São Carlos se constituiu e os artigos publicados nos periódicos analisados foram escritos.

2.4 A Escola Normal de São Carlos

Conforme Arce e Jambersi (2009, p. 124),

historicamente os primeiros habitantes da cidade de São Carlos foram os índios guaianases que habitavam as nascentes terras do município, nas quais eram integrados também aos sertões de Araraquara. Posteriormente por determinação do capitão-general Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça, o sargento-mor em exercício, Carlos Bartolomeu de Arruda Botelho, abriu nestas terras em 1721 uma estrada que permitia o acesso às minas de ouro que se encontrava em Cuiabá, facilitando a ida e vinda a cavalo dos tropeiros que para lá demandavam.

Essa estrada era conhecida como “picadão de Cuiabá” e saindo de Piracicaba, atravessava os campos do córrego do Feijão, Pinhal, Araraquara, e finalmente atingia a margem direita do Tietê na altura de Potunduva. Gradativamente o fluxo gerado pela estrada contribuiu para os primeiros indícios de povoamento do município de São Carlos.

Desta forma se estruturaram juridicamente na cidade três áreas de sesmarias. A mais antiga: Sesmaria do Pinhal, datada em 1781 sendo demarcada somente em 1831 por Carlos José de Arruda Botelho, vulgarmente conhecido como “*velho Botelhão*”; a sesmaria do Monjolinho, originada de posse irregular sendo regularizada por carta de doação em 1810, concedida a Felipe de Campos Bicudo e por último a Sesmaria do Quilombo, também surgida de posse irregular e a requerimento do posseiro vigário de Piracicaba, padre Manoel Joaquim do Amaral Gurgel é regularizada esta Sesmaria em 1812. (ARCE; JAMBERSI, 2009).

A cidade de São Carlos passa a ter existência legal em meados do Império com o primeiro ato jurídico determinado pela provisão episcopal, datando de 4 de fevereiro de 1857, do bispo de São Paulo, D. Antonio Joaquim de Mello, autorizando a construção de uma capela. Vale lembrar que a política imperial era regida pelo Padroado, ou seja, a estreita união entre a Igreja e o Estado, permitindo a esta, a livre interferência nos assuntos políticos e econômicos. Essa capela foi o primeiro edifício público da cidade, sendo nomeada *Capela do Senhor São Carlos*²⁵. Contudo, lentamente foi se formando um arraial são-carlense em torno da capela, em sua maioria parentes e herdeiros da família Botelho Arruda. Somente oito anos após a construção e inauguração da Capela é que São Carlos assistiu a sua emancipação política sendo elevada a categoria de vila em 1865. (ARCE; JAMBERSI, 2009).

A economia cafeeira trazida por Carlos José Arruda Botelho, em 1838 trouxe para São Carlos o rápido crescimento urbano, uma vez que os fazendeiros almejavam ter suas

²⁵ Segundo Arce e Jambersi (2009), o nome é uma homenagem que os descendentes da família Arruda Botelho, fizeram ao *velho Botelhão*, falecido em 25 de novembro de 1854.

plantações cafeeiras mais próximas de suas fazendas já que o café estava intimamente relacionado com o processo de povoamento e com a urbanização. No período entre 1831 a 1857 são formadas as primeiras fazendas de café em São Carlos, marcando, assim, o início da atividade econômica de maior expressão no passado histórico da atual cidade. (ARCE; JAMBERSI, 2009).

Em 1880, São Carlos foi elevada à categoria de cidade o que significava o fim da dependência judiciária em relação a Rio Claro, com a criação da comarca, cujos juízes de direito deveriam ser nomeados pelo presidente da Província, chefe de poder executivo, escolhidos entre bacharéis em direito.

Segundo Arce e Jambersi (2009, p. 126),

devido à localização altaneira, São Carlos corria o risco de ficar a margem do progresso. Entretanto, à perseverança do falecido coronel Antonio Carlos de Arruda Botelho “velho Botelhão”, que em sabendo das dificuldades físicas e geográficas da cidade para se ter uma ferrovia, jamais abdicou de lutar por uma estrada férrea. O Governo Imperial, no dia 4 de outubro do ano de 1800, autorizou a instalação da companhia de estrada de ferro que ligaria São Carlos ao terminal da via férrea, atingindo Rio Claro, e estendendo os trilhos até Araraquara e Jaboticabal, atendendo as regiões de Brotas, Dois Córregos e Jaú.

Quatro anos depois, teve início a construção de uma estrada de ferro cuja coordenação era responsabilidade do Engenheiro Antonio Francisco de Paula Souza. Em 15 de outubro de 1884, São Carlos assistiu a um triunfante acontecimento histórico, a chegada da ferrovia. A introdução da estrada férrea em São Carlos trouxe efêmeras transformações socioeconômicas para a cidade. Os fazendeiros nutridos do desejo de modernizá-la migram para o perímetro urbano e passam a investir cada vez mais em exuberantes arquiteturas no esforço de elevar a pequena vila da colina às condições de metrópole. Logo a demonstração de poder e o grau de prestígio eram demarcados por meio das residências nas cidades. (ARCE; JAMBERSI, 2009).

Após a proclamação da República, a região da cidade de São Carlos continuou a ser considerada pólo de desenvolvimento importante para o Estado de São Paulo. A cafeicultura continuou sendo o meio mais importante de prosperidade local. Com a República e o fim da escravidão, a região passou a receber muitos imigrantes vindos com o objetivo de trabalhar nas lavouras de café, trazendo consigo novas atitudes, técnicas e atividades favorecendo o surgimento de indústrias em São Carlos.

Conforme Dias (2009, p. 24-25),

O primeiro contingente de imigrantes a chegar à cidade data de 1876, quando Antonio Carlos de Arruda Botelho trouxe famílias alemãs para sua

propriedade. Entretanto, as entradas mais significativas ocorreram durante os primeiros anos de 1880. Conforme Vilmo Guimarães Melo²⁶ (1975, p.112) em sua tese de doutorado *A imigração italiana e a transformação da estrutura econômico-social do município de São Carlos*, entre os anos de 1901 e 1930, entraram 19.332 imigrantes em São Carlos. Destes, 16.999 declararam as suas nacionalidades, sendo que 36,07% eram espanhóis, 34,60% italianos, 15,99% portugueses, e os demais pertencentes a outras nacionalidades.

Em sua maioria, os imigrantes estabeleceram-se como colonos nas fazendas de café, sendo que sua atividade econômica e social teve grande influência na vida do município. Segundo Truzzi (2000), entre os vários fatores que cooperaram para o desenvolvimento industrial na região de São Carlos, a imigração européia favoreceu o surgimento das indústrias na cidade que eram estimuladas pelo capital cafeeiro e pela ferrovia.

Os fazendeiros, por sua vez, começam a ver as cidades como espaços privilegiados de lazer, política e negócios, uma vez que a ferrovia se mostrou um sistema suficiente para escoar a produção de café até o porto de Santos, o que impulsionou o desenvolvimento econômico da região são-carlense.

Morila (2005, p. 47), ressalta que

devemos levar em conta também o que poderíamos denominar de “o pensar republicano” ou o “pensar estrangeiro”. O projeto republicano – que alguns autores colocam iniciando em 1870 – acarretou significativas alterações no modo de viver das elites. Os ideais burgueses vindos da Europa e dos EUA passam a fazer parte do cotidiano das elites brasileiras e apesar das resistências torna-se hegemônico. O vestir, o morar, a política, as relações sociais se transformam de uma maneira avassaladora. Enquanto os periódicos anunciavam feitos e fatos do viver europeu – desde a “sciencia” até modos e hábitos – a ferrovia trazia uma série de artigos importados que alteravam o viver no Brasil.

Estava definitivamente moribundo o viver recluso, o viver colonial, que os viajantes e cronistas não cansaram de relatar. As cidades fervilham de novos feitos da ciência: iluminação, eletricidade, bondes, cinematógrafos, giletes etc. As casas das elites se modernizam, tornam-se suntuosas e complexas. Os mestres contratados para educar os filhos dos fazendeiros já não servem mais, assim como não serve a escola improvisada na casa do professor. De outro lado, as casas das classes mais baixas não agradam mais a elite, e sua educação informal causam inflamados discursos

Do ponto de vista educacional, é possível afirmar que, de modo geral, as cidades do interior paulista eram bem sucedidas nas negociações com o governo do Estado para a implantação de grupos escolares, ginásios ou escola normal o que demonstrava a força dos grupos de poder locais. Buffa e Nosella (2002, p. 28) afirmam: “Casa grande e senzala,

²⁶ MELO, V. G. *A Imigração Italiana e a transformação da estrutura econômico social do Município de São Carlos*. 1972. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 1972.

imigrações européias, povoamento urbano, cultura, escolas, tudo estava sob a régia do rei do café”.

No início do século XX,

São Carlos se destacava como uma das mais prósperas e elegantes cidades do interior paulista. A riqueza auferida pelo café proporcionava uma série de melhoramentos materiais que beneficiava a cidade: calçamento e ruas largas, quarteirões simétricos, luz elétrica, linhas telefônicas, bondes, teatros, ferrovia e magníficos palacetes situados na parte central da cidade. Culturalmente a cidade também demonstrava seu prestígio no cenário paulista e nacional, não só pelos seus estabelecimentos de ensino, como também por ser sede de Bispado. (DIAS, 2009, p. 23)

Segundo Arce e Jambersi (2009), em 2 de dezembro de 1900 foi fundado o primeiro Grupo Escolar da cidade de São Carlos, denominado Coronel Paulino Carlos. Em 1904, há a estimativa da existência de quinze escolas isoladas na cidade, mantidas pelo poder público, estadual e municipal, e mais duas em cada um dos distritos de Ibaté e Santa Eudóxia, tendo uma frequência total de 620 alunos.

No ano de 1905 foi criado um colégio de religiosas de origem francesa, cujas primeiras atividades foram realizadas no palacete do Conde do Pinhal. As alunas eram originárias de outras cidades da região, e eram em sua maioria, filhas de fazendeiros. A sede própria do referido colégio foi inaugurada em 1914, porém a realização mais importante para cidade, em termos educacionais, foi a instalação de uma Escola Normal no ano de 1911. Segundo Dias (2009, p. 24), “a Escola Normal Secundária de São Carlos foi de importância para o desenvolvimento da cidade, pois, além de atrair jovens das classes médias e das elites da região, fixou lentes ilustres na cidade, gerando um ambiente propício à criação de clubes literários, reuniões científicas e desenvolvimento artístico”.

Ainda conforme Dias (2009, p. 37),

em 1908, foi instalada a Escola Complementar “Conde do Pinhal”, todavia, devido a desavenças políticas, o prédio permaneceu fechado, mais tarde optou-se pela instalação de uma escola profissional nos moldes das instituições existentes na república Argentina. A indústria local era incipiente, uma escola profissional revelava antes de tudo um ato de assistencialismo às crianças pobres.

Para Buffa e Nosella (2002, p. 35), a instituição de ensino que melhor correspondia aos interesses locais era “uma escola humanística tradicional de cultura geral, voltada à formação das moças bem-nascidas e destinadas a se tornarem esposas e mães cristãs”.

Assim, em 30 de dezembro de 1910, foi assinada a Lei 1.245, art. 45, que criava a Escola Normal Secundária de São Carlos oferecendo aos estudantes um curso de formação de professores com duração de quatro anos. Porém, a data comemorativa da fundação da Escola

é a de 22 de Março, por ter sido nesse dia que se realizaram as primeiras aulas do estabelecimento, com um total de 62 alunos, sendo 20 da seção masculina e 42 da feminina. (SECRETARIA DA ESCOLA, 1917, p. 28-29).

Até o ano de 1916, a escola funcionou no edifício anteriormente destinado à Escola Complementar “Conde do Pinhal”, edifício logo dado por inadequado para tal finalidade. Em 18 de setembro de 1913 foi iniciada a construção de um grande edifício no qual funcionaria a Escola Normal de São Carlos. A inauguração desse novo prédio ocorreu três anos depois, em 18 de novembro de 1916, ano em que a referida Escola Normal passou a funcionar em um prédio majestoso. Em março de 1912, foi criada a Escola Modelo Anexa com o objetivo de ser um local de treinamento para os normalistas. No ano de 1918, entrou em funcionamento a Escola Complementar Anexa, um curso intermediário entre o primário e o normal, com duração, inicialmente de 2 e, depois de 3 anos.

A Lei n. 1.750 de 08 de dezembro de 1920 – Reforma Sampaio Dória –, unificou as escolas normais primárias e secundárias pelo nível da mais elevada, e a Escola Normal Secundária de São Carlos passou a denominar-se Escola Normal de São Carlos. No ano de 1933 (pelo Decreto n. 5.884 de 21 de abril do mesmo ano, conhecido como Código de Educação), a escola passou a contar com um Curso Fundamental e um Curso de Formação Profissional, além do curso de formação de professores. Em 19 de dezembro de 1939, pelo Decreto n. 10.811, a denominação da escola passou a ser Dr. Álvaro Guião em homenagem ao então Secretário da Educação.

Retornando ao período inicial de funcionamento da Escola Normal de São Carlos vemos que as primeiras nomeações foram feitas pelo decreto de 3 de fevereiro de 1911 e compreenderam:

Diretor: Dr. João Chrysostomo Bueno dos Reis Júnior.

Lentes²⁷:

Português, Latim e História da Língua: Dr. João Augusto Pereira Junior.

Francês e Inglês: Juvenal Penteadó.

Aritmética e Álgebra: Professor João Lourenço Rodrigues.

Oficial, servindo de Secretário: José de Camargo.

Amanuense: Luiz Schreiner.

²⁷ Segundo Buffa e Nosella (1996, p. 50), “os professores eram denominados lentes e entre esses havia os catedráticos, para as áreas nobres – ciências, letras e línguas – e os professores para as matérias auxiliares – desenho, música, ginástica e trabalhos manuais”.

Como o Dr. João Chrysostomo havia sido nomeado Diretor Geral da Instrução Pública do Estado no dia 25 de Novembro de 1911, assumiu o cargo de Diretor Interino da Escola, o Professor Juvenal Penteado, em 1 de Dezembro, mantendo-se nele até o dia 9 de Agosto de 1916 – quando pediu exoneração – sendo substituído pelo Professor Antônio Firmino de Proença. No dia 23 de Maio de 1917, foi nomeado para Diretor, o Professor Mariano de Oliveira, que assumiu o cargo dia 28 do mesmo mês.

Em 1912, em virtude do ato de 6 de Fevereiro do mesmo ano, foram nomeados:

Auxiliar do Diretor: Professor Annibal Caldas.

Secretário da Escola: Dr. Carlos da Silveira.

Bibliotecário: José de Camargo.

Oficial da Secretaria: Albano Braga.

Segundo Pirolla (1988, p. 9-10), de 1911 até 1915, a Escola Normal de São Carlos completou seu corpo docente que ficou assim constituído:

LENTE:

1.^a cadeira - Português, Latim, História da Língua: Dr. Atugasmin Medici, catedrático da disciplina na Escola Normal Secundária de Itapetininga. Bacharel em Direito.

2.^a cadeira - Português, Latim e Literatura: Arthur Raggio Nóbrega. Filólogo. Ficou famoso no Brasil e em Portugal com sua obra *O Problema da Crase*.

3.^a cadeira - Francês e Inglês: Juvenal de Azevedo Penteado, foi Diretor da Escola Normal de São Carlos.

4.^a cadeira – Inglês: Dr. Theodorico Leite de Camargo, advogado e estudioso da língua inglesa. Foi o introdutor dessa disciplina no currículo da Escola. Nasceu em São Carlos e publicou no Almanaque Álbum de 1915 um trabalho histórico e geográfico sobre a cidade.

5.^a cadeira - Aritmética e Álgebra: Dr. Mário Natividade. Engenheiro, advogado, poeta e professor. Prestou concurso público para preenchimento da vaga do Professor João Lourenço Rodrigues.

6.^a cadeira - Geometria e Trigonometria: Francisco Zoelo de Oliveira Penteado. Engenheiro.

7.^a cadeira - Física e Química: Sebastião Paulo de Toledo Pontes.

8.^a cadeira - História Natural, Noções de Higiene, de Zoologia e de Agricultura:

Dr. Astor Dias de Andrade. Médico e professor.

9.^a cadeira - Geografia e Astronomia:

Ezequiel de Moraes Leme. Prestou concurso para preenchimento da vaga do professor Jerônimo Rodrigues de Moraes.

10.^a cadeira - História da Civilização e do Brasil:

Dr. Dagoberto Salles. Promotor Público da Comarca, exonerou-se do cargo para ser Lente da Escola Normal. Político, eleito Deputado Estadual, logo deixou a Escola.

11.^a cadeira - Psicologia Experimental, Pedagogia e Educação Cívica:

Dr. Carlos da Silveira. Bacharel em Direito, mas nunca exerceu a profissão dedicando-se ao magistério. Foi Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e da Associação dos Cavaleiros de São Paulo, era membro da Liga Nacionalista. Fez parte de uma comissão que reorganizou o ensino em diversos estados. Deixou trabalhos importantes sobre Genealogia bem como um Tratado de Educação Cívica.

12.^a cadeira - Psicologia Experimental, Pedagogia e Educação Cívica:

João Augusto de Toledo. Foi nomeado Diretor da Escola Normal de Campinas, passou a Inspetor Geral do Ensino, Assistente Técnico do Ensino Normal em São Paulo e Diretor Geral do Ensino do Estado de São Paulo.

13.^a cadeira - Métodos e Processos de Ensino, Crítica Pedagógica e Exercícios de

Ensino: Antônio Firmino de Proença. Exerceu o cargo de Diretor da Escola e foi nomeado para a direção da Escola Normal da Praça, até então o mais alto estabelecimento de ensino no gênero.

PROFESSORES

1.^a aula – Música: Maestro Lázaro Lozano.

2.^a aula - Escrituração Mercantil, Datilografia e Estenografia: João de Campos.

3.^a e 4.^a aulas - Caligrafia e Desenho: Raphael Falco. Conhecido em todo o Brasil após a emissão das cédulas de 5 mil cruzeiros que trazem no verso um quadro histórico de sua autoria representando o sacrifício de Tiradentes.

5.^a e 6.^a aulas - Ginástica Educativa: Guilherme Thiele.

7.^a aula - Trabalhos Manuais (seção masculina): Jorge Barbato.

8.^a aula - Trabalhos Manuais (seção feminina): Lucila Pompeo de Camargo

A Escola Normal Secundária de São Carlos possuía um currículo encarregado de formar um profissional competente e imbuído dos valores republicanos e que se destinava a compor os quadros das lideranças educacionais do Estado. Sendo assim, a maior parte das disciplinas do currículo voltava-se à cultura geral, às letras e às ciências modernas. Como pode ser observado, a formação pedagógica era assegurada por algumas disciplinas como Psicologia, Didática e estágio na Escola Modelo Anexa.

Seus professores e diretores eram nomeados por meio de concursos públicos “que exaltavam o caráter público e democrático” da Escola Normal. Infelizmente, o alto nível do corpo docente, o prestígio social e a remuneração condizente foram perdendo-se, uma vez que a política educacional não acompanhou o elevado índice de crescimento demográfico urbano e escolar (BUFFA; NOSELLA, 1996, p. 82).

Segundo Buffa e Nosella (1996), naquela época, a escola sabia o quê e como ensinar, devido à segurança na definição e organização dos saberes escolares. Ao analisar o programa de cada disciplina, os autores afirmam que eram programas amplos e detalhados e que, um programa como esse visava formar um bom professor da instrução pública com ampla cultura geral e competência técnica. No entanto, tal programa visava, sobretudo, formar um dirigente que estaria aprendendo na Escola um projeto de desenvolvimento e administração de seu país.

Das treze cadeiras que compunham o currículo da Escola Normal, apenas três referiam-se à formação profissional cuja ciência básica era a psicologia – única disciplina profissionalizante nos dois primeiros anos do curso. Nos terceiro e quarto anos eram estudados também os Métodos e Processos de Ensino (teoria e prática) – que abrangiam todos os aspectos relacionados ao ensino-aprendizagem – e História Filosófica da Educação. Buffa e Nosella (1996, p. 93) afirmam que a formanda estava preparada e segura para ensinar; mas essa segurança apenas refletia o espírito daquela sociedade que se encontrava num estágio atrasado de evolução; era uma sociedade que conhecia as desigualdades, mas que, geralmente, não as considerava como sérias contradições que pudessem atrapalhar seu desenvolvimento.

Segundo Pirolla (1988), a escola contava também com alguns órgãos de apoio como bibliotecas; laboratórios de Física, Química e História Natural; gabinetes de Psicologia

Experimental e Geografia; salas de Educação Física, Trabalhos Manuais (diferentes para a seção masculina e feminina), Desenho além da Escola Modelo Anexa²⁸.

Quanto à clientela que freqüentava a Escola Normal de São Carlos é possível afirmar, com base nos estudos de Buffa e Nosella (1996), que as alunas que cursavam a Escola Normal eram filhas de grandes fazendeiros ou de ricos negociantes e os rapazes vinham de grupos sociais menos favorecidos, pois, os filhos dos fazendeiros iam cursar a faculdade, no Brasil ou no exterior. Isso porque, ainda que pública, a escola não era gratuita, havia uma taxa anual de matrícula para os alunos das Escolas Normais do Estado. Com o passar dos anos, nas listas dos formandos, podem ser encontrados alguns sobrenomes de imigrantes, principalmente italianos. Como se sabe, os imigrantes vinham para o Brasil para trabalharem nas lavouras de café e, com o tempo, conseguiam se estabelecer na cidade assumindo serviços que já realizavam em seus países de origem como sapateiros, alfaiates, comerciantes. Alguns conseguiam enriquecer e mandavam seus filhos para os melhores colégios, mas a maioria ficava nas cidades em condições econômicas médias, fornecendo estudo a um único filho.

Na Escola Normal, as atividades formativas extra-classe também eram valorizadas. Nos anos iniciais, criou-se o “Grêmio Normalista 22 de Março” que promovia conferências sobre assuntos culturais e científicos, que eram publicados em revistas. Em 1911, saiu o primeiro número de *Excelsior!*, a revista do Grêmio Normalista. Em novembro de 1916 foi publicado o primeiro número da *Revista da Escola Normal de São Carlos* que circulou gratuitamente até dezembro de 1923, tendo ao todo 13 fascículos. No ano seguinte, 1917, foi iniciada a publicação do jornal *O Raio Verde*, da mocidade normalista. Em artigo intitulado “22 de março”²⁹, redigido em comemoração ao sétimo aniversário da Escola Normal de São Carlos, Angrisani declara:

ao passar essa data, não só nós, os normalistas, devemos nos regosijar, mas toda a população desta bella e hospitaleira cidade.
Com esse facto ella marcou um dos maiores passos na senda do progresso.
Não só no progresso material, augmentando o movimento, auxiliando o commercio, etc., mas tambem no progresso intellectual, tornando-a um

²⁸ A Escola Modelo Anexa a Escola Normal de São Carlos foi criada em 1 de março de 1912 e era destinada ao desenvolvimento da parte prática da formação dos normalistas.

²⁹ ANGRISANI, Demetrio. 22 de março. *O Raio Verde*. São Carlos. Ano 1, n. 8, p. 2, 15 mar. 1918.

centro de irradiação da instrução, dessa instrução que tanto carece o nosso Brasil, dessa instrução que fará a grandeza de nossa Patria. (ANGRISANI, 1918, p. 2).

O autor lembra também da fundação do Grêmio Normalista da Escola, agradecendo pelos inúmeros benefícios por ele ofertados à mocidade normalista daquela instituição. Vemos que a Escola Normal de São Carlos, tanto pelo vasto currículo quanto pelas inúmeras atividades extra-classe, pode ser considerada uma referência pedagógica para a região e para o estado de São Paulo.

Nos capítulos seguintes serão apresentados mais detalhes sobre os periódicos publicados por essa escola normal durante o período de 1911 a 1923, além das análises dos artigos sobre educação moral, civismo e higiene neles publicados.

3 IMPRENSA DE EDUCAÇÃO E ENSINO NAS ESCOLAS NORMAIS: *EXCELSIOR!* (1911-1916), *REVISTA DA ESCOLA NORMAL DE SÃO CARLOS* (1916-1923) E *O RAIO VERDE* (1917-1918)³⁰

A análise da materialidade de um escrito é importante, pois é a partir dela que o leitor tem o primeiro contato com o texto escrito em suas páginas. É a materialidade que faz com que o leitor se volte para a leitura do texto, agora com a finalidade de entender o discurso que nele está contido. Segundo Roger Chartier (1991, p. 182), “é preciso lembrar que não há texto fora do suporte que lhe permite ser lido (ou ouvido) e que não há compreensão de um escrito, qualquer que seja, que não dependa das formas pelas quais atinge o leitor”.

3.1 Imprensa de educação paulista no início do século XX

Segundo Hilsdorf (2003), nas primeiras décadas do século XX ocorreu uma intensa circulação de novas correntes de pensamento e uma delas era o positivismo, que teve grande aceitação na sociedade brasileira, não apenas por seu cientificismo, mas também, por sua ética cívica de respeito à lei e ao princípio do bem comum. Com base nessas idéias, muitos educadores da época (como Rui Barbosa e Sampaio Doria) viam a educação como um meio de se atingir o progresso, o desenvolvimento da sociedade, a resolução de seus problemas sociais. Tais idéias eram importadas de outros países e passaram a incorporar os objetivos dos movimentos que surgiram nas primeiras décadas do século XX, que almejavam a mudança dos costumes brasileiros por meio de ações educativas. Desse modo, a educação e os professores receberam grande valorização. Segundo Antunha (1976, p. 137) o “[...] objetivo de todos esses movimentos emprestava-lhes um caráter inegavelmente educativo. A escola aparecia como o grande centro regenerador da vida nacional e da defesa de suas instituições”.

Conforme Marta Carvalho (2003), nesse período, os modelos pedagógicos que vinham regulando as iniciativas de institucionalização da escola no Brasil desde o século XIX haviam esgotado a sua capacidade de normatizar as práticas docentes. Com isso, iniciava-se uma “evolução” da pedagogia moderna para a pedagogia da Escola Nova e ao mesmo tempo, uma disputa entre essas duas posições opostas que buscavam “o estatuto de pedagogia moderna e nova, porque ativa” (CARVALHO, M., 2003, p. 122).

³⁰ Todas as citações feitas dos textos publicados nos periódicos estudados preservarão a grafia original da época.

Ainda segundo Marta Carvalho (2003, p. 122), no

[...] campo normativo da pedagogia moderna, que animou as iniciativas de institucionalização da escola no Estado de São Paulo a partir do final do século XIX, a pedagogia é arte de ensinar. Essa pedagogia estrutura-se sob o primado da visibilidade, propondo-se como arte cujo segredo é a boa imitação dos modelos. Diferentemente, a chamada pedagogia da Escola Nova, que começa a ser difundida no país em meados da década de 20, pretende subsidiar a prática docente com um repertório de saberes autorizados, propostos com seus fundamentos e instrumentos.

Segundo Marta Carvalho (2003), na pedagogia moderna, ensinar os novos professores a ensinar significava fornecer-lhes os modelos por meio de roteiros de lições³¹. Desse modo, o ensino e a aprendizagem eram tidos como:

[...] práticas fortemente atreladas à materialidade dos objetos que lhe servem de suporte. As práticas que se formalizam nos usos desses materiais guardam forte relação com a pedagogia em que tal arte como boa imitação de um modelo. Os incontestáveis roteiros de lições divulgam em revistas dirigidas a professores têm marcas dessa concepção pedagógica. (CARVALHO, M., 2003, p. 126).

Segundo Marta Carvalho (2003, p. 127), “essa pedagogia como arte de ensinar foi sendo gradativamente solapada por iniciativas cujo denominador comum foi a pretensão de construir uma pedagogia científica”.

A opção pelo modelo pedagógico da Escola Nova tinha bases técnicas: era o único portador de concepções científicas mais atualizadas, no caso a sociologia, a biologia e a psicologia. A adesão à orientação escolanovista era representada como um avanço, um progresso: tanto mais progressista como mais técnico, especializado, como queria a modernidade da década de 1920. (HISDORF, 2003, p. 80).

Para Marta Carvalho (2003), um dos marcos iniciais desse processo de autonomização dos métodos talvez tenha sido o livro de Sampaio Dória, *Princípios de Pedagogia*, publicado em 1914. Nesse livro, Dória procurava justificar o emprego do método intuitivo – método central das estratégias republicanas de constituição da Instrução Pública modelar em São Paulo –, e demonstrá-lo como princípio de que a educação deveria recapitular no indivíduo o processo de evolução da humanidade, também estava presente o evolucionismo spenceriano (lei da recapitulação abreviada) que funcionavam, no livro, como solapamento da pedagogia como arte de ensinar. Mas foi somente no final da década de 1920 que a pedagogia como arte

³¹ Exemplos desses modelos de lições podem ser encontrados na *Revista da Escola Normal de São Carlos* (1916-1923) na seção intitulada “Ensino Primário”, de autoria de Antônio Firmino Proença. A seção foi publicada nos números 4 (1918), 7 (1919) e 8 (1920) e tinham como objetivo apresentar modelos de lições que os professores pudessem utilizar com seus alunos da escola primária.

de ensinar demonstrou esgotamento de balizar a prática escolar no Estado de São Paulo, dando lugar à pedagogia da Escola Nova.

Conforme apresentado no capítulo 1, desde o final do século XIX, houve um aumento do número de escolas, do investimento na formação de professores e uma preocupação com a eficiência dos métodos pedagógicos e é nesse contexto que surgiram as tentativas de congregação dos professores, de criação de entidades e manutenção de periódicos especializados em questões educacionais e que divulgassem conhecimentos e opiniões dos profissionais sobre o trabalho, a qualidade de ensino e os projetos pedagógicos. Em *A profissionalização e as práticas de organização dos professores: estudos a partir da imprensa periódica educacional* (CATANI; LUGLI; VICENTINI, 1998), o pesquisador português António Nóvoa, citado pelas autoras, afirma que a análise da produção de periódicos é importante, pois esses revelam as mudanças que a política e a cultura imprimiram na imagem, função e poder dos professores. Nos periódicos não se visava publicar apenas reivindicações profissionais ou luta de classes, mas também divulgar um conjunto de idéias sobre a educação, a escola e a política educacional. Tanto é que as autoras acima citadas abordam a utilização dos periódicos educacionais entre os docentes que já estão exercendo a profissão. Analisando a *Revista de Ensino* – criada em 1902 pela Associação Beneficente do Professorado de São Paulo, observaram mudanças conjunturais no discurso divulgado pela mesma, mudanças essas que permitiram entender melhor os caminhos tomados pela Associação Beneficente, sendo possível acompanhar, nas páginas desse periódico, questões relativas à formação e às condições de trabalho docente, salário e carreira; bem como à estruturação das escolas e aos fundamentos das ciências da educação. Também

[...] é possível reconstruir, num momento dado, estágios de funcionamento e estruturação do campo educacional, movimentos de grupos de professores, disputas e atuações. Dito de outro modo, é possível partir do estudo de determinados periódicos educacionais e tomá-los como núcleos informativos, enquanto suas características explicitam modos de construir e divulgar o discurso legítimo sobre as questões de ensino e o conjunto de prescrições ou recomendações sobre formas ideais de realizar o trabalho docente. (CATANI; SOUSA, 2001, p. 242)

Em sua tese de Livre-docência, Nery (2009) explica que as primeiras iniciativas de publicação de periódicos educacionais foram tomadas por alunos que, organizados em uma instituição denominada Grêmio Normalista, os tomavam como meio para expressar as apropriações e representações que faziam da escola. Os professores também fizeram uso dos periódicos como meio de expressão e de controle sobre o campo. Seus artigos representam a

maneira pela qual se apropriavam e representavam os modelos culturais existentes em sua época.

O que os professores escrevem sobre educação e ensino é forte indício de quais modelos estão efetivamente sendo privilegiados na formação do professor primário, seja nas aulas organizadas por esses professores, ou nas recomendações de leitura aos alunos. Nestes textos emergem uma série de práticas instituídas que faziam parte de projeto de formação docente. (NERY, 2009, p. 60).

Destaca também que tratará os periódicos por ela estudados³² como objeto e fonte. Como objeto, busca compreendê-los sobre a perspectiva lançada por Marta Carvalho (1998) na qual o impresso é entendido “como dispositivo de normatização pedagógica, mas também como suporte material das práticas escolares” (CARVALHO, M., 1998, p. 33).

Dessa forma, há aqui uma preocupação em desvelar os sentidos que os autores buscam dar ao que produzem. Para tanto, os conceitos de apropriação e representação tornam-se centrais o que concentra a análise na modelização retórica dos textos, na materialidade dos suportes e na materialidade do consumo produtivo. Na primeira, a autoria é núcleo, sendo neste caso o autor um sujeito que tem por papel mediar conceitos de outros autores em conceitos inteligíveis aos leitores – alunos das Escolas Normais. Na segunda, a materialidade dos periódicos, um tipo específico de suporte de destinação e perfil definidos. Na terceira a preocupação com os protocolos e as comunidades de leitura, os regimes de circulação e as exclusões (CARVALHO, M.; HANSEN, 1996, p.9-10).

Ao tomar os impressos como fonte,

a ênfase recai sobre estudo do periódico em sua materialidade, com vistas à apreensão de uma dada realidade, desvelando as práticas escolares. Como uma arqueologia³³, que trata o impresso a ser analisado como objeto cultural que guarda as marcas de sua produção e de seus usos. (NERY, 2009, p. 60).

Para a análise de periódicos é preciso considerar ainda que a leitura é uma apropriação, ou seja, produz significados. O texto, depois de lido, pode não ter mais o sentido que seu autor lhe atribuiu no momento da escrita, sendo necessário considerar as “utilidades mentais” disponíveis aos autores e aos leitores no momento que escrevem ou lêem os textos. Para Chartier (1990, p. 36-7), “utilidades mentais” são os recursos disponíveis em uma determinada época (de escrita ou leitura de textos), ou seja, o estado da língua, seu léxico e sintaxe, a linguagem científica disponível, e as informações mentais das quais autores e leitores se valem para representarem suas idéias (autores) e se apropriarem do que foi escrito (leitores). É necessário entender então que

³² Em *Em busca do elo perdido: a ação reformadora de Oscar Thompson e a formação de professores (1911-1923)*, Nery realiza, no capítulo 2, um estudo sobre a *Revista da Escola Normal de São Carlos*, a revista *Excelsior!* e a *Revista de Educação*.

³³ Termo tomado de Roger Chartier “arqueologia dos objetos em sua materialidade” (1990).

Concebidos como um espaço aberto a múltiplas leituras, os textos e também todas as categorias de imagens) [*sic*] não podem, então, ser apreendidos nem como objetos cuja distribuição bastaria identificar nem como entidades cujo significado se colocaria em termos universais, mas presos na rede contraditória das utilizações que os constituíram historicamente. (CHARTIER, 1990, p. 61).

Informações acerca dos aspectos tipográficos também são importantes para a compreensão dos periódicos como um todo, pois, segundo Chartier (1998, p. 13), os leitores “[...] não se defrontam jamais com textos abstratos, ideais e desprendidos de toda a materialidade: manejam ou percebem objetos e formas cujas estruturas e modalidades governam a leitura”. É com base nessas afirmações que apresentamos, a seguir, as análises dos aspectos materiais do *Excelsior!*, da *Revista da Escola Normal de São Carlos* e do jornal *O Raio Verde*.

3.2 O Periódico *Excelsior!* (1911-1916)³⁴

A revista *Excelsior!* teve seu primeiro número publicado em 1911 pelo Grêmio Normalista “Vinte e dois de março” da Escola Normal de São Carlos. Segundo Nery (2009, p. 63), as associações formadas por alunos das escolas de formação de professores representam uma parcela significativa das práticas desenvolvidas nessas instituições, pois, além de serem responsáveis por boa parte das atividades extraclasse, também preocupavam-se com a publicação dos periódicos dessas escolas. “Estratégia de organização do campo e de conformação da profissão docente em São Paulo, essas associações de alunos eram intituladas Grêmios Normalistas”.

O associativismo discente, nas Escolas Normais, está atrelado à ação de João Lourenço Rodrigues, Oscar Thompson e João Chrysostomo Bueno dos Reis Junior, na Escola Normal da Capital. A partir de 1911 passa a ser atividade presente em todas as Escolas Normais do estado, tornado-se oficial a partir da Reforma de 1920. No entanto, seus propósitos se diferenciam, tomando feições próprias em cada período. No cenário mais amplo, o associativismo discente já era fato na segunda metade do século XIX, segundo Hilsdorf (1985). Para a autora, há um intenso movimento cultural acadêmico, que parte das associações de estudantes, na Província de São Paulo. (NERY, 2009, p. 63).

O Grêmio Normalista se institucionaliza a partir de 1910, com a criação das Escolas Normais Secundárias e a transformação das Escolas Complementares em Escolas Normais

³⁴ Informações baseadas em SILVA, E. C. da. *O professor ideal em Excelsior (1911-1916): a revista dos alunos da Escola Normal de São Carlos*. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2006.

Primárias. Nery (2009, p. 65) ressalta ser “provável que ele tenha se instalado em todas elas por força de uma orientação, ao que tudo indica, não-oficial do próprio diretor da instrução pública, Oscar Thompson”. Enfatiza que, apesar de não ter localizado registros que confirmem a obrigatoriedade de sua existência em cada escola normal, sua presença em todas elas pode ser um indício de sua obrigatoriedade. “Os grêmios tornavam-se assim uma peça na engrenagem complexa da representação social do professor que se pretendeu constituir a partir da imagem do aluno-mestre. Como elemento essencial desta representação, começam a publicar periódicos, na maioria, em forma de jornais ou boletins informativos”. (NERY, 2009, p. 65).

Na Escola Normal de São Carlos, o Grêmio Normalista “Vinte e Dois de Março” foi o responsável pela publicação da revista *Excelsior!* desde sua criação, também em 1911. Ambos surgiram da iniciativa do então diretor da escola João Chrysostomo B. R. Junior, de acordo com a *Acta da fundação do “Gremio Normalista 22 de Março” e da eleição da directoria provisoria*, redigida pelos alunos Luiz de Arruda Camargo e Architiclino dos Santos³⁵, por determinação do diretor da escola, no dia 27 de março de 1911. Cinco dias após o início das aulas, todos os alunos se reuniram com a finalidade de fundar de um grêmio literário e pedagógico a fim de “[...] exercitar-se na arte da palavra elaborando trabalhos litterarios e pedagogicos [...] [e] estreitar nos alumnos o vinculo de solidariedade e participação na sociedade.” (CAMARGO; SANTOS, 1911, p. 6).

O diretor propôs ainda que o Grêmio Normalista em fundação seguisse o modelo estatutário do Grêmio da Escola Normal da Capital³⁶, tendo sido realizada a leitura dos títulos I a VI do estatuto da escola da Capital e logo depois abertos à votação “[...] sendo plenamente aprovados”. O diretor chamou atenção especial para o artigo 3º do título II que dizia: “Para ser admittido socio é necessario ser alumno matriculado em o curso secundario da Escola Normal ou ser por ella diplomado”. E ainda, “disse Sua Exa. que tambem era de seu parecer que, a nenhuma pessôa que não seja ou não tenha sido alumna desta Escola, deve ser permittido associar-se ao Gremio então fundado.” (CAMARGO; SANTOS, 1911, p. 6).

Para Nery (2009, p. 67),

[...] é notável o fato de ser vetada a participação de elementos externos à escola. Ainda que o grêmio normalista, assim como sua revista, tivesse por pressuposto a organização democrática – com organização estatutária elaborada ao modo do Grêmio Normalista da Escola Normal da Capital com presidentes e vices, secretários e demais cargos eletivos entre os associados – a determinação do diretor de estabelecer a obrigatoriedade por parte dos

³⁵ Respectivamente presidente e secretário interinos do Grêmio, nomeados no momento de sua criação.

³⁶ Informações extraídas da revista *Excelsior!*.

normalistas a se associar e o direito à participação dos ex-alunos de escolas normais, configura sua estrutura de um modo bastante específico. Primeiro impõe a participação de todos os alunos, colocada como um dever, segundo, com o direito de participação garantido aos ex-alunos permite a entrada dos professores da escola, a grande maioria deles ex-alunos da Escola Normal da Capital, garantindo-lhes a atuação nas assembleias. A feição desta associação foi igualmente dada pelo diretor da escola na sessão de implantação. Para João Chrysostomo, a função precípua do grêmio era a de elevar a classe e a imagem do professor, além de aproximar a escola da sociedade local, numa ação de cunho artístico, sem nenhum teor político.

No Grêmio não havia apenas a atuação da diretoria da escola, mas também da Diretoria Geral da Instrução Pública por meio do financiamento da revista, feito inicialmente por esse órgão (PIROLLA, 1988). Segundo João Chrysostomo B. R. Junior, depois de aprovada a criação do grêmio em votação por maioria,

Sua Exa. [o diretor] a dirigir-se aos sócios, externando-lhes o contentamento que lhe ia n'alma por ter conseguido satisfazer um desejo do Dr. Inspetor Geral do Ensino, desejo que também era seu, fundando, em sua Escola, um Gremio litterario e pedagogico. (CAMARGO; SANTOS, 1911, p. 6).

A participação da Diretoria Geral da Instrução Pública na criação do Grêmio demonstra um grande interesse na sua instituição, uma vez que, logo nos primeiros dias da instalação da escola já estava sendo criado o Grêmio Literário e Pedagógico. São fatores que demonstram o interesse e a importância dedicados aos alunos, assim como a tentativa de controlar e tutelar sua formação. Durante a primeira assembleia, João Chrysostomo B. R. Junior enfatizou a importância do Grêmio para a elevação da classe e da imagem do professor, o desenvolvimento do vínculo de solidariedade e participação na sociedade. Conforme Nery, a criação de Grêmios Normalistas demonstram

a preocupação explícita de Oscar Thompson em disseminar por todas as novas escolas o modelo de formação de professores desenvolvido na Escola Normal da Capital. O grêmio, pela suas características, se apóia num modelo tutelado de formação em que, para além das atividades curriculares, as atividades organizadas e desenvolvidas pelos alunos também são controladas pelo corpo docente. (NERY, 2009, p. 66).

Segundo Silva (2006), a maneira conformadora e aconselhadora de dirigir o Grêmio se distanciava dos ideais divulgados pelos jovens recém chegados à escola que se definiam como uma “[...] mocidade ardente e cheia de idealismos alcandorados, mocidade que, no ardor do seu entusiasmo, não se percebe da pobreza dos seus recursos de acção” (A REDACÇÃO, 1911, p. 5). O próprio título da revista, inspirado na balada *The banner* de Henry Wadsworth Longfellow, exprime tal visão:

A scena passa-se numa aldeia vizinha dos Alpes, ao cair de uma tarde de estio. O sol transmonta, os lavradores deixam os campos e os rebanhos são reconduzidos aos redís. E é justamente nessa hora em que tudo tende para o repouso da noite que um mancebo se encaminha para os cimos cobertos de neves eternas... Em suas mãos apenas uma bandeira e nessa bandeira uma singular divisa *Excelsior!* Mais alto! (A REDACÇÃO, 1911, p. 5).

A respeito da passagem, os alunos ressaltam: “O mancebo da ballada traz nas mãos uma bandeira: a bandeira é um symbolo, é a forma tangível de um ideal” (A REDACÇÃO, 1911, p. 5). Parece ser esse o sentido idealista e aventureiro que pretendiam imprimir em sua revista, livre, destemido e arrojado, o que a princípio difere dos ideais da diretoria da escola, empenhada em imprimir nos alunos o sentido de comportamento exemplar, civismo e responsabilidade para com a família e sociedade são-carlense. (SILVA, 2006).

Segundo Silva, a revista *Excelsior!* teve dois momentos distintos. O primeiro, sob a orientação de João Lourenço Rodrigues e João Chrysostomo é representado pelos três primeiros números publicados, respectivamente em 11/1911, 03/1912 e 02/1913. Nesse período, o periódico foi subsidiado pela Diretoria Geral da Instrução Pública, cujo diretor era Oscar Thompson. “Não há no *Anuario do Ensino* de 1909-1910 referência ao apoio financeiro aos periódicos dos alunos. Com a saída de Chrysostomo da direção da escola para suceder Thompson na DGIP, o periódico perde o apoio financeiro”. (NERY, 2009, p. 73). No segundo momento, João de Toledo passa a ajudar os alunos na elaboração do periódico que aparenta demonstrar certa autonomia em relação à Diretoria Geral da Instrução Pública. Conforme Silva³⁷ (2009, p. 73),

a mudança na feição editorial da revista, em seu visual, ocorreu concomitantemente a uma mudança de conteúdo, ou melhor, na forma da disposição de conteúdo estruturado em torno dos trabalhos escolares. O modelo de formação passou de uma forma aconselhadora e normativa, na primeira fase, para um modelo de divulgação das realizações conseguidas em aulas.

Nessa fase é visível, nas páginas da revista, a autonomia alcançada pelos alunos em relação às primeiras orientações ocupando mais seus espaços e ampliando a ação do Grêmio no desenvolvimento de suas atividades.

Conforme Nery (2009, p. 73),

Se um grêmio normalista havia se consolidado, a Reforma de 1920 irá oficializar as associações de alunos. O regulamento da reforma, decreto 3.356/21, determina que a educação cívica “será ministrada aos alumnos sob cunho exclusivamente pratico, fazendo-se, tanto quanto possível, por meio

³⁷ SILVA, E. C. da. *A configuração do habitus professoral para o aluno-mestre: a Escola Normal de São Carlos (1911-1929)*. 2009. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.

de exercícios representativos, o ensino sobre as nossas instituições”. (art. 256). Assim, o associativismo discente torna-se obrigatório, com previsão inclusive de recursos financeiros previstos na lei. Para esta associação cívica ao diretor da escola normal cabia “velar pela boa direção da associação (...) requisitando do Governo as quantias necessárias para seu custeio.” (art 335, inciso 7º).

Como explicitado anteriormente, a revista *Excelsior!* iniciou sua publicação no ano de 1911 – ano de criação da Escola Normal de São Carlos – e foi a primeira revista pedagógica publicada pela escola, antes mesmo da *Revista da Escola Normal de São Carlos* (1916-1923). *Excelsior!* foi criada com o objetivo de estreitar nos alunos o vínculo com a sociedade. Trata-se de uma revista literária e pedagógica composta por textos de alunos, professores (responsáveis pela seleção e revisão dos artigos) e outros colaboradores, como diretores e do secretário da escola. Os principais assuntos abordados foram: educacionais, tendências pedagógicas do momento, cerimônias ocorridas na escola, trabalhos desenvolvidos em aula, crônicas, reproduções de textos escritos por autores renomados da época (como Machado de Assis, Aluísio de Azevedo, Euclides da Cunha e Rui Barbosa), poemas e notícias de interesse geral.

O periódico era distribuído gratuitamente para os alunos da Escola Normal de São Carlos – todos sócios do Grêmio Normalista – e não há informações sobre vendas ou assinaturas para pessoas externas a essa organização. Há poucos indícios sobre a circulação da revista, mas, segundo Silva (2006), além de circular em toda a Escola Normal de São Carlos e sociedade local, chegava a alcançar outras cidades do estado de São Paulo e até mesmo fora dele³⁸. Não há, em nenhum dos exemplares, informação sobre a tiragem.

Quanto aos aspectos tipográficos, os números da revista apresentam as mesmas medidas de 27 x 20 cm. As capas trazem o título no alto e centralizado, com informações sobre o nome da escola, entidade responsável pela produção da revista, ano, número do exemplar e data. As capas com ilustrações – três no total – apresentam a mesma gravura, produzida pelo professor de Desenho e Caligrafia, Raphael Falco. Trata-se da fachada da Escola Normal tendo, em primeiro plano, uma escrivaninha com livros grossos, pergaminhos e um globo terrestre sobre o móvel. A parte interna da revista é, em sua maioria, organizada em duas colunas, com variações para os poemas. As divisórias das colunas, as bordas e ornamento das laterais, assim como os cabeçalhos das páginas, são clichês adquiridos na

³⁸ Segundo Silva (2006), *Excelsior!* era permutada com as revistas: *Estímulo*, do Grêmio Normalista “Dois de Agosto” da Capital; e *Mentor*, do Grêmio Normalista de Piracicaba. Ainda há informações sobre distribuição para o Grêmio Normalista de Guaratinguetá, “12 de Outubro” da Escola de Pharmacia da Capital, “11 de Abril” da Escola Normal de Guaratinguetá, e “16 de Maio” de Botucatu.

cidade de São Paulo. Há também imagens de ramos de flores que, em sua maioria, se repetem em todos os números. A seguir, apresentamos a capa do primeiro número publicado:



Foto 1: *Excelsior!*, ano 1, n. 1, 1911, capa.

A revista *Excelsior!* foi impressa em várias tipografias, como mostra o quadro a seguir:

Ano	Número	Data	Tipografia
1	1	15/11/1911	Sem referência
1	2	22/03/1912	Aldina - São Carlos
2	3	02/1913	Casa Graphica - São Paulo
2	4	18/10/1913	Aldina - São Carlos
2	5	15/11/1913	Aldina - São Carlos
3	6	09/1914	Sem referência
4	7	07/09/1916	Joaquim Augusto - São Carlos

Quadro III – Tipografias que imprimiram a revista *Excelsior!* Baseado em Silva (2006).

Ao analisar o quadro notamos que *Excelsior!* foi publicada com periodicidade variável: do primeiro para o segundo número passaram-se pouco mais de 3 meses; do segundo para o terceiro, 11 meses; do terceiro para o quarto fascículo, 8 meses; do quarto para o quinto, menos de 1 mês; do quinto para o sexto número, 10 meses; do sexto para o sétimo número, 24 meses. A idéia inicial referente à periodicidade era de publicar os números em datas comemorativas, como foi o caso dos fascículos 1 (15/11/1911 - Proclamação da República), 2 (22/03/1912 - aniversário da Escola Normal de São Carlos), 5 (15/11/1913 - Proclamação da República) e 7 (07/09/1916 - Independência do Brasil).

A impressão em diferentes tipografias ocorreu por motivos de redução de custos na sua produção. O número de páginas por edição também variou, apresentando um decréscimo até sua extinção. A média de páginas foi de aproximadamente 19 por número, sendo que os primeiros números contam com aproximadamente 26 e 22 páginas, decrescendo ao número de 15 páginas na publicação de 1916.

Existem fotografias³⁹ nos três primeiros números da revista. São fotos do governador do Estado de São Paulo Albuquerque Lins; de Carlos Guimarães, secretário do Interior; do Diretor Geral da Instrução Pública, Oscar Thompson; do diretor, dos lentes e professores da Escola Normal de São Carlos e de convidados, além de fotos dos alunos dirigentes do Grêmio Normalista; turmas de alunos e do prédio da escola. Também há uma ilustração do professor de Caligrafia e Desenho, Raphael Falco, no exemplar de número 3, sobre o título da revista.

³⁹ Para maiores detalhes sobre as fotografias presentes no *Excelsior!* ver Silva (2006) e Silva (2009).

Após o terceiro número não houve mais publicação de fotos tendo também diminuído o número de páginas em relação aos dois primeiros fascículos.

Quanto aos autores, Silva (2006) construiu os quadros apresentados a seguir. Segundo ele, para identificar os autores dos artigos foram verificadas as assinaturas nos próprios artigos e sumários. Quando não identificado, foi realizada a leitura do artigo em busca de pistas sobre seu autor, procurando descobrir sua origem. Como forma de sistematização, Silva considerou como categoria interna (I) aqueles envolvidos diretamente com a Escola Normal de São Carlos e com o Grêmio Normalista, ou seja, a comunidade escolar (alunos, professores, diretores e funcionários). Externos (E) foram considerados todos aqueles autores que não estudavam ou trabalhavam na Escola Normal de São Carlos e os não agremiados. Nem todos puderam ser identificados, em alguns casos só foi possível identificar alguns aspectos, como o nome ou ocupação sem identificação de sua origem, se morador da cidade de São Carlos ou atuante no campo normalista.

Nome do Autor	Categoria	Ocupação	Nº de artigos
A redacção	I	Aluno	9
Haidéa Aracy de Arruda	I	Aluna	4
Argemiro Pacheco	I	Aluno	3
Benedicto Simões da Rocha	I	Aluno	3
Jacy M. de Oliveira Penteadado	I	Aluna	3
Walinda da Cunha Vieira	I	Aluna	3
Architiclino dos Santos	I	Aluno	3
A.	I	Aluno	2
Carolina César	I	Aluna	2
João Aranha	I	Aluno	2
José Ferraz Sampaio Penteadado	I	Aluno	2
Lazaro F.S. Camargo	I	Aluno	2
Luiz de Arruda Camargo	I	Aluno	2
Mario Corrêa Leite	I	Aluno	2
Noemia Sampaio de Souza	I	Aluna	2
Octavio Penteadado	I	Aluno	2
R.C.	I	Aluno(a)	2
Romão de Campos Junior	I	Aluno	2
Sebastião Rocha	I	Aluno	2

Sebastiana Masagão	I	Aluna	2
Sebastião Pinto	I	Aluno	2
Stella Freire de Lima	I	Aluna	2
Yayá Braga	I	Aluna	2
Adalgiza Putti	I	Aluna	1
Aleidia A. Silva	I	Aluna	1
Alexandrina Barreto	I	Aluna	1
Aurora Caldas de Souza	I	Aluna	1
C.N.	I	Aluna	1
E.S.	I	Aluno(a)	1
Esther de Barros Marcondes	I	Aluna	1
Evelina Zambrano	I	Aluna	1
F.Martins	I	Aluno	1
Fausta Suzana de Mattos	I	Aluna	1
Isabel Botelho de Camargo	I	Aluna	1
J.A.	I	Aluno(a)	1
J.V.	I	Aluna	1
Januaria Arruda de Mattos	I	Aluna	1
Joaquim Siqueira	I	Aluno	1
Jota Esse	I	Aluno	1
Maria Amélia Silva	I	Aluna	1
Maria Botelho de Almeida	I	Aluna	1
Maria Sampaio e Souza	I	Aluna	1
Marina de Oliveira Novaes	I	Aluna	1
Noemia Novaes	I	Aluna	1
Olga Valentie de Oliveira	I	Aluna	1
Paulo Botelho de Camargo	I	Aluno	1
Philomena Fagnani	I	Aluna	1
Zuleika Valentie de Oliveira	I	Aluna	1

Quadro IV– Autores alunos da revista *Excelsior!* Baseado em Silva (2006).

Os alunos identificados somam uma total de, pelo menos, 47 autores diferentes. Há 85 artigos publicados por eles, resultando em uma média menor que 2 textos por aluno. Um pouco mais da metade dos alunos autores, 25, publicaram apenas um artigo. Entre os que mais se destacaram em termos quantitativos estão Haidéa Aracy de Arruda (com quatro artigos), Architiclino dos Santos, Argemiro Pacheco, Benedicto Simões da Rocha, Jacy M. de Oliveira

Penteado e Walinda da Cunha Vieira (com 3 artigos cada um). Segundo Silva, um ponto importante a ser observado é a quantidade de artigos assinados por “a redacção”, são 9 . Aquele que assinava pela redação era sempre um aluno (rapaz) e poderia ser o presidente do grêmio normalista ou o redator da revista. Entre os artigos considerados estão os editoriais, assim como as sessões de notícias. Em alguns casos os editoriais estavam assinados, portanto identificados e contabilizados para o autor reconhecido.

Nome do Autor	Categoria	Ocupação	Nº de artigos
Antonio Firmino Proença	I	Diretor	2
João Lourenço Rodrigues	I	Professor	2
Mario Natividade	I	Professor	2
José de Camargo	I	Secretário	1
Roldão Lopes de Barros	I	Professor	1
Theodoro de Moraes	I	Professor	1

Quadro V – Autores da revista *Excelsior!*: professores, diretores e funcionário da Escola Normal de São Carlos. Baseado em Silva (2006).

No quadro acima são apresentados os autores não alunos. São quatro professores, um diretor e um funcionário. Segundo Silva (2006, p. 18),

São 6 autores e 9 artigos identificados no total. Um número muito menor do que o observado no quadro anterior, com mais equilíbrio, 3 deles publicaram em 2 oportunidades, os demais apenas em uma oportunidade. Essa quantidade tão menor em relação à quantidade de artigos dos alunos deve ser observada com precaução. Os artigos dessa categoria estão dispersos com uma média de 1,3 artigo por número, mas sua maioria foi publicada entre as primeiras páginas de cada número e com maior quantidade de páginas, portanto, tentavam garantir sua leitura já de início, com maior visibilidade e quantidade de páginas.

Com relação aos autores citados na revista, Silva (2006) apresenta o quadro seguinte:

Nome do Autor	Categoria	Ocupação	Nº de artigos
Rui Barbosa (1849-1923)	E	Político	2
Sem identificação	E	–	2
Aluizio de Azevedo (1857-1913)	E	Escritor	1
Angiulli	E	Educador italiano	1
Browne Duryen	E	Professora	1
Castello Branco (1825-1890)	E	Escritor português	1

Descartes (1596-1650)	E	Filósofo francês	1
Euclides da Cunha (1866-1909)	E	Escritor/jornalista	1
Eurípides (Alceste) (485-406 A.C.)	E	Trágico grego	1
Henry W. Longfellow (1807-1882)	E	Poeta/educador americano	1
Machado de Assis (1839-1908)	E	Escritor	1
Manoel de Mattos Azevedo	E	Tabelião	1
Metchnikoff (1845-1906)	E	Bacteriologista russo	1
Pascal (1623-1662)	E	Filósofo francês	1
Phocion (402-318 A.C.)	E	General ateniense	1
Platão (427-347 A.C.)	E	Filósofo ateniense	1
Raimundo Corrêa (1859-1911)	E	Poeta	1

Quadro VI – Autores citados na revista *Excelsior!* Baseado em Silva (2006).

Segundo Silva (2006), o quadro acima demonstra quais eram os interesses expressos na revista, os gostos e escolhas editoriais, ou seja, quais textos eram considerados importantes e pertinentes. Entre a grande variedade de personalidades, poucos foram contemporâneos aos alunos, muitos desses autores faleceram no máximo na década de 1920 e tiveram o auge de sua produção em meados do século XIX. Nery (2009, p. 94) entende que

a presença destes autores, e a ausência de outros próximos, são pertinentes ao momento da revista. Numa pedagogia em que fornecer bons modelos é a premissa principal da formação, a leitura de textos literários e de homenagens aos “grandes vultos da história” fornecem bons modelos para o aluno-mestre. O peso político dos republicanos de maior representatividade do final do século XIX e início do XX, como Rui Barbosa, Barão do Rio Branco e aliados é hegemônico na revista. Percebemos a publicação de autores como Euclides da Cunha, grande admirador e apadrinhado do Barão, em pequenos artigos de teor nacionalista. A pequena incidência de artigos relacionados à educação, pedagogia etc, não significa que tais saberes eram desprivilegiados. Tais assuntos não apareciam na forma de reproduções, mas na escrita e comentários dos autores.

É perceptível também a preocupação em reforçar as idéias republicanas do final do século XIX, por esse motivo, “outros literatos do mesmo período, por não compartilharem das mesmas idéias, estão ausentes”. (NERY, 2009, p. 102).

É possível inferir, após uma análise simples dos quadros, que há uma grande participação dos alunos. Porém, como ressalta Silva (2006), essa é uma constatação que deve ser feita com cautela, pois é preciso considerar a quantidade de páginas dos artigos escritos pelo diretor, por professores e funcionário, assim como sua posição na revista e atuação dos professores nas escolhas e decisões editoriais da mesma. A extensão dos artigos escritos pelo

grupo de professores e funcionário era muito maior em relação ao dos alunos. Tais artigos tinham até seis páginas, já os escritos dos alunos raramente chegavam a duas páginas. Há também que se considerar o posicionamento dos artigos, a grande maioria dos escritos por professores, diretores e funcionário da escola, estava localizado nas primeiras páginas, logo após o editorial e os temas tratados nos artigos subsequentes eram relacionados a tais escritos. A partir desses artigos ocorre a repetição dos temas de forma sintética – uma página ou apenas uma coluna – na reescrita dos alunos.

A partir do quarto número, publicado em outubro de 1913, é possível notar certa dificuldade em continuar a publicar o periódico:

São tantas as dificuldades que surgem a cada momento, que nossa Revista cada vez mais rarêa [...] ella não tem sahido mui simplesmente porque não tem podido sahir ! Uma publicação como esta, custa muito dinheiro, e não está na medida de nossas forças tiral-a periodicamente. [...] Além disso, a par destas dificuldades, ainda surgem de vez: em quando certos revezes que, se não aniquilam completamente a boa vontade que temos, deixam-nos, pelo menos, vacillantes no nosso ideal. (A REDACÇÃO, 1913, p. 1).

No quinto número (novembro de 1913), as dificuldades continuam a aparecer, porém, com a escolha da nova diretoria há um novo ânimo. Nesse número, os alunos, inclusive leitores de outros estados, são convidados a enviar trabalhos. Para Silva (2009, p. 75), como tal incentivo não ocorreu anteriormente,

pode representar falta de envolvimento e participação dos alunos, ou maior interesse em trocar experiências e democratizar o acesso ao grêmio normalista. Nos primeiros números havia muita demanda, a revista nem sempre dava conta de atender a tantos pedidos. Informações como esse convite podem indicar aspectos sobre a circulação da revista. Ao que sabíamos até então, *Excelsior!* chegava a todas as escolas normais do estado de São Paulo, por meio de permuta com os demais grêmios normalistas, mas, a partir do convite da redação, podemos perceber que a revista alcançava outros estados. Um outro ponto importante é o fato que, a partir desse número, é permitida a participação de alunos de outras escolas normais secundárias de São Paulo, como também de escolas normais primárias e secundárias de fora do estado.

No ano de publicação do sétimo número de *Excelsior!* (setembro de 1916), a Escola Normal de São Carlos inaugurou a *Revista da Escola Normal de São Carlos*, órgão representativo dos professores e diretores de escolas normais do estado de São Paulo. No mesmo ano também foi criada a revista *O Estudo*, também dirigida por professores e, em 1917, surge *O Raio Verde* que, segundo Pirolla (1988, p. 77), era “[...] uma publicação quinzenal da mocidade normalista, saindo pela primeira vez em 22 de setembro de 1917”.

Silva (2009, p. 82) entende que

essas são publicações que ajudam a atestar o fim de *Excelsior!*. Dificilmente a revista, que passava por momentos financeiros e até mesmo produtivos ruins, se sustentaria concorrendo com tantas publicações, tendo que dividir a atenção de autores e disputar, no mesmo espaço, a atenção de leitores e financiadores.

Sendo, portanto, o fascículo 7, de setembro de 1916, o último número publicado da revista *Excelsior!*.

3.3 A Revista da Escola Normal de São Carlos (1916-1923)

A *Revista da Escola Normal de São Carlos* foi publicada de 1916 a 1923, tendo ao todo 13 fascículos. Foi um projeto desenvolvido pelos docentes da Escola Normal de São Carlos poucos anos após a inauguração da instituição (1911). Nela eram publicados somente artigos inéditos escritos por docentes e diretores de escolas normais.

A *Revista da Escola Normal de São Carlos* foi publicada com periodicidade semestral e teve ao todo 13 números como mostra o quadro a seguir:

Ano	Fascículo	Data
1	1	12/11/1916
1	2	11/06/1917
2	3	11/12/1917
2	4	06/1918
3	5	12/1918
3	6	06/1919
4	7	12/1919
4	8	06/1920
5	9	11/1920
6	10	06/1921
6	11	12/1921
7	12	12/1922
8	13	12/1923

Quadro VII: Fascículos da *Revista da Escola Normal de São Carlos* (1916-1923).

No quadro acima percebemos o esforço em garantir a semestralidade do periódico. Porém, os últimos números (12 e 13) foram publicados um em cada ano. A revista, segundo consta na contra-capas, era distribuída gratuitamente uma vez que era subvencionada pela Câmara Municipal de São Carlos. No início a publicação era totalmente financiada pela escola, segundo Buffa e Nosella (1996, p. 98).

Por meio da análise dos sumários é possível apreender que a maior parte dos artigos publicados tratam de temas relativos às disciplinas da Escola Normal – como História, Francês, Biologia, Matemática, Desenho, Música, entre outras – ao civismo, ao ensino e às escolas normais. Tais evidências podem significar que esse periódico era destinado aos alunos e docentes da Escola Normal, e não à população em geral.

Ao longo de seu ciclo de vida (1916-1923) não houve grandes modificações nos aspectos materiais da *Revista da Escola Normal de São Carlos*. Todos os números possuem as mesmas medidas de 14,5 centímetros de largura e 20,5 centímetros de altura. Essas medidas são semelhantes as dos livros encontrados no Museu do Livro – local onde são armazenados os materiais utilizados na Escola Normal de São Carlos – e podem significar uma certa distinção em relação a revista a revista *Excelsior!*. Com relação ao número de páginas, constatamos que há uma média de aproximadamente 73 páginas por fascículo, com uma variação de 33 (fascículos 1 e 2) a 158 páginas (fascículo 3).

Na Revista há imagens no fascículo 13, que compõem o artigo “O desenho nas classes primárias”⁴⁰, de Raphael Falco (professor de Desenho na Escola Normal de São Carlos) e nas capas dos 3 primeiros fascículos. As três possuem o mesmo estilo de cabeçalho e os números 1 e 2 são adornados com desenhos. O número 3, por se tratar de uma edição especial, possui uma faixa diagonal nas cores verde e amarelo. Em todas as capas estão presentes os dizeres: “propriedade e redação do corpo docente”. Nos dois primeiros números há referência às tipografias que imprimiram o fascículo, nos demais esse dado é reservado à contracapa. A partir do quarto fascículo passa-se a mencionar, nos sumários, a cadeira e a função que cada professor ocupava nas escolas normais, uma vez que há colaboradores de outras escolas normais que publicam artigos na *Revista da Escola Normal de São Carlos*. A seguir, apresentamos a capa do primeiro fascículo da Revista.

⁴⁰ FALCO, Raphael. O desenho nas classes primárias. *Revista da Escola Normal de São Carlos*. São Carlos: Tipografia A Graphica, ano 8, n. 13, p. 16-32, dezembro de 1923.



Foto 2: Revista da Escola Normal de São Carlos, ano 1, n. 1, 1916, capa.

A *Revista da Escola Normal de São Carlos* foi impressa em várias tipografias, como mostra o quadro a seguir:

Ano	Número	Data	Tipografia
1	1	12/11/1916	Aldina
1	2	11/06/1917	Ideal – Campinas/São Paulo
2	3	11/12/1917	Artística – São Carlos/SP
2	4	06/1918	Joaquim Augusto – São Carlos/SP
3	5	12/1918	Joaquim Augusto – São Carlos/SP
3	6	06/1919	Joaquim Augusto – São Carlos/SP
4	7	12/1919	Joaquim Augusto – São Carlos/SP
4	8	06/1920	Sem Referência
5	9	11/1920	Tancredo Camargo – São Carlos/SP
6	10	06/1921	Tancredo Camargo – São Carlos/SP
6	11	12/1921	Tancredo Camargo – São Carlos/SP
7	12	12/1922	A Graphica – São Carlos/SP
8	13	12/1923	A Graphica – São Carlos/SP.

Quadro VIII: Tipografias que imprimiram a *Revista da Escola Normal de São Carlos*.

É possível perceber que o periódico foi impresso em seis tipografias diferentes ao longo dos sete anos em que foi publicado⁴¹. Como a revista era subsidiada pela Câmara Municipal de São Carlos, tais mudanças podem ter sido sugeridas por seus membros. No fascículo 8 (publicado em 1920), na página 108, há a informação de que a *Revista da Escola Normal de São Carlos* foi distribuída gratuitamente e recebeu apoio financeiro da Câmara Municipal de São Carlos por indicação de seu presidente Dr. Theodorico de Camargo⁴². Em 1918 e em 1919, a Câmara Municipal doou a importância de 300\$ anuais e manteve esse valor no ano corrente (1920). (REVISTA DA ESCOLA NORMAL DE SÃO CARLOS, ano 4, n. 8, p. 108, 1920). As mudanças também podem ter ocorrido por motivos financeiros ou em virtude de eventuais modificações sugeridas (ou realizadas) pelos editores, no texto ou nos aspectos materiais da revista. É importante ressaltar que essas são apenas hipóteses na tentativa de justificar as mudanças de tipografias e, portanto, não são afirmações comprovadas do que realmente aconteceu.

⁴¹ O fascículo 8 não foi considerado devido a ausência de referência da tipografia na qual foi impresso.

⁴² Theodorico de Camargo fez parte do primeiro quadro de docentes da Escola Normal de São Carlos (formado de 1911 a 1915), no qual ocupava a 4ª cadeira, de Inglês. Publicou um artigo na *Revista da Escola Normal de São Carlos*: CAMARGO, T. L. A. O problema do urbanismo no Brasil; a volta aos campos. *Revista da Escola Normal de São Carlos*, São Carlos, ano 2, n. 3, p. 30-40, nov. 1917.

A *Revista da Escola Normal de São Carlos* contou com 27 colaboradores, cabendo enfatizar que Carlos da Silveira⁴³ publicou artigos em todos os 13 fascículos da revista. A maior parte de seus artigos refere-se a questões do ensino e a História da Educação, como é mostrado abaixo. João Augusto de Toledo⁴⁴ teve 12 artigos publicados nesse periódico, cujos temas versavam sobre a História, a Educação e disciplinas como História, Francês, Psicologia, Pedagogia e Metodologia. Antônio Firmino Proença⁴⁵ publicou 10 artigos que tratam, em sua maioria, da natureza. É autor da seção Ensino Primário (publicada nos fascículos 4, 7, 8 e 10) na qual expõe métodos de ensino para serem aplicados nas escolas primárias.

Os colaboradores e o número de artigos que publicaram podem ser observados no quadro a seguir:

Colaboradores da <i>Revista da Escola Normal de São Carlos</i> (1916-1923)	Número de Artigos publicados na <i>Revista da Escola Normal de</i> <i>São Carlos</i>
Antônio Firmino Proença	10
Arthur Raggio Nóbrega	2
Astor Dias de Andrade	1
Ataliba de Oliveira	2
Atugasmin Medici	1
Carlos da Silveira	13
Dagoberto Salles	4
Domingos de Vilhena	2
Duílio Ramos	1
Elisiário Fernandes de Araújo	2
Ezequiel de Moraes Leme	8

⁴³ Integrou a primeira formação do corpo docente da Escola Normal de São Carlos na qual era lente da 11ª cadeira (Psicologia Experimental, Pedagogia e Educação Cívica). No fascículo 10 da *Revista da Escola Normal de São Carlos*, de junho de 1921, consta que ele é lente de Psicologia e Pedagogia e diretor da Escola Normal do Brás. Já, no fascículo 11, de dezembro de 1921, consta somente que ele é lente de Psicologia e Pedagogia. E, no fascículo 13, de dezembro de 1923, há a informação de que ele é diretor da Escola Normal do Brás.

⁴⁴ Integrou a primeira formação do corpo docente da Escola Normal de São Carlos na qual ocupou o cargo de lente da 12ª cadeira (Psicologia Experimental, Pedagogia e Educação Cívica) de 1913 a 1921, quando foi transferido para Campinas com a finalidade de exercer a função de lente de Prática Pedagógica. No fascículo 10 da *Revista da Escola Normal de São Carlos*, de junho de 1921, consta que ele é Diretor e Lente da Escola Normal de Campinas. No fascículo 11, de dezembro de 1921, há a informação de que ele é Lente de Pedagogia e Diretor da Escola Normal de Campinas.

⁴⁵ Fez parte da primeira formação do corpo docente da Escola Normal de São Carlos na qual ocupou o cargo de lente da 13ª cadeira (Métodos e Processos de Ensino, Crítica Pedagógica e Exercícios de Ensino). No fascículo 10 da *Revista da Escola Normal de São Carlos*, de junho de 1921, consta que ele é Diretor e Lente da Escola Normal de Pirassununga.

Fausto de Souza	1
Francisco Azzi	1
Francisco Z. de Oliveira Pentead	7
J. & C.	1
João Augusto de Toledo	12
José Ferraz Motta, Dr.	1
Lázaro R. Lozano	1
Manoel de Toledo Silva	1
Mariano de Oliveira	3
Mário Natividade	3
Mello Ayres	1
Raphael Falco	5
Sebastião Paulo de Toledo Pontes	3
Secretaria da escola	1
Theodorico L. de A. Camargo	1
Waldomiro Caleiro	4

Quadro IX: Colaboradores da *Revista da Escola Normal de São Carlos* e o número de artigos que publicaram.

Com relação à diagramação, notamos que no fascículo 1 todos os espaços da revista são utilizados. Na primeira página constam o cabeçalho, o expediente, o editorial e o início do primeiro artigo. O cabeçalho esteve presente somente nos três primeiros fascículos, sendo suprimido nos demais. O expediente é o mesmo também somente nos três primeiros fascículos e constam nele:

A Revista será publicada 2 vezes por ano; distribuição gratuita, só se publicam trabalhos inéditos; será respeitada a grafia dos senhores colaboradores, únicos responsáveis pelas idéias que emitirem; toda a correspondência deve ser dirigida à Comissão de Redação da Revista, Escola Normal de São Carlos, Estado de São Paulo, Linha Paulista. (EXPEDIENTE. *Revista da Escola Normal de São Carlos*, ano 1, n. 1, p. 1, 1916).

A partir do fascículo 4 – e em todos os demais –, o expediente passa ter o seguinte conteúdo:

Publica-se essa Revista duas vezes por ano; só se incluem nela trabalhos inéditos; a grafia é a dos respectivos colaboradores, únicos responsáveis pelas idéias que emitirem; toda a correspondência deve ser dirigida à Comissão de Redação da Revista da Escola Normal – São Carlos – Estado de São Paulo – Brasil. (EXPEDIENTE. *Revista da Escola Normal de São Carlos*, ano 2, n. 4, p. 1, 1918).

Note que, a partir do número 4, suprimiram-se os dizeres “distribuição gratuita” e “Linha Paulista” foi substituída por “Brasil”.

O editorial está presente somente no primeiro fascículo e expressa o desejo de alguns docentes dessa escola normal de “fundar uma revista que fosse um depositário das lucubrações a que, por dever de ofício, se entregam os membros do corpo docente do mesmo estabelecimento”. (1916, p. 1). Ressaltam a falta de uma publicação que servisse de fonte informativa. “Esse é o motivo do aparecimento da presente publicação, que registrará em suas páginas trabalhos sobre pedagogia, crítica de livros, ensaios filosóficos e outros que possam contribuir para aumentar entre os moços o amor pelos estudos”. (1916, p. 1).

O fascículo 2 também tem seus espaços bem aproveitados, a exemplo do seu antecessor. O fascículo de número 3 é uma edição especial no qual estão transcritas uma série de 13 palestras cívicas realizadas na Escola Normal de São Carlos, de 18 de setembro a 15 de novembro de 1917. Na primeira página, constam apenas o cabeçalho, o expediente e o nome da tipografia que imprimiu esse fascículo. Nos dois números anteriores, os artigos possuíam títulos escritos discretamente e havia o mínimo de espaço entre o final de um artigo e o início de outro. A partir do terceiro fascículo, cada artigo tem início em uma nova página e seus títulos recebem maior destaque, além de serem escritos em uma única coluna, que pode facilitar a leitura uma vez que as letras também são em tamanho maior. No fascículo 4, há uma página reservada somente para o expediente. Nesse número, os títulos dos artigos foram padronizados, seguindo o mesmo tamanho e tipo de letra – permanecendo assim em todos os números posteriores.

Este mesmo fascículo é iniciado pela transcrição de um trecho de *Palavras aos meninos brasileiros*, de Olavo Bilac – que não consta no sumário – no qual o autor exalta a pátria, afirmando que o Brasil se encontra no auge de sua virilidade e que é preciso haver força e crença na educação das crianças para que, quando elas crescerem, se tornem cidadãos justos, bons e felizes. Esse trecho foi transcrito pela Redação da Revista – como consta no fascículo 8, na página 112 – porém, não há referência da fonte.

O fascículo 5, e os demais, possuem a mesma estrutura de seu antecessor. Foram publicados artigos sobre a História da Educação no Brasil e a formação do povo brasileiro. Há ainda a transcrição de algumas conferências sobre civismo e exaltação a Pátria, destacando nomes como Ruy Barbosa, José Bonifácio e Campos Salles.

No sexto fascículo foram publicados artigos referentes à situação do ensino no estado de São Paulo. Porém, o primeiro artigo, intitulado *Juvenal Penteado* (p. 3-12), é um elogio fúnebre lido a 22 de abril de 1919 – 30 dias após seu falecimento – em sessão solene

promovida pelo corpo docente da Escola Normal de São Carlos. Juvenal Penteadado era lente de Francês e Inglês e chegou a ser diretor da Escola. No fascículo 7, há artigos sobre métodos de ensino de algumas disciplinas, além da transcrição de conferências sobre civismo. Ao final, há a seção *Ensino Primário* organizada pelo professor Antônio Firmino Proença.

No oitavo fascículo foram publicados vários artigos tendo as escolas normais do estado de São Paulo como tema principal. Neles são apresentadas críticas e sugestões que, segundo concepções de seus autores, promoveriam a melhoria do ensino. No fascículo 9 foram publicados artigos sobre civismo e ensino normal.

O fascículo de número 10 é o primeiro após a Reforma de 1920 e contou com a colaboração de 4 diretores de Escolas Normais⁴⁶: João Toledo (diretor e lente da Escola Normal de Campinas), com o artigo “D. Pedro II através do sentimento” (p.3-12); Carlos da Silveira (lente de Psicologia e Pedagogia e diretor da Escola Normal do Braz), escrevendo “Assumptos escolares” (p. 34-46); Antônio Firmino Proença (diretor e lente da Escola Normal de Pirassununga), publicando “Sugestões para o estudo da natureza no 1º. ano preliminar” em sua seção *Ensino Primário* (p.59-65) e Elisiário de Araújo (diretor da Escola Normal de Casa Branca), colaborando com “A Letra do Hymno Nacional” (p. 25-27). A partir desse fascículo, percebemos um aumento no número de artigos que tratam da situação do ensino no estado de São Paulo.

No fascículo 11, há, entre outros, o artigo de Mariano de Oliveira intitulado “Escolas Complementares” (p. 3-6), no qual realiza uma análise do art. 13 da lei n. 1.750 de 8 de dezembro de 1920, que autoriza o governo a reorganizar os programas da instrução pública. Os demais artigos fazem referência às disciplinas da Escola Normal e a assuntos do ensino primário. No fascículo 12, são publicados artigos sobre métodos de ensino e sugestões de programas destinados às disciplinas das escolas complementares e normais. O fascículo 13 contém a transcrição de dois discursos além de artigos sobre metodologia do ensino de Desenho, Linguagem e Aritmética.

Por meio da leitura dos artigos, constatamos que a maioria trata de temas relativos às disciplinas da Escola Normal – como História, Francês, Biologia, Matemática, Desenho, Música, entre outras – ao civismo, ao ensino e às escolas normais. A maior parte desses artigos contém métodos e programas que os alunos das Escolas Normais deveriam utilizar com seus futuros alunos das escolas primárias. Há ainda artigos escritos exclusivamente para

⁴⁶ João Toledo, Carlos da Silveira e Antônio Firmino Proença foram transferidos da Escola Normal de São Carlos para as referidas Escolas Normais como resultado das modificações efetuadas por Sampaio Dória a partir da Reforma. Seu propósito era manter nas escolas de formação de professores adeptos das idéias presentes na Reforma de 1920.

os alunos da Escola Normal, com programas de ensino que serão utilizados por seus professores ou com explicações e aprofundamentos sobre alguma disciplina. Tais artigos têm por tema as próprias disciplinas das Escolas Normais ou um recorte delas.

A partir do fascículo 8 (junho de 1920) notamos a presença maior de artigos com críticas e sugestões que visam à melhoria do ensino. De modo geral, é possível notar que tais artigos, assim como os demais, recebem certa influência de alguns autores estrangeiros. São citados estudiosos como Herbart, Fröbel e Dewey, entre outros.

Na análise de Nery (2009),

esta revista, apesar de não ser contemporânea à *Excelsior!* demonstra que ainda havia uma tentativa de amalgamação das idéias pedagógicas em circulação. Sobre a circulação desta revista ainda há poucos indícios. Ela era distribuída gratuitamente por ser subsidiada pela Câmara Municipal de São Carlos. Importante lembrar que a Escola Normal de São Carlos, desde sua criação em 1911, havia se tornado um dos principais expoentes culturais da cidade. Seus alunos, em boa parte, eram provenientes das famílias de fazendeiros do estado de São Paulo, cafeicultores, que dominavam o cenário político daquele momento⁴⁷, o que pode explicar o apoio da Câmara Municipal ao periódico. Este será o principal cartão de visitas da Escola Normal de São Carlos no meio educacional paulista. Quando da redistribuição dos professores por várias escolas normais do estado, em 1920, a revista pode ter ampliado sua circulação mas, por outro lado, perdeu fôlego. (NERY, 2009, p. 110).

O último número da Revista da Escola Normal de São Carlos foi publicado em 1923.

3.4 O Raio Verde (1917-1918)

O Raio Verde foi um jornal publicado quinzenalmente pelos normalistas da Escola Normal de São Carlos. Foram diretores: José Romeu Ferraz e Antônio da Silveira e redator, Gentil Eugênio de Camargo. Na primeira página de todos os números está presente a informação: “órgão da mocidade normalista” o que confirma a afirmação anterior.

Foram encontrados, no acervo da Escola Estadual Dr. Álvaro Guião (antiga Escola Normal de São Carlos), 14 números do periódico, a saber:

⁴⁷ Cf. NOSELLA, (1996)

Ano e número de <i>O Raio Verde</i>	Data de publicação
Ano 1 n. 2	06 de outubro de 1917
Ano 1 n. 3	20 de outubro de 1917
Ano 1n. 4	3 de novembro de 1917
Ano 1 n. 5	13 de novembro de 1917
Ano 1 n. 6	15 de fevereiro de 1918
Ano 1 n. 7	28 de fevereiro de 1918
Ano 1 n. 8	15 de março de 1918
Ano 1 n. 9	1 de abril de 1918
Ano 1 n. 11	30 de abril de 1918
Ano 1 n. 12	15 de maio de 1918
Ano 1 n. 13	31 de maio de 1918
Ano 1 n. 14	8 de junho de 1918
Ano 2 n. 17	14 de setembro de 1918
Ano 2 n. 18	5 de outubro de 1918

Quadro X: Datas de publicação de *O Raio Verde*.

Ao observar o quadro é possível notar o grande intervalo de tempo entre a publicação dos fascículos 5 e 6, porém na página 4 do fascículo 5, consta a seguinte informação: “No dia 14 encerra-se o anno lectivo de 1917 da nossa Escola. O proximo numero d’*O Raio Verde* circulará no dia 1.º de Fevereiro do anno vindouro.” (O RAIIO VERDE, 1917, p. 4). Na página 3 do número 14 (08/06/1918), há informação semelhante: “O proximo numero do *Raio Verde* será publicado no dia 31 de Julho, devido o período das ferias.” (O RAIIO VERDE, 1918, p. 3). Não sabemos se a publicação do fascículo 15 ocorreu mesmo na data assinalada, pois o referido número não foi encontrado, assim como o seu posterior. Os demais números parecem terem sido publicados dentro da proposta lançada pelo periódico no expediente do número 2 (06/10/1917), no qual consta a informação de que o jornal seria publicado quinzenalmente e que a assinatura, feita por 3 meses, teria um custo de 1\$000 e o pagamento deveria ser adiantado.

Até o número 4 (03/11/1917) constam como diretores J. Romeu Ferraz e A. Silveira. Do fascículo 5 (13/11/1917) ao 9 (01/04/1918), a direção do jornal ficou a cargo somente de J. Romeu Ferraz. Nos fascículos seguintes, a direção e redação ficaram sob sua responsabilidade. Até o número 5 o redator foi Gentil Eugênio. Do fascículo 6 (15/02/1918) ao 9 o campo que antes era preenchido pelo nome do redator passou a ser ocupado pela frase: “publicação quinzenal”. Na página 2, do fascículo 6, há um artigo intitulado “Gentil

Eugenio”, assinado por Italo Savelli, no qual o autor informa que, “por motivos de nós ignorados”, Gentil Eugenio “deixou a Escola e por conseguinte, o cargo de redactor d’*O Raio Verde*”. Tece inúmeros elogios ao estudante ressaltando seu grande empenho pelo progresso do periódico em questão. Mesmo não sendo mais aluno da Escola Normal de São Carlos, Gentil Eugenio teve artigos publicados no jornal. No fascículo 9, p.1, foi publicado um soneto por ele criado em homenagem a Romeu Ferraz. No fascículo 11, p. 2, foi publicado outro soneto de sua autoria, desta vez dedicado ao colega João Doretto. Na página 2 do fascículo 14 também foi publicado outro artigo dele intitulado “O bom tempo de outr’ora”, no qual são citadas travessuras feitas por alunos na escola. Ao final há a seguinte nota: “Do livro inédito *De noite... (contos)*”, indicando que o texto pode ter sido baseado ou extraído dele.

Ao que parece o jornal funcionava também como um meio de correspondência entre os alunos, pois diversos artigos são endereçados a determinados alunos e respondidos por esses ou por outros. Acreditamos que a maioria dos artigos tenha sido escrita pelos alunos, pois nenhum deles é de autoria de professores ou diretores da Escola Normal. Os alunos que participaram d’*O Raio Verde* com publicação de artigos são os seguintes: Auralita Penteado, P. A. Fortes, Arya C. Penteado, Anna B. Pires, E. Terna, Onofre A. Penteado Junior, Demetrio Angrisani, A. L. Mendonça, João Doretto, João do Diabo (na página 3 do número 7 consta a informação de que se trata de um pseudônimo de João Doretto), Margot, Rosita, Cora Benita, A. Oliveira e Sousa, Dinah (3º ano da Escola Normal de Piracicaba), Eunícia, Joanninha Andrade, Maria Rosario O. Aranha, Gentil Eugenio, Carlos Maia, Lygia, Jotta, Cyra, Romeu Ferraz, M. A. Queiroz, Elias Habib, Petronio, Rosa do Mar, Rocha Pombo, L. Ponce, Italo Savelli, C. Vera, J. F. C., Corina Maciel, Plínio d’Oliveira, Yvonne, V. Lisa, Alfano, Maria T. Fortes, Teresa Puoli, Lourdes Silva, Antonia de Sousa, Aurelio C. Rossi, Danilo Montenegro, Q. S., Yvette, João do Sul.

Em alguns números da *Revista da Escola Normal de São Carlos* foram publicadas relações dos professorandos formados pela Escola Normal de São Carlos. Alguns dos autores de artigos do jornal *O Raio Verde* aparecem nessas listas. Na tabela seguinte estão o número da revista, os nomes dos alunos, seus locais de nascimento e como assinavam seus artigos:

<i>Revista da Escola Normal de São Carlos</i>	Nomes dos alunos autores de artigos d'O Raio Verde	Locais de nascimento	Assinatura nos artigos
Ano 2 n. 3 (1917, p. 158)	Auralita Penteadó	Capital federal ⁴⁸	Auralita Penteadó
	Arya de Camargo Penteadó	São Paulo	Arya C. Penteadó
	Aurelio Civatti Rossi	Itápolis	Aurelio C. Rossi
Ano 3 n. 5 (1918, p. 90)	Teresa dos Anjos Puoli	Sertãozinho	Teresa Puoli
	Antonia de Sousa	Jaú	Antonia de Sousa
	Donaria de Sousa	Jau	Donari de Souza
	Onofre Arruda Penteadó Junior	Dourado	Onofre A. Penteadó Junior
Ano 4 n. 7 (1919, p. 68)	Maria Thereza Fortes	Iguape	Maria T. Fortes
	Maria do Rosário Oliveira Aranha	Rio Claro	Maria Rosario O. Aranha
	Leopoldina Ponce	São Carlos	L. Ponce
	João Doretto	Dourado	João Doretto e João do Diabo
	Augusto de Oliveira e Sousa	Jaú	A. Oliveira e Sousa
	Demetrio Angrisani	Itália	Demetrio Angrisani e D. Angrisani
	Adolpho de Lima Mendonça	Casa Branca	A. L. Mendonça
	José Ferraz de Camargo	São Carlos	J. F. C.
Ano 5 n. 9 (1920, p. 55)	Anna Benedicta Pires	Itapira	Anna B. Pires
	Elias Habib	São Carlos	Elias Habib
	Paulo de Andrade Fortes	Iguape	Paulo A. Fortes e P. A. Fortes
	Italo Savelli	São Carlos	Italo Savelli
	Maria Aparecida de Queiroz	Sta. Rita do Passa Quatro	M. A. Queiroz
Ano 6 n. 11 (1921, p. 71)	Corina Maciel	Batatais	Corina Maciel

Quadro XI: Professorandos da Escola Normal de São Carlos que publicaram artigos no jornal *O Raio Verde*.

Ao analisar a tabela constatamos grande número de alunos provenientes de outras cidades, o que demonstra a importância da Escola Normal de São Carlos para a região, uma vez que muitos de seus alunos partiam de suas cidades para estudar em São Carlos. Alguns autores dos artigos fazem uso de apelidos ou abreviações, o que dificulta sua identificação, porém, mesmo seus nomes sendo total ou parcialmente desconhecidos, podem ser também alunos da Escola Normal de São Carlos ou de outra Escola Normal, uma vez que também foi

⁴⁸ A cidade do Rio de Janeiro foi capital da República dos Estados Unidos do Brasil de 1889 a 1960, quando Brasília passa a ser a capital brasileira.

publicado artigo de aluna da Escola Normal de Piracicaba, demonstrando que outros colaboradores também foram aceitos e que o jornal pode ter circulado para além dos limites da Escola Normal de São Carlos. No fascículo 9 (01/04/1918) há a notícia do recebimento de uma carta remetida pelo Diretor do Gymnasio São Carlense na qual acusa o recebimento do jornal *O Raio Verde*, tecendo elogios aos artigos e à impressão. Ressalta que, em breve, retribuirá o envio com o primeiro número do jornal que o Gymnasio editará. No fascículo 13 (1918, p. 2), também há um pequeno artigo intitulado “Nós”, no qual é feita a transcrição de uma notícia sobre *O Raio Verde* publicada na seção “Publicações”, do jornal *O Estado de S. Paulo* (26 de maio de 1918). Eis a notícia:

A mocidade normalista de S. Carlos mantém alli um interessante jornalzinho, sob a direcção do sr. Romeu Ferraz – o RAIOS VERDES. Temos presente o n. 12 desse quinzenario, que contém promissores ensaios literarios da senhorita Donaria de Souza e dos srs. Oliveira e Souza, Romeu Ferraz e outros moços estudantes.

No fascículo 3 (20/10/1917, p. 3) há uma nota esclarecendo que o número de artigos enviados superou o esperado e que muitos acabaram não sendo publicados por falta de espaço, sendo assim o espaço do jornal seria aumentado e, para compensar as despesas com a tipografia, estavam sendo aceitos mais anúncios. O fascículo 4 (03/11/1917) ainda apresenta 4 folhas (como seus antecessores), porém o número 5 (13/11/1917) foi publicado com 6 folhas. Ao analisar a seção de anúncios (reservada sempre para a última página), notamos que o número de propagandas permanece praticamente o mesmo em todos os números do jornal, fato que pode ter contribuído para que o número de folhas voltasse a ser o mesmo dos números anteriores. Nos fascículos seguintes também há informações sobre o volume de artigos recebidos seguidas de uma justificativa pela não publicação de alguns, em virtude da falta de espaço no periódico e, ao que tudo indica, da falta de recursos para aumentá-lo. O número de páginas apresentado pelo fascículo 5 pode simbolizar também uma comemoração pelo primeiro trimestre de publicação d’*O Raio Verde*, visto que, na primeira página, Romeu Ferraz redige um pequeno texto agradecendo o apoio da diretoria e do corpo docente da escola. Ressalta que esse é o último número do primeiro trimestre de existência do jornal e que seu desejo era de publicar um número especial, mas as dificuldades financeiras não permitiram. Tece inúmeros elogios à qualidade dos artigos publicados e agradecimentos aos colaboradores.

Com relação aos aspectos tipográficos, observamos que em todos os números, alinhado à direita, está o nome do jornal escrito em letras maiúsculas, do lado esquerdo há uma figura parecida com um feixe de luz. Logo abaixo, consta a informação “órgão da

mocidade normalista". Em seguida, informações sobre a direção e redação do periódico são apresentadas. Logo abaixo, em um quadro, aparecem o ano, o local, a data de publicação e o número do fascículo:



Foto 3: O Raio Verde, ano 1, n. 2, 1917, capa.

Os títulos dos artigos são enfeitados com molduras ou pequenos arranjos. A única figura foi publicada no fascículo 13 e trata-se do retrato do professor Mariano de Oliveira (então Diretor da Escola) seguido de um artigo em homenagem ao seu aniversário. No fascículo 2, os artigos são publicados em 3 colunas, nos números posteriores, passaram a ocupar 4 colunas, com exceção para alguns sonetos que eram publicados fora dessa diagramação.

Entre os assuntos abordados por *O Raio Verde* estão histórias com moral da história, artigos sobre a I Guerra Mundial, a importância da mulher para a Pátria, a importância da educação e dos professores para a formação de cidadãos patriotas, além de muitas poesias, humor, seção de cartas, notícias sobre a Escola Normal e o próprio jornal, expediente (com informações sobre como assinar, valor da assinatura, endereço para cartas) e propagandas.

Como pôde ser observado, os periódicos aqui analisados trataram de temas importantes para a época em que foram publicados, uma vez que em suas páginas estiveram presentes artigos sobre assuntos que estavam em evidência naquele momento. Por meio de sua análise também são evidenciados aspectos importantes sobre o ensino e as mudanças educacionais ocorridas no período de suas publicações. Assim, o estudo da imprensa periódica educacional se mostra importante à medida que revela como os mais variados assuntos educacionais foram apropriados e representados pelos professores, alunos e ainda por outros colaboradores que, por meio da publicação de artigos nos periódicos analisados neste capítulo, manifestaram suas idéias e sugestões sobre as situações ora vivenciadas. No capítulo seguinte serão analisados os artigos que tratam dos temas educação moral, civismo e higiene publicados nos periódicos aqui apresentados.

4 ANÁLISE DOS ARTIGOS⁴⁹ SOBRE EDUCAÇÃO MORAL, CIVISMO E HIGIENE

Tomando os artigos publicados nos periódicos selecionados para esta pesquisa como “suportes materiais de práticas de apropriação” (CARVALHO, M., 2003, p. 274) e representação, apresentamos, neste capítulo, as análises das apropriações e representações que seus autores fizeram sobre a educação moral, o civismo e a higiene. Antes de iniciar a leitura, tenhamos em mente o contexto no qual esses autores viveram e as utensilagens mentais para eles disponíveis no momento em que explanaram, por meio dos periódicos selecionados, suas idéias a respeito de temas tão polêmicos e importantes para sua época.

4.1 Educação moral, civismo e higiene nos periódicos *Excelsior!*, *Revista da Escola Normal de São Carlos* e *O Raio Verde*

Antes da análise dos artigos, esclareceremos melhor alguns conceitos considerando o contexto em que foram abordados nos periódicos *Excelsior!*, *Revista da Escola Normal de São Carlos* e *O Raio Verde*. A Educação Moral, conforme apresentada nesses periódicos, é aquela pela qual o homem deve ser cultivado para o fim de poder viver como um ser que age livremente, que se pode bastar a si mesmo, ser um membro da sociedade, mas também possuir por si próprio um valor inteiro. Já a Educação Cívica é a prática, no ambiente escolar e fora dele, dos atos cívicos. Entende-se por atos cívicos: participação em eleições; visitas a túmulos e monumentos; culto à bandeira; estudo biográfico de brasileiros ilustres; ensino e prática de regras de civilidade para com empregados da escola e da casa, parentes, amigos e, sobretudo, pela compostura que um aluno deve ter na rua; respeito aos jardins públicos, prédios públicos e particulares. A educação cívica era necessária para proporcionar ao povo sua emancipação política, tendo por princípios o voto, o serviço militar e contribuições pessoais e patrimoniais do cidadão. O Civismo é entendido como devoção ao outro materializada no interesse público e no bem-estar coletivo. O cidadão integrado à sociedade é necessariamente um agente que trabalha em benefício dessa mesma sociedade respeitando a identidade dos demais, acatando

⁴⁹ Todas as citações feitas dos textos publicados nos periódicos estudados preservarão a grafia original da época.

os estatutos gerais e esforçando-se para o aprimoramento coletivo; devoção ao interesse público; patriotismo. (OZELIN, 2006, p. 92).

Nos periódicos publicados pela Escola Normal de São Carlos é evidente a preocupação com aspectos relacionados à educação moral e ao civismo. Segundo Martins⁵⁰ (2001, apud DIAS, 2009), artigos sobre tais temáticas eram publicados com certa frequência nas revistas pedagógicas, principalmente devido ao clima de nacionalismo exaltado vivenciado na época e ao consenso de haver certa urgência na “construção da identidade da nação e de um regime representativo democrático de modo a colocar o Brasil no rumo das nações européias e dos Estados Unidos da América do Norte”. (DIAS, 2009, p. 63).

Podemos apontar também como objetivos desses artigos a promoção dos valores cívicos – uma vez que a educação cívica era vista como fundamental para o soerguimento moral da nação brasileira; o despertar do povo para o amor à pátria; a valorização das belezas naturais e do próprio povo brasileiro; proporcionar às novas gerações o conhecimento e a identificação com os heróis nacionais; e a difusão do idioma nacional, visto como meio de nacionalização do estrangeiro e união do povo brasileiro.

Na *Revista da Escola Normal de São Carlos* foi publicado o artigo “A língua patria e a unidade nacional”⁵¹, de Carlos da Silveira. Na verdade, trata-se da transcrição de uma palestra cívica realizada na Escola Normal em 1917, na qual o autor discorre sobre o sentimento patriótico, ressaltando a importância da língua: “Sejamos patriotas e bons patriotas, e um dos muitos modos, ao nosso alcance, para a pratica de um patriotismo sadio e constructivo, é falar e escrever correctamente a lingua nacional [...]”. (SILVEIRA, 1917b, p. 76). Em um momento de crescimento do número de imigrantes no país, a língua também era entendida como meio para proporcionar a unidade nacional: “a comunhão de linguagem facilita a troca de idéias e a comunicação dos espíritos, torna a simpatia mais fácil e mais forte, o conjunto mais coerente e, por conseguinte, favorece o sentimento de Pátria”. (SILVEIRA, 1917b, p. 65). Porém, a seu ver, nas escolas preliminares, a língua nacional, importantíssima sob o ponto de vista cívico, não tem bom desenvolvimento. Segundo ele, o estudo da língua oficial constitui-se em elemento poderoso para aumentar o civismo:

No Brasil, além do mais, os núcleos de immigrants, isolados na vastidão do territorio, constituem verdadeiros postos avançados de quiçá pretendida conquista. A solução de continuidade que taes núcleos geram no nosso povo,

⁵⁰ MARTINS, A. L. Modelando gerações: revistas pedagógicas. In: _____. *Imprensa e práticas culturais em tempos da República*: São Paulo (1890-1922). São Paulo: EDUSP: FAPESP: Imprensa Oficial do Estado, 2001a, p. 304-323.

⁵¹ SILVEIRA, Carlos da. A língua patria e a unidade nacional. *Revista da Escola Normal de São Carlos*. São Carlos: Tipografia Artística, ano 2, n. 3, p. 62-76, 11 dez. 1917.

não ainda bastante coeso para assimilá-los, é um perigo que só pode ser conjurado pela mobilização das energias computáveis: e entre estas apresenta-se, em primeira linha, o ensino inteligente da língua nacional, o seu cultivo aprofundado e largamente generalizado nas escolas de todos os graus e em toda a parte. (SILVEIRA, 1917b, p.74).

Em “A escola brasileira”⁵², João Augusto de Toledo demonstra certa preocupação com a entrada cada vez maior de imigrantes em território nacional e a forma como têm se organizado:

Aqui e ali, por todos os cantos onde a imigração tem penetrado, núcleos de estrangeiros se têm formado, conservando-se alheios ao nosso paiz. Não havendo escolas nossas, fundam elles as suas; recebem de além-atlantico todos os objectos necessarios e subvenção remuneradora. Estudam sua lingua, a historia e a geographia de sua patria, conservam suas tradições e seus costumes, vivem em nossa terra como si vivessem na sua, sempre estrangeiros, legando a seus filhos a mesma alma de seus avós. Este facto, profundamente alarmante, só de há pouco tempo para cá conseguiu chamar nossa attenção, sem que tenhamos, entretanto, procurado dar remedio a essa gravissima anomalia. Quando, em nosso espirito, por factos concretos, tenhamos desenhados os primeiros sinaes de nossa desnacionalização, talvez resolvamos a agir de modo efficiente. Hoje, confiantes como sempre, alheios das questões civicas, cremos todos que nenhum perigo ameaça esta terra bem-fadada; estamos certos de que a fortuna ha de nos encaminhar, em linha recta, para a gloria. Doce ingenuidade esta nossa! (TOLEDO, 1917b, p. 79-80).

O autor parece entender que a educação cívica seria a chave para agregar os estrangeiros e fortalecer o país. A língua oficial é vista como meio de unificação nacional e a escola como ambiente propício e indispensável para seu estudo e disseminação:

A lingua falada pelo povo é o primeiro caracteristico de sua escola. É o primeiro e mais importante, porque é um factor energico de nacionalização e um laço estreito de solidariedade. Os que falam a mesma lingua comungam os mesmos sentimentos e têm os mesmos ideaes e as mesmas tradições. Em um paiz de imigração, como o nosso, ella deverá merecer do professor o melhor cuidado, porque é um recurso poderoso do qual podemos lançar mão para assimilar os estrangeiros. (TOLEDO, 1917b, p.79).

Na transcrição da conferência realizada no Polytheama de Araraquara, no dia 7 de setembro de 1918, por incumbência da Liga Nacionalista, intitulada “Culto Civico”⁵³, Carlos da Silveira apontava a disseminação da língua nacional como um dos objetivos da Liga:

Falae bem a lingua nacional!
Paiz de imigração, a lingua nacional bem falada e conhecida é um poderosissimo instrumento de assimilação. Cultivemos com excepcional carinho a lingua de nossa terra, em toda a vastidão do territorio patrio, na

⁵² TOLEDO, João Augusto. A escola brasileira. *Revista da Escola Normal de São Carlos*. São Carlos: Tipografia Artística, ano 2, n. 3, p. 77-83, 11 dez. 1917.

⁵³ SILVEIRA, Carlos da. Culto Civico. *Revista da Escola Normal de São Carlos*. São Carlos: Tipografia Joaquim Augusto, ano 4, n. 7, p. 3-21, dez. 1919.

imprensa e no livro, na conferencia e na palestra, em publico ou no ambiente familiar: é isso a defesa pacifica do Brasil. Há uma resistencia que se opõe, com as armas nas mãos, destruindo-se o inimigo no calor da batalhas, mas tambem uma defesa menos rumorosa, muito mais modesta no agir, mais valiosa, porém, e que se faz quotidianamente, minuto a minuto, em todos os recantos da Patria, fortalecendo-se os vinculos nacionaes, aggregando-se os elementos estranhos, extirpando as formações prejudiciaes. (SILVEIRA, 1919b, p.18-19).

Segundo Dias (2009, p. 69), intensificou-se em São Paulo, principalmente com a Reforma de 1920 o controle das “escolas estrangeiras”, que acabaram sendo

submetidas a uma supervisão mais rigorosa sendo obrigadas a assumir um compromisso por escrito, comprometendo-se a respeitar os feriados nacionais, promover ensino do Português (por professor brasileiro ou português nato), o ensino de Geografia e História do Brasil (por professor brasileiro nato), o ensino dos hinos nacionais, e respeitar a proibição do ensino de língua estrangeira para crianças menores de dez anos e o acesso das autoridades do ensino aos estabelecimentos.

No jornal *O Raio Verde*, a língua oficial também foi tema de artigo. Em “Nossa Língua”⁵⁴, a normalista Donaria de Sousa venera a língua nacional, atentando para a poesia e as belas palavras nela existentes. Aponta que possuímos uma pátria que abriga indivíduos de várias nacionalidades, cujos idiomas se embaralham em uma confusão em detrimento a nossa língua. Afirma que os fundamentos da formação do sentimento nacional se assentam na língua e que é preciso dedicar esforços para a edificação do amor pátrio. Defende que, em um país de imigração como o nosso, a língua deverá ter do professor grande cuidado, porque é um recurso poderoso do qual se pode lançar mão para assimilar os estrangeiros. Finaliza reconhecendo que o trabalho do professor é difícil, porém não se pode perder as esperanças de que um dia esses esforços virão enobrecer a língua e o país.

A língua se constituía em símbolo da unidade de um povo, assim com um hino nacional. No fascículo 10 da *Revista da Escola Normal de São Carlos*, Elisiario Fernandes de Araújo, em “A Letra do Hymno Nacional”⁵⁵, observa que há uma certa lacuna em relação ao hino nacional brasileiro: a falta de uma letra oficial.

Nota-se, com relação ao hymno nacional brasileiro, uma sensível lacuna, facto que se não justifica e que reclama, sem demora, uma providencia definitiva: é a falta de uma letra official, – pois, actualmente, o que ha, no Brasil, é uma pluralidade de letras para o hymno nacional. Com effeito, se a musica está consagrada, o mesmo não acontece quanto á letra. Qual é a letra do hymno nacional? (ARAÚJO, 1921, p. 25)

⁵⁴ SOUSA, Donaria de. Nossa lingua. *O Raio Verde*. São Carlos. Ano 1, n. 8, p. 1, 15 mar. 1918.

⁵⁵ ARAÚJO, Elisiario. A Letra do Hymno Nacional. *Revista da Escola Normal de São Carlos*. São Carlos: Tipografia Tancredo Camargo, ano 6, n. 10, p. 25-27, jun. 1921.

Destaca que existem muitas letras e, por isso, nem todos sabem cantar o hino, situação que, segundo ele, gera “[...] uma heterogeneidade que, com franqueza, só pôde concorrer para desagregar os sentimentos patrióticos, quando o ideal que se busca é o da homogeneidade, o da unidade. O hino nacional brasileiro não tem, pois, pela sua letra, o caracter essencial de todo hino nacional – a unidade”. (ARAÚJO, 1921, p. 25).

Escreve também que a letra elaborada por eles chegou ao Congresso por intermédio do deputado Mauricio de Lacerda, mas, dias depois, os jornais noticiaram a letra oficial: música de Francisco Manoel e letra de Osório Duque Estrada que deveria ser mantida até o dia do centenário da Independência (7 de setembro de 1922) quando, então, seria escolhida a letra definitiva. Ressalta que “[...] Pouco importa o modo pelo qual se faça a escolha da letra. O que é preciso é que esta seja oficial, portanto, – una e obrigatória”. (ARAÚJO, 1921, p. 27).

Até então, o hino executado nas ruas e nos eventos cívicos da Capital Federal era a *Marselha*. No dia 22 de novembro de 1890, “o Governo Provisório promoveu um concurso para musicar a letra de Medeiros e Albuquerque, entretanto, para surpresa geral, o major Serzedelo Correia recebeu o pedido de executar o hino de Francisco Manuel da Silva, hino oficial da Monarquia”. (DIAS, 2009, p. 91). Segundo José Murilo de Carvalho (1990, p. 125), diante de tal situação, “Serzedelo levou o apelo a Benjamin [Constant], este consultou Deodoro. Decidiu-se na hora que fosse tocado o hino e que continuasse como hino nacional”.

Após a oficialização do Hino Nacional, de autoria de Francisco Manuel da Silva, estabeleceu-se que a música de Leopoldo Miguez seria o Hino da Proclamação da República. Mais tarde, após exacerbação das críticas, oficializou-se a letra composta pelo poeta e jornalista Joaquim Osório Duque Estrada. (DIAS, 2009).

Além do idioma oficial e do hino nacional, era necessário também conhecer a história do nosso país, principalmente a vida dos personagens tidos como exemplos de civismo e amor à pátria brasileira. Fazia-se necessário, então, apresentar aos alunos modelos de conduta ideais, a fim de difundir o sentimento de patriotismo com a finalidade de abraçar os brasileiros e também os imigrantes por meio do culto, do respeito e da admiração pelos heróis da nação.

Ainda em “A escola brasileira”, João Augusto de Toledo afirma que

As biographias são aprendidas com carinho, porque os heroes exercem fascinação sobre o espirito das crianças e... de todos nós. A imaginação engrandece-os, empresta-lhes vida, côr, movimento; tira-os do nosso passado onde estão e fá-los viver novamente, sinão na realidade, em um mundo que ella crea. Ahí são elles imitados, pois nós vivemos todos a imitar; desde criança imitamos, e de preferencia, aquelles que mais amamos e mais admiramos. Os heroes apresentados aos estudantes devem ser optimos modelos a serem copiados. E desta forma, o passado illuminar-se-á para nós; nossas tradições, nossos feitos serão o alicerce de nossa alma cívica; seremos

a continuação melhorada do que fomos. Os filhos de estrangeiros terão a mente povoada das mesmas ideias que povoam as nossas; o coração formar-se-á na mesma lareira de emoções; seus lábios falarão nossa língua; terão elles mesmos aspirações nossas; em uma palavra – serão brasileiros. (TOLEDO, 1917b, p. 81-2).

No artigo “Campos Salles e o Civismo”⁵⁶, Ezequiel de Moraes Leme escreve:

A esse respeito são unânimes os pedagogistas modernos em encarecer a importancia do estudo da vida dos grandes homens, daquelles que se consagraram ao bem da colletividade, empenhado-se sem desfallecimentos, sem vacillações, sem tibiezas, pela solução de um ou outro problema respeitante ao referido bem. (LEME, 1918, p. 81).

Mas ressalta:

É mister, porem, antes da adopção definitiva de um modelo para a formação do civismo, sujeitar a escola feita a uma analyse meticulosa, afim de verificar a ausencia de qualquer vicio ou macula capaz de prejudicar a aureola de pureza que deve circundar o nome que tem de ser apontado como paradigma, a quantos queiram agir visando o progresso social. (LEME, 1918, p. 81).

Referindo-se à Escola Normal de São Carlos, destaca que,

com o fim de se habilitar a nossa Escola para o preenchimento cabal, completo de sua missão inaugura-se hoje a sua galeria dos grandes homens, dos vultos excelsos que terão de ser apontados á mocidade como exemplos de civismo, como modelos de dedicação, de trabalho, de esforço, de abnegação pelo engrandecimento da Patria muito amada.

Dentre os muitos vultos que figuram com grande brilho nas paginas da nossa historia, foi escolhido, para inicio da galeria cívica, o Dr. Manoel Ferraz de Campos Salles. Certo, não podia ser mais feliz a escolha, pois, o excelso brasileiro foi dos que mais ardorosamente se consagraram á obra ingente do engrandecimento da Patria. Poderá haver brasileiros que figurem em nossa historia com tanto brilho quanto elle; nenhum, porem, que o exceda. (LEME, 1918, p. 81-82).

Leme passa então a descrever a vida e o caráter de Campos Salles da forma como sugeriu que seja feita pelos professores quando forem apresentar um herói nacional: sem máculas ou vícios. Ao final, faz um apelo para que as pessoas meditem sobre a vida desse estadista e renovem o propósito de imitá-lo. Artigo semelhante é o de Dagoberto Salles, intitulado “Vida de um brasileiro, que é uma lição de civismo (Campos Salles)”⁵⁷, no qual também descreve em minúcias a vida do estadista, exaltando seus feitos na política nacional. Para ele, “Campos Salles, só por isso, estudado apenas como chefe da nação, é um exemplo

⁵⁶ LEME, Ezequiel M. Campos Salles e o Civismo. *Revista da Escola Normal de São Carlos*. São Carlos: Tipografia Joaquim Augusto, ano 3, n. 5, p. 80-88, dez. 1918.

⁵⁷ SALLES, Dagoberto. Vida de um brasileiro que é uma lição de civismo (Campos Salles). *Revista da Escola Normal de São Carlos*. São Carlos: Tipografia Artística, ano 2, n. 3, p. 50-61, 11 de dez. 1917.

vivo de civismo, apontado á admiração dos nossos homens de governo, á admiração de todos os brasileiros, sobretudo, á admiração da geração actual”. (SALLES, 1917, p. 61).

No fascículo 5, há a transcrição da “conferencia proferida na solemníssima sessão commemorativa do jubileu literario do grande brasileiro, realizada a 13 de Agosto de 1918, no salão nobre da Escola Normal Secundária de São Carlos” (1918, p. 47), intitulada “Ruy Barbosa”⁵⁸, na qual Arthur Raggio Nóbrega exalta a inteligência, o caráter e a vida pública de Ruy (como Ruy Barbosa é tratado no texto). O autor vê Ruy Barbosa como

[...] uma alma adamantina, banhada pela radiosa luz do ideal, crente em Deus, na familia, na patria, na humanidade, vivendo para outrem, para os seus concidadãos do Universo. Suprema encarnação da Patria, é, a despeito de suas cãs, o Cavalleiro do Direito, a quem, não o Brasil, sómente, não a America, não a Europa, mas o Mundo inteiro venera e applaude. (NÓBREGA, 1918, p. 68).

Em tom de alerta para os moços, ressalta:

Fitae o olhar nesse vulto imponente e augusto. Fixae na mente os traços immortaes do paladino de todas as causas nobres e santas que fazem pulsar o coração do nosso povo e da humanidade.

Eis o prototypo do esforço, do valor e da honra, um dos grandes modelos que se impõem á imitação universal. Seja elle para todos nós, para os évos e para os vindourros, uma fonte inexgotavel de coragem, de alento, de estímulo e de fôrça, posta a mira no cabal e escrupuloso cumprimento dos arduos e inilludiveis deveres para com a Patria, que, sensibilizada, agradecida, sorridente, não recusa osculos nem carinhos aos seus filhos dedicados, aos seus servidores, aos seus benemeritos! (NÓBREGA, 1918, p. 68).

No fascículo 9, também da *Revista da Escola Normal de São Carlos*, foi publicada a transcrição da conferência realizada por ocasião da inauguração do retrato de Duque de Caxias na Escola Normal de São Carlos. Intitulada “Luiz Alves de Lima e Silva”⁵⁹, tal conferência foi realizada por Carlos da Silveira que, em nota, declara que seu objetivo é “vulgarizar os factos mais importantes da vida do Duque de Caxias: é um trabalho de compilação e não contém, por isso, novidades, nem se apresenta com pretensões historicas ou literarias, não cabiveis ao caso”. (SILVEIRA, 1920b, p. 7). De fato, ao longo do texto, descreve a vida de Duque de Caxias e finaliza afirmando que é dever de todos venerar com a mais profunda simpatia e amor cívico, a figura do duque.

⁵⁸ NÓBREGA, A. Raggio. Ruy Barbosa. *Revista da Escola Normal de São Carlos*. São Carlos: Tipografia Joaquim Augusto, ano 3, n. 5, p. 47-68, dez. 1918.

⁵⁹ SILVEIRA, Carlos da. Luiz Alves de Lima e Silva. *Revista da Escola Normal de São Carlos*. São Carlos: Tipografia Tancredo Camargo, ano 5, n. 9, p. 7-32, nov. 1920.

Em *Excelsior!*, o professor João Lourenço Rodrigues, no artigo “O Barão do Rio Branco – O Mestre do Civismo”⁶⁰, tece uma homenagem a José Maria da Silva Paranhos Junior, o Barão do Rio Branco. Constituindo-se em um dos textos mais extensos de todas as edições da revista (6 páginas), trata-se de um trabalho pormenorizadamente detalhado da vida do Barão. O autor ressalta que o patriotismo e o civismo o levaram a proferir tal conferência e recomenda que as virtudes do Barão sejam observadas pelos alunos. Lembrando a importância de se conhecer os feitos dos grandes homens, ressalta:

Conhecer a Patria para melhor amal-a e para melhor servil-a. [...]. Antes de tudo, conhecer a Patria. Conhecel-a sobretudo no seu passado, nas suas tradições gloriosas na vida dos seus filhos mais ilustres de todos aqueles que souberam dignificá-la por seus feitos, por obras de pública benemerência. (RODRIGUES, 1912, p. 7).

Rodrigues narra a vida do Barão desde sua infância, abrangendo também sua vida acadêmica. Reforça virtudes como o fato de ter renunciado a vida de festas e divertimentos (como seria a vida da maioria dos jovens comuns) em prol de noites e noites de estudo e dedicação, cômico de um futuro de muitas responsabilidades para com a nação brasileira.

Também em homenagem ao Barão, foram publicados, no mesmo número de *Excelsior!*, mais dois artigos: o poema “Um redivivo (soneto)”⁶¹, recitado pela aluna Aylza Civatti Rossi em uma sessão cívica realizada na Escola Normal e transcrito por Manoel de Mattos Azevedo; e “Rio Branco”⁶², transcrição de um discurso elogioso proferido pela aluna Carolina Cesar em sessão cívica da escola. No final de seu artigo, a aluna declara: “Bemdicto o nome do grande patriota, exemplo de civismo, lição para a mocidade!”. (CESAR, 1912, p. 21).

No fascículo 5 foi publicada uma crônica escrita por Euclides da Cunha intitulada “O valor de um symbolo”⁶³, na qual o autor relata um episódio pelo qual passou após um naufrágio, ressaltando, em tom de conclusão, a afirmação do valor da bandeira brasileira. Segundo Silva (2006), nesse artigo aspectos como patriotismo, honra, dever e esperança são pontos chave.

⁶⁰ RODRIGUES, João Lourenço. O Barão do Rio Branco – O mestre de civismo. *Excelsior!*. São Carlos: Typographia Aldina, ano 1, n. 2, p. 07-12, 22 mar. 1912.

⁶¹ AZEVEDO, Manoel de Mattos. Um redivivo (soneto). *Excelsior!*. São Carlos: Typographia Aldina, ano 1, n. 2, p. 13, 22 mar. 1912.

⁶² CESAR, Carolina. Rio Branco. *Excelsior!*. São Carlos: Typographia Aldina, ano 1, n. 2, p. 21, 22 mar. 1912.

⁶³ CUNHA, Euclides da. O valor de um symbolo. *Excelsior!*. São Carlos: Typographia Aldina, ano 2, n. 5, p. 3-4, 15 nov. 1913.

No fascículo 5 de *Excelsior!*, Antonio Firmino Proença, então diretor da escola, assina o artigo “A Bandeira Nacional – Resumo histórico”⁶⁴, no qual faz um breve histórico das bandeiras brasileiras desde 1500 até a República, ressaltando os feitos dos personagens da história considerados importantes e dignos de rememoração, entre eles Pedro Álvares Cabral, D. João VI, José Bonifácio, Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Rui Barbosa, Campos Salles e Benjamin Constant.

Segundo Dias (2009, p. 72),

com isso pretendia-se promover o soerguimento moral da nação por meio das apresentações dos grandes nomes da história pátria: Tiradentes representava o homem do povo simples e humilde cuja morte fora semelhante a de Cristo, e dera a própria vida pelos ideais de liberdade e igualdade; Duque de Caxias, o guerreiro responsável por manter a ordem e a união nacional, demonstrando um povo forte, que sabe negociar a paz e lutar quando for preciso; D. Pedro II, o homem nobre, honrado e bondoso; Campos Salles, o administrador que salvou o país do colapso financeiro; e Rui Barbosa, o grande orador e civilista. O intuito era o de resgatar vidas exemplares um tanto esquecida pela memória nacional e ao mesmo tempo resgatar as raízes da República, regime político providencial, o qual aparecia como antigo ideal e velha aspiração, o que poderia ser comprovado pelo conhecimento das biografias de homens célebres, cujos sacrifícios em prol da nação eram visíveis.

Esses homens, vistos como figuras importantíssimas para o Brasil, deveriam ter suas vidas como bons exemplos a serem ensinados e seguidos tanto pelas crianças quando pelos jovens, adultos e idosos. A escola era vista, juntamente com a família, como local privilegiado para a disseminação desses exemplos por meio da educação moral e cívica. Leme, em “Campos Salles e o Civismo”, revela qual o papel da Escola Normal no cenário da época:

Destinada a armar cavaleiros para a obra grandiosa da educação popular, certo é que a Escola Normal não alcançaria o seu fim se só curasse da preparação científica e técnica dos seus alumnos, esta verdade não escapou ao legislador que, ao definir o objecto de tal instituto, declarou destinar-se elle a dar aos candidatos á carreira do magistério a educação intellectual, moral e pratica necessaria ao bom desempenho dos deveres de professor preliminar. (LEME, 1918, p. 80).

Para ele, a educação moral deveria abranger dois aspectos essenciais: “1.º a formação do character, da organização psychica, do ethos individual; 2.º a formação do patriota, do apostolo pelo bem da collectividade, do abnegado servidor de todas as causas que condigam com a maior felicidade do maior numero”, devendo o cidadão cumprir o dever de “agir, na medida de suas forças, de conformidade com sua aptidões, visando o bem da collectividade,

⁶⁴ PROENÇA, Antonio Firmino. A Bandeira Nacional – resumo histórico *Excelsior!*. São Carlos: Typographia Aldina, ano 2, n. 5, p. 16-18, 15 nov. 1913.

sem preocupações subalternas, com inteira abnegação, com sincero devotamento”. (LEME, 1918, p. 80-81).

Segundo ele, é necessário que a sociedade observe e respeite esse dever, porém, essa necessidade é ainda maior quando se trata de educadores da infância, uma vez que seus predicados morais exercem grande influência sobre seus alunos.

Dahi decorre logicamente a importância da formação moral do futuro educador, formação que deve ser feita durante o ciclo acadêmico. É bem de ver que, ao iniciar seu curso normal, o futuro educador já deve ter a sua formação moral bem encaminhada, pois cumpre seja ella iniciada no lar e proseguida na escola primaria, visando a organização psychica, a formação do caracter.

Nestas condições, tratando da educação moral no curso normal, alludo á formação do patriota, do apóstolo pelo bem da collectividade, do dedicado servidor das causas que dizem com o maior bem do maior numero, alludo, emfim, á educação cívica. (LEME, 1918, p. 81).

A educação cívica era vista como elemento fundamental para promover a unidade nacional e a formação do caráter do cidadão brasileiro. No fascículo 5 da *Revista da Escola Normal de São Carlos* foi publicada a transcrição de uma conferência realizada em nome da Liga Nacionalista em Jaú, no dia 7 de setembro de 1918, intitulada “A Moral Cívica”⁶⁵, na qual Dagoberto Salles enfatiza que “ser patriota, ser bom cidadão, é possuir educação cívica. E a educação cívica em ultima analyse, nada mais é do que a religião da patria. Nessa religião, como em todas as outras, ha grãos de perfectibilidade para a consciencia dos fieis”. (SALLES, 1918, p.70).

Segundo Dias (2009, p. 91), “buscar a perfeição individual e coletiva na ‘religião da pátria’ deveria ser o ideal de cidadania, pois assim como o cristão busca a perfeição, ao cidadão cabia evoluir na ‘escala do patriotismo’. Nessa evolução, a ‘moral cívica’, era preponderante”.

Salles enumera os deveres cívicos dos cidadãos: amar a liberdade, sendo liberdade entendida como “o poder de acção de cada um dentro dos limites da lei”. Defender a Pátria, cujo bom desempenho depende de preparo militar, de saúde física e da independência econômica do país (lembrando que esse artigo foi publicado em 1918, ano em que o Brasil já participava da Primeira Guerra Mundial). Para Salles, não bastava possuir jovens bem preparados, era necessário que eles gozassem de boa saúde.

Dahi a necessidade para nós, que não podemos, como nacionalidade, viver sem exercitos ou defensores, de fazer guerra sem treguas ás molestias que desfibram e aniquilam o organismo da nossa gente, ouvindo a praticando

⁶⁵ SALLES, Dagoberto. A Moral Cívica. *Revista da Escola Normal de São Carlos*. São Carlos: Tipografia Joaquim Augusto, ano 3, n. 5, p. 69-79, dez. 1918.

para isso os conselhos dos doutos e das autoridades, fazendo, creando, propagando e impondo a hygiene, sob todos os seus multiplos aspectos. (SALLES, 1918, p. 73).

Outro dever cívico é o de pagar impostos. Para Salles, o brasileiro paga seus impostos sem os discutir, por isso, incentiva a fiscalização das leis tributárias ao invés de apenas cumpri-las. Ser eleitor constitui-se em outro dever que deve ser cumprido, não apenas sob o impulso do interesse geral da pátria, mas por interesse pessoal. Cooperar na política, “prégando os principios sociaes, acompanhando a orientação dos estadistas, respeitando o voto, combatendo a fraude”, ou seja, se interessando e participando da vida política do país é mais um dos deveres cívicos. Servir no júri, no tribunal popular, para Salles, não deve ser considerado um enfado e uma perda de tempo, mas parte das obrigações dos cidadãos. Respeitar e fiscalizar a execução das leis que, a seu ver, é garantia de liberdade e integridade. Falar bem a língua nacional, uma vez que é elemento constitutivo do sentimento de nacionalidade. Por último, utilizar as boas maneiras, já que, para ele, mais adiantada uma sociedade será, quanto mais felizes seus membros forem, ou seja, quanto maiores forem os sentimentos de cavalheirismo e delicadeza cultivados entre eles. (SALLES, 1918). Finaliza afirmando que tais deveres devem ser cultivados com a finalidade de formarem-se verdadeiros cidadãos. Dias (2009, p. 92) ressalta “que a participação no ‘júri popular’ e o ‘respeito às leis’ também fazem parte dos mandamentos da religião patriótica. O cidadão, ao cumprir as obrigações eleitorais e respeitar as leis, estaria assegurando a liberdade e garantindo a integridade da justiça”.

Em “Culto Civico”, Carlos da Silveira (1919b) destaca que a moral cívica pode compendiar-se em um código de 10 mandamentos que a Liga Nacionalista apresenta a todos por seu intermédio. O 1º mandamento consiste em amar a liberdade; o 2º, em defender a Pátria; o terceiro, em pagar impostos. O quarto mandamento é votar; o 5º, cooperar na política; o 6º, participar do júri no tribunal popular. O sétimo é respeitar as leis; o oitavo consiste em fiscalizar a execução das leis; o nono é falar bem a língua nacional e o décimo é não desdenhar a civilidade, o cavalheirismo e as boas maneiras. Finaliza afirmando que é preciso lutar bravamente por um ideal para que as gerações futuras possam ter orgulho de seus antepassados. É interessante notar que em artigo publicado no ano de 1919 (e comentado nos parágrafos anteriores), Dagoberto Salles enumerou os mesmos deveres apresentados por Silveira. Até mesmo o texto dos artigos é muito parecido, lembrando que ambos eram membros da Liga Nacionalista de São Paulo.

No jornal *O Raio Verde* foi, no fascículo 7, há o artigo intitulado “O dever dos moços”⁶⁶, de J. F. C. O autor inicia o texto demonstrando sua preocupação em tratar de um assunto não muito fantasioso considerando que o jornal é dirigido à mocidade e esta vive em um mundo de fantasias. Porém, ressalta que nunca é demais recordar seus deveres para com a Pátria, justamente em um momento em que ela “reclama de seus filhos a maxima abnegação, o mais acendrado amor!”. Segundo ele, os deveres primordiais do moço são: “o dever do amor ao trabalho e á familia, o de respeito á justiça e o de manter a pureza dos costumes.”. Para ele, o amor ao trabalho evita que se criem parasitas na Pátria que suguem sua seiva de vitalidade. “Essa virtude faz prosperar moral e materialmente o paiz. O verdadeiro patriota trabalha para não ser pesado á sua Pátria.” Critica a tendência existente “para o emprego público, para o parasitismo”, com a ressalva de que ser candidato ao professorando não significa ser candidato ao parasitismo. Ressalta que “é na escola que o povo se transforma em nação. Não basta ser homens, é preciso ter forças, ter consciencia de si e conhecimento da Vida”. Quanto ao amor à família, ressalta que “elle é tanto mais significativo, quanto a patria é um familia tambem. Quem não honra seus paes não é, de modo algum, patriota”. O dever e o respeito à justiça é uma necessidade inadiável a sua vida nacional, uma vez que, sem ele, não há ordem e nem progresso. Finaliza dizendo que o dever de manter a pureza dos costumes é a base sobre a qual se assentam a dignidade e a moral da família. (J. F. C., 1918, p. 1).

Em “Nossa nacionalidade”⁶⁷, publicado no fascículo 13, Cora Benita exalta as belezas naturais do Brasil, ressaltando que o brasileiro deve conhecer e reconhecer as belezas de sua pátria devendo ser grande como ela é. Porém, segundo ela,

[...] o brasileiro só poderá ser grande, quando, já emancipado do espirito de imitação que o caracteriza, resolver crear-se uma nacionalidade á parte. Isto é, ter os seus usos e os seus costumes.

Por exemplo, crear eile mesmo as modas para o seu vestuário, a architectura para os seus edificios, e até – isto seria o mais sublime ideal – uma escola para as suas artes! (BENITA, 1918, p. 2).

Reconhece que o brasileiro é um povo ainda jovem, mas há a necessidade de saber se impor. Assim como a lavoura se mostra uma grande força nacional, também a indústria, o comércio e a arte têm tido grandes progressos. Para ela, “tudo que é nosso, para nós tem pouco ou nenhum valor. Entretanto não deveria ser assim. Um irmão deve applaudir outro irmão! Porque da união nasce a força, e do applauso a actividade e a coragem!”. (BENITA, 1918, p. 2).

⁶⁶ J. F. C. O dever dos moços. *O Raio Verde*. São Carlos. Ano 1, n. 7, p. 1, 28 fev. 1918.

⁶⁷ BENITA, Cora. Nossa nacionalidade. *O Raio Verde*. São Carlos. Ano 1, n. 13, p. 2, 31 maio 1918.

Acredita que os povos dos países adiantados se fizeram grandes, pois reconheceram o valor de sua pátria e cuidaram de se valorizar também. Finaliza deixando uma incumbência ao professores: “futuros professores deveremos procurar despertar na alma juvenil o entusiasmo pela Pátria, e com elle o ideal sublime da nossa briosa nacionalidade!”. (BENITA, 1918, p. 2). Para ela, só assim os brasileiros provarão ser filhos do Brasil.

Em “Pela Patria – Conferencia feita a 15 de Novembro”⁶⁸, Sebastião P. de T. Pontes também exalta a pátria brasileira, comentando os feitos de brasileiros ilustres e incentivando seu culto em uma possível referência à participação do país na Primeira Guerra Mundial:

Tenha o culto da Patria, em cada um de nós, um sacerdote, e, enquanto não é chegada a hora de derrarmos o nosso sangue para repellir affrontas do inimigo ousado, fortaleçamos o braço e o coração, trabalhemos pela grandeza de nossa terra, accordando os brasileiros que ainda dormem, dizendo-lhes o que já nos disseram.

Intensifiquemos o culto civico, préguemos nas escolas e nas praças publicas espalhando os ideaes que nos animam, impondo-nos, embora, o sacrificio enorme, bem menor, porém, do que o de sangue, do julgamento dos maus, dos que não se converteram ainda, dos que não apanhara, as nossas intenções. (PONTES, 1917, P. 109).

No fascículo 2 do jornal *O Raio Verde*, A. L. Mendonça⁶⁹, em artigo sem título, expressa sua felicidade ao falar do Brasil. Relembra a nação jovem, porém com um passado agitado, mas fértil que resultou na sua emancipação. Também em possível referência à participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), Mendonça (1917, p. 3-4) escreve:

Sucedem dias, mezes, annos, e sempre adormecida, agora, porém, que o ribombar do trovão ao longe, preludia uma tempestade imminente, ella acorda pressurosa; quer a seu lado um filho, chama Bilac!

Feliz foi a tua escolha, ó Patria amada, mais feliz ainda foi o poeta que deitou em todos os corações irmãos, o germen do patriotismo, germen que fructificou.

E hoje a Patria confia nos seus filhos, como outr’ora confiava em todos aquelles que derramaram o seu sangue por ella.

Mendonça pode se referir a entrada do Brasil na Guerra por afirmar que o país passara dias, meses e anos adormecido (a Guerra teve início em 1914 e o Brasil entrou no conflito em outubro de 1917) e necessitava, devido às novas circunstâncias, que seu povo o apoiasse e demonstrasse seu patriotismo (representado no artigo pela referência à Olavo Bilac). A Guerra terminou em 11 de novembro de 1918, com a vitória da Tríplice Entente, formada pelo Império Britânico, França, Império Russo (até 1917) e Estados Unidos (a partir de 1917)

⁶⁸ PONTES, Sebastião Paulo de Toledo. Pela Patria. *Revista da Escola Normal de São Carlos*. São Carlos: Tipografia Artística, ano 2, n. 3, p. 108-122, 11 dez. 1917.

⁶⁹ MENDONÇA, A. L. *O Raio Verde*. São Carlos. Ano 1, n. 2, p. 3, 6 out. 1917.

sobre a Tríplice Aliança, composta pelo Império Alemão, Império Austro-Húngaro e Império Turco-Otomano.

Na seção de notícias do número 4⁷⁰, há um breve comentário sobre uma reunião extraordinária realizada no dia 31 de novembro de 1917 no anfiteatro da Escola Normal de São Carlos na qual o diretor (Professor Mariano de Oliveira) leu uma mensagem do presidente da República que, a julgar pelo comentário por ele feito antes da leitura, dizia respeito à Grande Guerra. Em seu comentário, o diretor fez um discurso sobre o momento ora vivido, exortando o patriotismo dos presentes.

Logo em seguida, consta a informação sobre a conferência realizada pelo professor Elisiário Fernandes de Araújo no dia 1 de novembro sobre o tema instituições patrióticas. Tal conferência foi publicada no fascículo 3 (1917, p. 93-107) da *Revista da Escola Normal de São Carlos* com o título “Instituições Nacionais”, abordado neste mesmo capítulo.

No fascículo seguinte, de número 5, foi publicado o poema “Guerra!”⁷¹, escrito por João Doretto no qual o autor faz um apelo pelo patriotismo e pela coragem de seus leitores. Em seguida, há o artigo de Oliveira e Sousa, intitulado “Guerra”⁷², no qual o autor lembra aos brasileiros que o país está em guerra, encorajando a participação de todos: “Que sigamos confiantes por onde a Patria nos chamar, pelo caminho do dever. Desapareçam quaesquer prevenções contra o governo, porque elle tem agido com desassombro, a merecer applauso unanime de toda a Nação”. (OLIVEIRA E SOUSA, 1917, p. 1). Incentiva o alistamento para a guerra, ressaltando que a conquistas será a “paz, suavidade da vida” para os descendentes. Finaliza com um apelo: não desesperemos, porque esta guerra talvez nos seja proveitosa. Despertos pelo troar do canhão, nossos patricios tomarão mais a serio a vida”. Finaliza afirmando que a experiência da guerra fará com que o povo brasileiro torne esse país grande.

Na seção de notícias, publicada na página 4, há uma nota ressaltando que “tem-se realizado nestes ultimos tempos diversas manifestações patrioticas”. Ao que tudo indica, também em virtude da participação do país na Grande Guerra.

É importante lembrar que o Brasil teve uma pequena participação na Primeira Grande Guerra. Em abril de 1917, alguns navios brasileiros – que navegavam de acordo com as regras para países que estavam neutros no conflito – foram torpedeados por submarinos alemães, fazendo com que o governo brasileiro cortasse relações com os países liderados pela Alemanha. Em outubro de 1917, após outro navio brasileiro ser torpedeado por um submarino

⁷⁰ NOTÍCIAS. *O Raio Verde*. São Carlos. Ano 1, n. 4, p. 3, 3 nov. 1917.

⁷¹ DORETTO, João. Guerra! *O Raio Verde*. São Carlos. Ano 1, n. 5, p. 1, 13 nov. 1917.

⁷² OLIVEIRA E SOUSA. Guerra. *O Raio Verde*. São Carlos. Ano 1, n. 5, p. 1-2, 13 nov. 1917.

alemão e seu comandante ter sido feito prisioneiro, o governo do Brasil declarou guerra aos países da Tríplice Aliança (Império Alemão, Império Austro-Húngaro e Império Turco-Otomano). Embora tenha enviado poucas tropas para o conflito, o Brasil participava da Guerra e isso exigia que o povo brasileiro exercesse o patriotismo, apoiando seu país.

Já em 1920, no fascículo 8 da *Revista da Escola Normal de São Carlos* foi publicado o artigo “Os ideaes nacionaes e as escolas elementares”⁷³, no qual João Augusto de Toledo reclama que os povo brasileiro não sabe bem o que deseja. Segundo ele,

[...] Sabem alguns individuos o que particularmente aspiram realizar; outros muitos... apenas querem viver; e a grande massa deixa-se arrastar pelas circumstancias, eternamente queixosa, clamando contra o governo, causa efficiente dos ordenados minguidos, da carestia da vida, dos gafanhotos, da sêca, das geadas e das epidemias. Como entidade collectiva, nosso povo, amorpho, sem vontade raciocinada, não sabe articular suas esperanças; seus ideaes elaboram-se agora, lentamente, desajudados de tudo e de todos. Não sabe; mas nem a imprensa, nem a escola têm orientação definida; as opiniões se chocam e os esforços perdem de vigôr. (TOLEDO, 1920a, p. 3-4).

Indigna-se com o fato de “alguns de nossos patrícios, cujo saber fulgurante se desperdiça hoje em querelas de política partidária, poderiam dar braço forte a esta causa, escrevendo o código da conduta social do brasileiro, tendo em vista o futuro da nacionalidade” e enfatiza a necessidade urgente de definição e propagação de ideais próprios. Apesar de o país ser grande e possuir diversas riquezas naturais, além de um povo pacato e hospitaleiro, Toledo ressalta que “somos, porêm, quasi analphabetos, não possuímos escolas, nem temos ideaes que sejam os centros de convergencia de nossas actividades”. Cita o grande contingente de imigrantes que tem chegado ao país, ressaltando que são grupos de pessoas oriundas de nações fortes e que, por isso, possuem elementos sólidos de nacionalidade, que não se desagregam facilmente, “antes poderão desagregar ainda mais o nosso pobre nacionalismo desarticulado e frouxo”. Reconhece a importância dos imigrantes, principalmente por sua participação na indústria, mas acredita que o país e o povo não estão preparados para recebê-los, havendo a necessidade de uma definição e propagação “dos ideaes nacionaes que nos indiquem os fins, mais ou menos remotos, da nacionalidade. É tarefa que atiramos aos hombros das escolas e que deve ser iniciada no verdôr dos annos, quando a imaginação é rica, a sensibilidade vibratil e o espirito malleavel”. (TOLEDO, 1920a, p. 4-5).

Em tom de crítica, escreve:

Em nossas escolas primárias, no entanto, os esforços convergem para um fim próximo: ensinar a leitura, a escripta, o cálculo, noções de geographia, de

⁷³ TOLEDO, João Augusto de. Os ideaes nacionaes e as escolas elementares. *Revista da Escola Normal de São Carlos*. São Carlos, ano 4, n. 8, p. 3-20, jun. 1920.

historia e de ciencias naturaes. Tendo executado o programma, o professor realizou o seu ideal educativo. Ensina para que o alumno fique sabendo. A melhora do individuo, porêm, como entidade social e como elemento productor, é cogitação de que pouco cuidamos, porque vivemos na ingênua supposição de que saberá, por si mesmo, formar seus ideaes e applicar os conhecimentos adquiridos. (TOLEDO, 1920a, p. 5).

Para ele, é necessário ensinar às crianças como viver em sociedade, como realizar suas vontades sem atritos com as atividades alheias, sendo o aprendizado primário o momento mais eficiente para a formação desses hábitos. Ressalta que,

Ao abrir a cartilha, não é uma táboa rasa a alma infantil. Ahi estão os elementos essenciaes da personalidade, implantados pela herança e alimentados por sete annos de vida em família. De posse desse legado, o mestre impulsiona as forças naturaes em actividade na mente e no corpo da criança, no sentido de desenvolver favoravelmente as que beneficiam a vida e de annular, quanto possível, aquellas que a contrariam. É um longo trabalho de adaptação. E si a vida escolar é, em tudo, semelhante á vida em sociedade, de modo a não ter impressão de mudança radical a passar da escola para a lufa-lufa do mundo, o indivíduo recebe, no convívio da classe, a melhor iniciação para a existencia ulterior. Até os treze ou quatorze annos, muitos hábitos se radicam e outros se iniciam. Entretanto depois para o trabalho e frequentando uma sociedade policiada, os hábitos da meninice e da adolescencia passarão para a juventude e para a mocidade, realizando-se, desse modo, as ambições do ensino. (TOLEDO, 1920a, p. 6-7).

Toledo se coloca como exemplo ao citar que, três vezes por semana, conversa com seus alunos normalistas “amigavelmente sobre coisas da vida”. Apresenta também uma série de máximas que elaborou para tratar com seus alunos. Em resumo, são as seguintes: aprender a ler e desenvolver fluência no idioma nacional; tomar iniciativa, ao invés de esperar pelas ações do governo; lutar pela melhora da sociedade; defender seus direitos e cumprir com seus deveres; praticar uma religião, sem esquecer que outros podem não praticar a mesma; ser disciplinado, obedecer às leis; manter o corpo, vestimentas e ambientes limpos; evitar vícios; e respeitar os imigrantes, sem, porém, se desviar da nacionalidade.

Tais ideais, entretanto, não devem ser tratados na escola primária como matérias que as crianças precisam aprender de cor, mas “conheça-os o professor, que não fará aulas especiaes sobre elles. Serão motes para contínuas variações, a todo o instante, sobre todos os objectos de estudo. Falará delles, visando a imaginação e o sentimento, essas largas portas de entrada para o espírito infantil”. Toledo sugere alguns meios de ação, como, por exemplo, a literatura didática. Para ele, os livros de classe e os livros de leitura podem transportar os assuntos tratados nas lições e nas histórias para a esfera dos ideais por ele enunciados. É preciso que o professor enfatize

As virtudes mais bellas, postas em relevo em cada passo, e o vício conduzindo sempre á desgraça, deixam na mente um apêgo ás coisas boas e sãs e uma forte repugnancia pelo mal, realizando a consonancia almejada. Faça o professor que o pequenino, levemente auxiliado, enuncie a moralidade encerrada no conto que leu. Essa é a prova de que a lição foi entendida e assimilada. (TOLEDO, 1920a, p. 11).

Ressalta ainda que o professor deve se mostrar animado ao tratar das questões referentes ao Brasil e, principalmente, quando dizerem respeito ao futuro. Lembra que é preciso materializar seus pensamentos, ao invés de traduzi-los apenas na fala. Exemplifica com as festas escolares, o escotismo, as excursões, a observação da natureza, os hinos, as danças, os jogos, o desenho, o trabalho manual, além de comentários sobre assuntos em voga na época. Sugere também o trabalho com gravuras grandes, bem desenhadas e coloridas representando o que o Brasil possui como, por exemplo, elementos de sua natureza, passagens relevantes da história, retratos de brasileiros ilustres, representação dos costumes e cenas da vida diária.

Declara estar certo da viabilidade de suas sugestões, porém reconhece a existência de obstáculos para sua aplicação. Considerando somente o magistério primário e o estado de São Paulo, declara supor que os professores conhecessem os ideais nacionais, mas não conhecem. Para ele deveria haver mais harmonia entre as escolas normais primárias e secundárias⁷⁴. Promover momentos para que os professores de Pedagogia estreitem relações; participar dos congressos sobre educação, nos quais há a possibilidade de discutir métodos e processos de ensino, frequência às aulas, conduta dos professores, valor das disciplinas, etc.; além das reuniões periódicas dos encarregados da direção e fiscalização do ensino são sugestões que, segundo Toledo,

criaria laços de *sympathia*, de amizade, e de interesses talvez, cujas consequencias últimas seriam a união da classe, pelos mesmos sentimentos, pelas mesmas aspirações e pelas mesmas normas de conducta. São benefícios inestimaveis, cujo alcance social não é difficil prever, attendendo-se a que seriam o núcleo de mais largas relações, unindo, com o tempo, todas as instituições educativas na communhão dos mesmos ideaes. (TOLEDO, 1920a, p. 18).

Para ele, o professorado ainda não compartilha do ânimo que estimula seus chefes, sendo essa homogeneidade necessária para o sucesso. Destaca que,

Agora, para completar este cyclo de actividade, o congresso faz imprimir as melhores das theses aprovadas e as distribue largamente por todas as escolas. Nos grupos-escolares, uma vez por semana, em reunião de adjuntos, durante

⁷⁴ Lembrando que a unificação das escolas normais só ocorreu em 08 de dezembro de 1920, com a Reforma Sampaio Dória. O artigo analisado foi escrito em fevereiro de 1920 e publicado no mês de junho do mesmo ano.

uma hora, serão lidas e commentadas [...]. Assim, seremos obrigados a pensar em coisas de educação; e, mais cedo ou mais tarde, a synergia de esforços, preocupação máxima deste trabalho, será creada e actuará no sentido de favorecer a realização dos sonhos que, ainda confusos, povoam as lucubrações de uns poucos patricios nossos. (TOLEDO, 1920a, p. 19).

Como disseminadores do plano apresentado, Toledo elege as escolas normais e os grupos escolares por estarem espalhados por todo o estado de São Paulo, além da Diretoria do Ensino, por ser o órgão coordenador da ação dos estabelecimentos de instrução primária. Porém reconhece tratar-se de um plano complexo, pois necessita de cooperação de muitas pessoas, porém não esconde o entusiasmo de seu possível êxito.

No fascículo 11 (30/04/1918) do jornal *O Raio Verde*, foi publicada a primeira parte do artigo escrito por Teresa Puoli e intitulado “Educação da creança”⁷⁵, no qual a autora ressalta que tratará da educação da criança brasileira. Para ela, educar é desenvolver na criança qualidades que a tornem um adulto capaz de realizar um alto fim moral e social. A autora trata da educação física, intelectual, da alimentação e do vestuário. Na segunda parte⁷⁶, publicada no fascículo 13 (31/05/1918), trata da educação moral. Segundo ela, o ensino moral nas escolas é muito vago limitando-se à exposição de exemplos. Isso é importante, frisa ela, porém é necessário haver um ensino mais eficaz e preciso

para as creanças que apenas estão começando os seus estudos, este ensino deve ser feito por meio de exercicios, dos quaes as proprias creanças tirem a conclusão, que será, em geral, uma pequena maxima.

Tratando-se de creanças mais adeantadas, faz-se um apello directo ao raciocinio e a observação. Ahi, já as noções moraes estão depositadas nas suas consciencias, mas confusamente; é preciso então que o professor as explique com clareza, que faça com que as creanças vejam a grandeza dessas mesmas noções como, por exemplo, do amor aos paes, do dever de trabalhar, de não mentir, etc., e também leva-las a saber o porquê da sua conducta. Isso se faz pela leitura dos grandes poetas, pelos estudos da historia, pelas narrativas e anedoctas; tudo isso constituindo o livro escolar pode innocular na alma infantil bellos e generosos sentimentos. (PUOLI, 1918, p. 3-4).

A autora ressalta que a participação da família é indispensável, uma vez que tal ensino deve ter início no lar. Tanto o professor quanto a família devem, segundo ela, procurar meios para que as crianças apliquem na prática o que lhes foi ensinado. Finaliza afirmando que as crianças, ao entrarem para a escola, já possuem uma noção, ainda que vaga, do que se deve ou não fazer.

⁷⁵ PUOLI, Teresa. Educação da creança. *O Raio Verde*. São Carlos. Ano 1 n. 11, p. 1-2, 30 abr. 1918.

⁷⁶ PUOLI, Teresa. Educação da creança. *O Raio Verde*. São Carlos. Ano 1, n. 13, p. 2-3, 31 maio 1918.

Na terceira parte de seu artigo⁷⁷, publicada no número 14 (08/06/1918), a autora ressalta que o professor, antes de se dirigir à inteligência do educando, deve se dirigir ao coração, apelando para seus sentimentos e, em seguida, deve apresentar o conhecimento do bem. Segundo ela,

como meios para isso temos a cultura geral e o ensino moral propriamente dito. A principio, isso se faz por meio de pequenos factos dos quaes se tira uma pequena maxima, e depois dando os preceitos. Esses, porém, devem ser decorados intelligentemente, o que se obtem facilmente desde que os expliquemos. (PUOLI, 1918, p. 2).

Citando Comenius e Spencer, a autora ressalta que é preciso que a criança pratique diariamente as noções aprendidas. Segundo ela, esse processo possui certas vantagens como, por exemplo, o conhecimento natural do bom ou do mau proceder e das conseqüências de suas más ações. Ressalta que todas as matérias da escola primária podem ser utilizadas como meio para se educar moralmente, enfatiza as gravuras que enfeitam a escola, pois, a seu ver, é um campo quase que ilimitado para o professor, além de as imagens reproduzirem atos cotidianos da vida das pessoas. Puoli acredita que as ilustrações impressionam as crianças, fazendo com que se corrijam e se aperfeiçoem conforme o que vêem.

Além das sugestões apresentadas por Toledo (1920a) e expostas nas páginas 96 a 99 deste capítulo) e Puoli (1918), outro meio importante para iniciar as crianças nos rituais cívicos era a prática do escotismo que, segundo Nery (2009, p. 71), na Escola Normal, “tinha o propósito de preparar os futuros instrutores da prática nas Escolas Primárias. Assim, o aluno da Escola Normal acompanhava o desenvolvimento das atividades escoteiras com os alunos da Escola Modelo anexa”.

O escotismo foi criado na Inglaterra pelo Lord Robert Stephenson Smyth Baden-Powell (1857-1941) no ano de 1907, tendo como objetivo tornar a juventude física, moral e espiritualmente sadia. Propõe-se a levar o jovem ao domínio de si mesmo e à dedicação ao próximo, à vida simples e ao contato com a natureza e ao ar livre. A promessa escoteira consiste em fazer o melhor possível para cumprir seus deveres para com Deus e sua Pátria, além de ajudar o próximo em toda e qualquer ocasião (OZELIN, 2006, p. 94). Segundo Dias (2009, p. 92), o desenvolvimento dos jovens escoteiros se daria

por meio de um sistema de valores que prioriza a honra, baseado na Promessa e na Lei escoteira, e através da prática do trabalho em equipe e da vida ao ar livre, buscando deste modo fazer com que o indivíduo assumisse seu próprio crescimento tornando-se, assim, um exemplo de fraternidade, lealdade, altruísmo, responsabilidade, respeito e disciplina.

⁷⁷ PUOLI, Teresa. Educação da creança. *O Raio Verde*. São Carlos. Ano 1, n. 14, p. 2-3, 8 jun. 1918.

No Brasil, o escotismo foi introduzido no ano de 1908, por marinheiros e oficiais da Marinha que estavam presentes na Inglaterra quando da sua fundação. Por considerarem um método eficiente de educação complementar, trouxeram consigo o interesse de implantá-lo no país. No dia 14 de junho de 1910 foi oficialmente fundado no Rio de Janeiro, o Centro de *Boys Scouts* do Brasil. A partir de 1914, surgiram em outras cidades vários núcleos, dos quais o mais importante foi a Associação Brasileira de Escoteiros, em São Paulo. A ABE espalhou o movimento escoteiro por todo o país e, em 1915, já contava com representações na maioria dos Estados Brasileiros. Neste mesmo ano, uma proposta para reconhecer o escotismo como de Utilidade Pública resultou no Decreto do Poder Legislativo nº 3.297, sancionado pelo Presidente Wenceslau Braz em 11 de junho de 1917 que, no Art. 1º, estabelecia: “São considerados de utilidade pública, para todos os efeitos, as associações brasileiras de escoteiros com sede no país”. (THOMÉ, 2006).

Nascimento⁷⁸ (2008, p. 279 apud DIAS, 2009, p. 93) afirma que,

Em São Paulo, as autoridades educacionais demonstraram grande entusiasmo pelo movimento escoteiro e já em 1917 estava firmado um acordo com a Associação Brasileira de Escoteiros. No mês de agosto de 1917, durante uma solenidade que aconteceu na Escola Normal de São Paulo, foram indicadas 30 professoras para compor a primeira turma do curso intensivo de formação de chefes Escoteiras. Após o curso, essas professoras retornavam à suas classes a fim de formar as companhias de escoteiras. Foi nesse mesmo período que a Associação Brasileira de Escoteiro (ABE) estreitou suas relações com a Liga de Defesa Nacional, marcando suas atividades com características nacionalistas. A introdução do Escotismo como prática nas escolas do Estado de São Paulo aconteceu durante a segunda gestão de Oscar Thompson à frente da Diretoria Geral de Instrução Pública, entre 1917 e 1920. Entusiasta da Escola Nova, Thompson estabeleceu como prioridade da sua gestão a formação integrada do homem, a partir do trinômio “conhecer, compreender e aprender”.

Assim, no ano de 1917 o escotismo foi introduzido nas escolas, sendo largamente distribuído o *Manual do Escoteiro*, escrito por Baden Powell.

Referindo-se ao escotismo, Elisiário Fernandez de Araújo, em conferência realizada no anfiteatro da Escola Normal no dia 1 de novembro de 1917 (e publicada no fascículo 3 da *Revista da Escola Normal de São Carlos* sob o título “Instituições Patrióticas”⁷⁹), o define como “uma verdadeira escola, que ao mesmo tempo abrange o triplice aspecto da educação, ou, se quisermos desdobrar mais, sem prejuízo, quadruplo aspecto: educação phisica,

⁷⁸ NASCIMENTO, J. C. *A escola de Baden-Powell: cultura escoteira, associação voluntária e escotismo de estado no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago, 2008.

⁷⁹ ARAÚJO, Elisiario Fernandes de. Instituições Patrióticas. *Revista da Escola Normal de São Carlos*. São Carlos: Tipografia Artística, ano 2, n. 3, p. 93-107, 11 dez. 1917.

intellectual, moral e cívica”. (ARAÚJO, 1917, p. 101). Após apresentar os 12 artigos que compõem o Código do Escoteiro, faz um apelo:

Fazei, senhores, os vossos filhos escoteiros. E mandae-os para a escola, para que elles apprendam a ler, a escrever e a contar; para que conheçam a nossa geographia e a nossa historia; a geometria, cujos conhecimentos práticos está o pedreiro ou o carpinteiro todos os dias empregando; as sciencias physicas e naturaes, através de noções que não podemos dispensar em a nossa vida cotidiana; e a educação moral e civica como coroaamento da aprendizagem. (ARAÚJO, 1917, p. 103).

No fascículo 13 do jornal *O Raio Verde*, Carlos Maia inicia o artigo “Ave Patria”⁸⁰ narrando um episódio no qual viu os escoteiros sancarlenses passarem marchando e destaca que “até nas crianças o sentimento de patriotismo é uma realidade. Sob a farda singela e honrosa do escoteiro, pulsa um coraçãozinho a transbordar desse fogo sagrado que é o amor da Patria”. E recomenda: “É assim, na infancia, que devemos começar a saber amar o Brasil e defendel-o, porque é assim que se formarão os grandes sentimentos, os rasgos de patriotismo”. Considera o acontecimento por ele presenciado algo muito importante, pois “vem mostrar que o sangue que corre nas nossas veias é o mesmo sangue quente, impetuoso dos heróis que tivemos. O amor da Patria nunca se apagou das almas brasileiras; bastou que se apelasse por ele, e surgiu com todo o vigor de outrora”. (MAIA, 1918, p. 1).

Em “O escotismo como meio educativo”⁸¹, artigo publicado na *Revista da Escola Normal de São Carlos*, Domingos de Vilhena tece elogios às idéias novas que surgem, referindo-se ao escotismo. Destaca as mudanças que tal atividade produz nos jovens:

Do andar bamboleante, indolente, sem firmeza, do corpo arcado, como sob a contínua acção de uma carga, cujo peso mal podia supportar, deste todo desgraçoso surgiu o passo firme e energico, o porte elegante, mas sem affectação, a cabeça altiva, orgulhosa, o olhar brilhante, denunciando, a primeira vista, a bella disposição de que é dotado. Meninos arredios tornaram-se sociaveis, delicados, sem moleza, serviçaes, sem bajulação, escravos de sua palavra, e por isso mesmo, pensando antes compromettel-a: eis o que apparece e o que todos podem notar. (VILHENA, 1921, p. 20).

Ressalta que tal comportamento é adquirido nas aulas práticas de civismo e educação moral ministradas diariamente por médicos, advogados, farmacêuticos, lentes e professores das Escolas Normais, voluntariamente. Segundo ele,

nestas aulas todos os assuntos são ventilados, explicados, sabendo o escoteiro o que possuímos de bom e o que devemos abandonar com prejudicial. [...] As mazellas de nossa organização, ahi são criticadas, sem dó nem piedade. A fraude eleitoral, a subserviencia, a grande *debacle* dos caracteres de nossos

⁸⁰ MAIA, Carlos. Ave Patria. *O Raio Verde*. São Carlos. Ano 1, n. 13, p. 1, 31 maio 1918.

⁸¹ VILHENA, Domingos de. O escotismo como meio educativo. *Revista da Escola Normal de São Carlos*. São Carlos: Tipografia Tancredo Camargo, ano 6, n. 10, p. 18-24, jun. 1921.

homens que não souberam, ou não sabem, corresponder á confiança nelles depositada pelo povo, a responsabilidade de que compartilhamos pelo andamento dos negócios públicos [...]. (VILHENA, 1921, p. 21).

Também eram realizados estudos sobre a vida dos heróis nacionais e das qualidades do povo brasileiro, “criticado, maltratado, objecto de escarneo para nossos escriptores, sempre promptos em deprimir o pobre caipira, o homem do nosso sertão, longe de mais para attrahir a atenção de quem tenha e tem obrigação de zelar pelo seu progresso”. (VILHENA, 1921, p. 21). Para ele, o escotismo como meio educativo, significa apresentar ao jovem não somente as qualidades do país, mas também as suas dificuldades possibilitando-lhes oportunidades para discuti-los. Salienta, ao final do artigo, ser a campanha em prol do escotismo é útil e necessária.

No artigo “Culto a’ Bandeira – Conferencia feita a 19 de Novembro”⁸², Mariano de Oliveira concorda com Vilhena de que o sertanejo não é apático, preguiçoso e desinteressado. Para ele as qualidades atribuídas aos grandes heróis nacionais também existem nos sertanejos:

Demais, senhores, essas qualidades excelsas não cabem tão somente ás camadas cultas de nossa sociedade; ellas existem até em nossos sertanejos. Ha uma injustiça atirada ao nosso povo, ao nosso sertanejo na afirmação leviana de sua indolencia e indiferentismo. Merece o epíteto de indolente o caboclo que, de machado em punho, transformou léguas e léguas de floresta virgem nesses verdejantes cafezais que pelas encostas ubertosas de nossas colinas, se estendem a perder de vista? (OLIVEIRA, 1917, p. 136).

Sobre a indiferença do sertanejo, explica que “o povo só é indiferente ás coisas a que não póde dar remédio ou ás que lhe não competem, não é porém, indiferente ás causas alevantadas e nobres em que o seu concurso é necessário”. (OLIVEIRA, 1917, p. 136). E ainda:

O nosso caboclo, o nosso sertanejo foi e será ainda por muito tempo quem nos manterá a vida nas cidades á custa de seu trabalho obscuro e desprezado. Foi e será ainda a poderosa reserva para a qual não apelaremos em vão, se a Patria exigir o seu serviço e o seu sangue. (OLIVEIRA, 1917, p.137).

Demonstra sua admiração pelo povo brasileiro ao declarar:

A mim que conheço e admiro o nosso povo rude em que a hospitalidade é uma religião, a caridade, um dever a quem ninguem se exíme, o trabalho, não uma pena, mas uma obrigação que se cumpre a rir e a cantar, a dedicação ao amigo – dever a que ninguem foge sem desonra, não me surpreendem seus altos feitos de abnegação e heroísmo e até de sacrificio em defesa da patria. Esses nobres sentimentos já se coaram através da raça e por isso se manifesta, na propria infancia, cujos actos assombram aos que não observam ou aos que por se fazerem superiores á turba ignara procuram denegrir ou apequenar e

⁸² OLIVEIRA, Mariano de. Culto a Bandeira. *Revista da Escola Normal de São Carlos*. São Carlos: Tipografia Artística, ano 2, n. 3, p. 134.148, 11 dez. 1917.

menosprezar tudo o que é nosso, na mesma medida em que exaltam, engrandecem e valorizam tudo o que estrangeiro. Esse defeito felizmente não tem o nosso povo, a grande massa, mas apenas um pequeno numero de críticos demolidores e nem sempre bem intencionados. (OLIVEIRA, 1917, p.137).

Com essas palavras, Oliveira parece ter o objetivo de desconstruir a imagem do homem do campo criada por Monteiro Lobato em seu artigo de 1914, intitulado “Velha praga”, publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, no qual apresenta o personagem Jeca Tatu, revelando a ótica pela qual enxergava o trabalhador rural: preguiçoso, pobre, ignorante e avesso aos hábitos de higiene urbanos. Para Lobato, Jeca Tatu consistia em uma síntese das mazelas nacionais:

Este funesto parasita da terra é o CABOCLO, espécie de homem baldio, seminômade, inadaptável à civilização, mas que vive à beira dela na penumbra das zonas fronteiriças. À medida que o progresso vem chegando... vai ele refulgindo em silêncio, com o seu cachorro, o seu pilão [...] de modo à sempre se conservar fronteiriço, mudo e sorna. Encoscorado numa rotina de pedra, recua para não se adaptar [...] o caboclo é uma quantidade negativa. (LOBATO⁸³, 1957, p. 271 apud DIAS, 2009, p. 84).

Porém, Lobato também afirma que o “O Jeca não é assim: está assim”, ou seja, era um ser era indolente, preguiçoso e improdutivo porque estava doente e abandonado pelas elites políticas. Constituíam-se tarefa obrigatória do governo, sanear e higienizar o país. Nesse sentido, o trabalho de Lobato refletia a campanha de um amplo movimento político e intelectual que via a doença como um dos principais problemas do país. O movimento pelo saneamento do Brasil, pelo saneamento dos sertões e das periferias dos núcleos urbanos, reuniu esforços na rejeição do determinismo racial e climático e na reivindicação da remoção dos principais obstáculos à redenção do povo brasileiro: as endemias rurais.

Hochman e Lima (1996, p. 10) afirmam que

o projeto de integração do interior brasileiro e de construção da nacionalidade em novas bases encontrou a imagem mais expressiva na revisão feita por Monteiro Lobato de seu personagem Jeca Tatu, antes condenado por sua insuperável preguiça. Ao passar a acreditar na ciência médica e a seguir suas prescrições, o Jeca transforma-se. Livre da opilação e, como consequência, do estado permanente de desânimo, torna-se produtivo e, em pouco tempo, um próspero fazendeiro. Monteiro Lobato relata a ressurreição de Jeca Tatu na forma de uma parábola dirigida às crianças. O antigo caipira passou a competir com seu vizinho italiano e rapidamente o ultrapassou. Mais do que isso: o Jeca modernizou sua propriedade, introduziu novas lavouras e tecnologia e aprendeu a falar inglês. Ao fim da história, um ensinamento moral: Jeca Tatu transformara-se não apenas num homem rico, mas num incansável educador sanitário que transmitia a seus empregados todos os conhecimentos que aprendera.

⁸³ LOBATO, Monteiro. Urupês. In: *Obras completas de Monteiro Lobato*. São Paulo: Brasiliense, 1957.

Segundo os autores, muitos elementos podem ser destacados da história criada por Lobato, entre eles a produtividade do trabalhador nacional sadio e a do imigrante italiano; a defesa enfática da modernização da agricultura como alternativa para o País; o fazendeiro norte-americano como modelo e a atribuição de uma responsabilidade social ao novo empresário rural: após a cura, não interessava mais trabalhar apenas para viver ou enriquecer, mas para cultivar e propagar os hábitos de higiene aprendidos.

Na mentalidade da época, o trabalhador brasileiro poderia ser recuperado se fosse retirado do abandono em que se encontrava e curado das doenças que o afligiam, sendo a higiene o principal instrumento para livrar o país do atributo que mais o desqualificava: a doença.

A higiene, juntamente com a educação moral e o civismo, foi tema de grande relevância no cenário da Primeira República brasileira e, assim como nos outros dois casos, a escola também era vista como local propício para se ensinar e propagar noções higiênicas. Considerando a Escola Normal de São Carlos, notamos que a preocupação, observada nos periódicos por ela publicados e selecionados para esta pesquisa, era grande em torno da educação moral e do civismo, porém pouco se publicou sobre higiene. Nos periódicos *Excelsior!* e *O Raio Verde* não há artigos sobre o tema e na *Revista da Escola Normal de São Carlos*, somente um foi publicado. Trata-se de “A medicina escolar e o futuro de nossa nacionalidade”⁸⁴, no qual Astor Dias de Andrade ressalta que seu objetivo é tratar da medicina infantil relacionando-a a escola. Cita idéias de vários autores e comenta sobre algumas moléstias. Afirma que a escola poderia exercer um papel importante na prevenção de doenças.

Num paiz como o nosso, em que a natureza exuberante ainda não foi totalmente vencida pelo homem, onde enxameiam inimigos atrozes como o amarellão, a maleita e a molestia de Carlos Chagas, e nestes derradeiros tempos o trachoma importado, pragas que mais nos teem prejudicado no conceito dos estrangeiros, conceito esse de que somos tão ciosos, que enormes vantagens não obteriamos se, com a aprendizagem propria da Escola ensinassemos contra taes adversarios da saúde uma defesa adequada e sufficiente! (ANDRADE, 1917, p. 47).

A título de exemplo, apresentamos a seguir sínteses de alguns artigos publicados na *Revista de Educação*, periódico da Escola Normal de Piracicaba publicado de 1921 a 1923 (mesmo período de publicação dos periódicos da Escola Normal de São Carlos estudados nesta dissertação) pelo *Jornal de Piracicaba*, com a finalidade de demonstrar que houve

⁸⁴ ANDRADE, Astor Dias de. A medicina escolar e o futuro de nossa nacionalidade. *Revista da Escola Normal de São Carlos*. São Carlos: Tipografia Artística, ano 2, n. 3, p. 41-49, 11 dez. 1917.

também na Escola Normal a preocupação com a higiene, principalmente com a constatação de doenças e vícios, mas também em ensinar e disseminar os preceitos higiênicos.

Começamos pelo fascículo 1 (volume I) no qual foi publicado o artigo “Assistência dentária escolar”⁸⁵, de Honorato Faustino. O autor ressalta a importância do oferecimento, pela escola, de assistência dentária aos alunos, pois, segundo ele, quando todas as escolas tiverem condições de oferecê-la

teremos resolvido um problema social dos mais transcendentais, porquanto os cuidados dispensados com a higiene bucal infantil, não visam somente alliviar os pequenos que frequentam as nossas escolas de sofrimentos continuos, de dores insupportaveis, de má disposição para as lides escolares; essa preocupação tem, além do ponto de vista humanitario, um alcance social bastante elevado e patriótico, que é o do trabalho lento, porém fatal e seguro, da constituição de uma raça viril, forte, sadia, apta para os grandes commettimentos. (FAUSTINO, 1921, p. 3).

Ressalta os esforços empreendidos pelo deputado Fernando Costa que apresentou um projeto de lei no ano de 1920 referente à instalação de assistências dentárias em cinquenta grupos escolares. Segundo o autor, tal projeto não havia ainda sido discutido, mas já havia dado esperanças de uma possível lei estabelecendo o serviço de assistência dentária nos grupos escolares. Ressalta que no Grupo Modelo anexo à Escola Normal de Piracicaba estão sendo empreendidos esforços para a instalação de um gabinete dentário.

O autor continua o artigo apresentado inúmeras doenças que podem ter origem em males que afetam a boca e os dentes. Entre elas, cita um artigo enviado dos Estados Unidos ao *Jornal de Piracicaba* no qual são relatadas observações feitas por “technicos competentes” de que, além das moléstias por ele já descritas, figuram algumas nervosas, contatando-se até casos de loucura.

A fim de evitar as doenças que afetam a boca e os dentes infantis, o autor sugere que sejam tomados alguns cuidados

convém habituar a criança a lavar a bôca, apòs cada refeição a á noite, antes de deitar-se, com agua morna simples, ou melhor com qualquer destes ingredientes: gôttas de tintura de hortelã-pimenta, pitada de acido borico, caldo de limão, pó de sabão, solução de thymol, colherinha de agua oxygenada. (FAUSTINO, 1921, p. 6-7).

Faustino indica também consultas aos “profissionais da arte dentaria”, mas considera que este tratamento, na maioria dos casos, não é realizado ou por descuido dos pais ou pela falta de recursos que algumas classes sociais apresentam. Segundo ele, como resultado são

⁸⁵ FAUSTINO, Honorato. Assistência dentária escolar. *Revista de Educação*. Piracicaba: Jornal de Piracicaba, v. 1, n. 1, p. 3-7, maio 1921.

inúmeras crianças que sofrem e uma conseqüência mais lamentável: “vamos creando uma geração de fracos e cavando a degeneração da nossa raça” (FAUSTINO, 1921, 1921, p. 7).

Nessas circunstâncias, a solução ideal e eficaz, segundo ele, é a assistência escolar remunerada pelo governo ou mantida por associações filantrópicas. Encerra fazendo um apelo aos pais para que tratem da fundação de uma instituição que estabeleça, para as escolas públicas, um serviço dentário bem organizado, lembrando que as Câmaras Municipais e a Cruz Vermelha têm condições de subsidiar essa obra de grande alcance social.

No mesmo fascículo encontra-se o artigo “Hygiene popular (I)”⁸⁶, de Carlos Martins Sodéro, cujo objetivo é “chamar a atenção dos elementos das classes populares e ainda dos moços inexperientes e das crianças para a possível transmissão de molestias, de uns para outros individuos, pela agua, quando lhe faltam condições de absoluto asseio”. (SODÉRO, 1921, p. 16).

Cita como exemplo a “boqueira” ou “sabiá” (pequena erupção nos cantos da boca) que se propaga facilmente pelos recipientes onde a água é ingerida por várias pessoas sem haver higienização após cada vez que for servido. Ressalta que esse mal, apesar de ser facilmente curado, é uma moléstia e nunca entrará em uma casa ou em uma escola onde o asseio é observado em relação à conservação e utilização da água. Em seguida, apresenta algumas sugestões a fim de evitar a propagação de doenças por meio da água:

Nas escolas seria de toda vantagem, como indicam os higienistas, o uso do *copo individual*, de que ha já no mercado typos portateis, podendo até ser de papel, devendo os educadores insistir em praticar com as crianças sobre os inconvenientes que resultam em de outra forma se servirem da agua, principalmente sorvendo-a directamente das torneiras dos pateos de recreio, o que fazem ás escondidas. (SODÉRO, 1921, p. 17, grifos do autor).

Com relação à família, sugere que, aqueles que moram na zona rural e que possuem fonte para captação de água, mantenham limpas as proximidades dessas fontes evitando que crianças lancem seus dejetos ou mesmo que animais se banhem nelas. Sugere também que o armazenamento da água seja feito em recipientes que possuam torneira a fim de evitar que mãos ou canecas contaminem a água. Ressalta que não se deve servir o mesmo recipiente para mais de uma pessoa sem lavá-lo após cada utilização, além de não encostar os lábios nas torneiras dos recipientes. Finaliza reafirmando que o armazenamento e a utilização corretos da água podem evitar a disseminação de várias doenças.

⁸⁶ SODÉRO, Martin. Hygiene popular (I). *Revista de Educação*. Piracicaba: Jornal de Piracicaba, v. 1 n. 1, p. 16-18, maio 1921.

No fascículo 2, também do volume I, foi publicado o artigo “Hygiene popular (II)”⁸⁷, no qual Carlos Martins Sodéro tece considerações a respeito do ar e da luz. Segundo ele, nas cidades é cada vez mais difícil se encontrar ar puro e luz direta. Ressalta que a poeira existente nas vias públicas torna o ar cada vez mais impuro. Segundo ele, os veículos, por alcançarem alta velocidade, são os que mais contribuem para levantar o pó depositado no chão. Lembra que, para impedir que o pó adentre as casas e se dissipe ainda mais, tem-se procurado revestir, pavimentar, calçar o solo das vias públicas com madeira, asfalto, pedra além de outros materiais. Também é feita irrigação a fim de diminuir a poeira. Porém, a supressão completa da poeira das vias públicas é um problema que ainda aguarda solução.

Quanto à falta de luz direta nos domicílios, Sodéro entende que é devido à necessidade do intenso aproveitamento dos terrenos que se encontram dentro dos limites urbanos, em virtude dos altos valores que possuem. Por isso, as construções crescem e, mesmo tendo corredores entre si, não permitem completa iluminação. Também ressalta que a excessiva e não apropriada arborização pública e dos quintais dificulta a entrada de luz, além de o pó obrigar as pessoas a fecharem as portas e janelas de suas casas.

O autor apresenta algumas sugestões para preservar a saúde dos malefícios decorrentes da falta de ar puro e de iluminação natural. Segundo ele, as pessoas devem abrir as janelas de suas casas para o norte, nordeste ou noroeste, onde os raios de sol estão presentes na maior parte do ano. Os prédios devem ser isolados entre si e afastados das vias públicas, o que evitaria acúmulo de poeira e os beneficiaria pela maior quantidade de luz. Quando estiverem na rua, as pessoas não devem levar o lenço ao nariz e respirar pela boca, pois correm o risco de ingerir muitos micróbios causadores de doenças. Durante os momentos de lazer, recomenda que as pessoas busquem ar puro em parques ou nas áreas externas de suas casas, ao invés de fazê-lo nas ruas, onde o ar é contaminado por escarros de transeuntes e dejetos de animais, além de produtos de varredura das casas. Sugere ainda que a vassoura, que espalha mais o pó, seja substituída pelo pano molhado. E, por fim, que o número de móveis em cada casa seja o estritamente necessário, pois muitos móveis servem para acumular ainda mais poeira.

Finaliza ressaltando que nem sempre é possível ao ser humano viver em condições ideais, mas que é necessário tentar da melhor maneira possível, ter contato com ar puro e luz solar direta.

⁸⁷ SODÉRO, Carlos Martins. Hygiene popular (II). *Revista de Educação*. Piracicaba: Jornal de Piracicaba, v. 1, n. 2, p. 101-104, ago. 1921.

No artigo “Em torno da hygiene escolar”⁸⁸, Arthur C. Gonçalves inicia afirmando que o homem vive rodeado de problemas políticos, econômicos, sociais e sanitários e que é necessário começar a agir com mais sinceridade e franqueza por esses últimos. Para ele é por meio da higiene que se pode lutar contra os perigos do meio em que o homem vive.

[...] é ella a arma menos fraca de que se pode servir o homem no combate terrível contra a molestia. A Hygiene é o aspecto mais nobre e o que tem sido mais efficaz da sciencia, na pugna e pról da vida; [...] a Hygiene tem sido o mais alto aspecto da luta do homem contra as asperezas do ambiente. Assim como a educação moral tem apresentado o aspecto de lua contra as hostilidades do meio social, assim como a perfeição do character vae vencendo as hostilidades sociaes, assim também a Hygiene vae levando de roldão os inimigos da vida. (GONÇALVES, 1921, p. 144).

Porém, ressalta que as medidas de higiene devem ser práticas e não somente teóricas, pois

Applicada, a Hygiene significa o arrimo ao fraco, a esperança ao desalentado, a vida ao moribundo, muitas vezes; faz-se pae dos orphans da sorte; seja no campo, seja na cidade, seja no individuo é sempre um bem e uma necessidade; é sempre um auxilio á conservação da vida plena, é sempre uma esperança de melhores dias. Ella se incluye, pois, forçosamente, no plano de educação; é mesmo, como temos visto nas aulas de Pedagogia, uma parte de educação physica.

O professor é um educador intellectual e moral, directamente; mas para tudo attingir neste capitulo é mister educar physicamente. É forçoso que elle procure melhorar o meio ambiente, e que seja um exemplo fecundo aos seus alumnos. Ao professor compete, quer pelo seu trabalho directo, quer pelas lições que ministra, quer pela conducta, esforçar-se grandemente para melhorar a vida, isto é, tornar menos amargas as horas de combate, já que viver é lutar. A Hygiene, frisemos bem, é a maior amiga do homem, pois sendo adversaria da morte, é a propria vida! (GONÇALVES, 1921, p. 145).

Segundo o autor, a escola é “uma fonte onde as creanças vão beber a sabedoria intellectual, moral e cívica, e onde passam horas e horas durante o dia. Mister se faz que seja antes de tudo uma fonte pura, um meio hygienico [...]”.(GONÇALVES, 1921, p. 145). Não basta apenas a escola ser um lugar limpo, também é preciso ensinar à criança o valor da saúde e como conservá-la. Isso se faz por meio do exemplo vindo do professor.

Para Gonçalves, há questões relacionadas à higiene que não devem ser menosprezadas, umas se referem ao edifício escolar, outras aos alunos e outras aos professores. Com relação ao edifício, a sugestão é que seja construído no campo, onde há ar limpo. Porém, nas cidades, o mais indicado é que a escola seja construída nas proximidades de parques e jardins, a fim de que se tenha mais ar puro e luz solar. Deve ser bela, possuir portas amplas que facilitem a

⁸⁸ GONÇALVES, Arthur C. Em torno da hygiene escolar. *Revista de Educação*. Piracicaba: Jornal de Piracicaba, v. 1, n. 2, p. 144-151, ago. 1921.

entrada e saída, corredores amplos e bem iluminados, e paredes impermeáveis e claras. A sala de aula deve ser projetada para, no máximo, 48 alunos e deve atender às regras minuciosas por ele citadas, relacionadas à posição das janelas, dimensões da sala, das carteiras, disposição do mobiliário, iluminação, arejamento, etc.

Conforme Gonçalves, é necessário que o professor conheça as possibilidades de seus alunos para orientá-los de modo a evitar grande esforço ou fadiga mórbida. Também é sua tarefa ensinar-lhes sobre todas as moléstias evitáveis, além de saber detectar dificuldades visuais e auditivas de seus alunos, com a finalidade de auxiliá-los durante o aprendizado. Finaliza ressaltando que, se o professor não conseguir cumprir seus objetivos como tal que, ao menos, mantenha os preceitos de higiene em sua escola.

No volume II foi publicado, no fascículo 1, o artigo “Hygiene popular (III)”⁸⁹, de Carlos Martins Sodéro. Neste artigo Sodéro trata dos temas álcool e alcoolismo, considerando este último um flagelo da humanidade, assim como a sífilis e o jogo. Segundo ele, até então, entendia-se que cada pessoa era responsável por seus atos e não havia legislação que regulamentasse tais atitudes: “entendia-se até nossos dias que assistia a cada um o direito de malbaratar sua saúde, suicidando-se lentamente aos vapores do álcool e á paixão do jogo ou de outros vícios; bem assim nenhuma legislação procurára seriamente pôr ao abrigo da degenerescencia a prole dos viciados”. (SODÉRO, 1922, p. 15). Porém, “o conceito juridico a esse respeito vae-se modificando a ponto de se promover hoje a internação obrigatoria dos alcoolatras e dos outros euphoristico-maniacos em hospitais adequados ao tratamento desses doentes”. (SODÉRO, 1922, p. 15).

Para ele,

A victima do alcool, como portador de qualquer molestia transmissivel, deve ser isolada da comunidade até a sua completa regeneração ou cura, em seu proprio beneficio e no da familia e da sociedade. É obra philanthropica curar, mesmo sob coacção legal, um doente, como hoje consideramos o bebedo inveterado, quando deve ser tido por anti-social a liberdade que vigorava ainda ha pouco tempo e em virtude da qual era permitido ao homem corromper-se, viver na corrupção e a ella conduzir aquelles sobre que tem ascendencia. A lei penal, estatuinto como attenuante, nos crimes, o estado de ebriedade, acoroçôa o vicio do alcoolismo. (SODÉRO, 1922, p. 16).

Ressalta que um ato de Executivo Federal criou a assistência hospitalar obrigatória para as vítimas do alcoolismo e de outros vícios.

O autor passa então a descrever os componentes das bebidas alcoólicas frisando que a grande maioria dessas bebidas não é composta somente por álcool, mas acrescidas de

⁸⁹ SODÉRO, Carlos Martins. Hygiene popular (III). *Revista de Educação*. Piracicaba: Jornal de Piracicaba, v. 2, n. 1, p. 15-20, maio 1922.

substâncias perigosas e até mortais, como aldeídos, éteres e glicerina. Contrapõe-se à noção francesa de que o álcool, quando ingerido em pequenas quantidades, pode ser considerado um alimento para o organismo comparando-o a alguns venenos que também são tolerados pelo corpo humano em pequenas quantidades. Cita uma pesquisa desenvolvida pelo norte-americano Atwater que constatou que o álcool, mesmo em pequenas quantidades, é prejudicial à saúde por corroer os tecidos durante o processo de combustão ao qual é submetido quando ingerido.

Destaca que o vício pelo álcool começa quando a pessoa o ingere em pouca quantidade, mas logo sente necessidade de ingerir mais, até se tornar um alcoólatra. Cita alguns acidentes causados pelo alcoolismo nos quais a vítima principal é o alcoólatra, em seguida sua família e a sociedade. Segundo ele, a ingestão exagerada de álcool pode causar distúrbios em vários órgãos como o coração, o estômago, o fígado e o cérebro de quem o ingere, tornando-o propenso à loucura e até ao suicídio. A família de um alcoólatra é atingida pela brutalidade com a qual é tratada por quem bebe e, geralmente, vive na miséria sendo obrigada a mendigar o pão. Socialmente o álcool é tido como o

ladrão que rouba operários às indústrias, camponeses aos socegados labores agrícolas, cidadãos à administração, soldados e filhos à pátria. Escola de vícios, caminho da miséria, do crime da loucura, enchendo cadeias e hospitais, criando despesas que recaem directa ou indirectamente sobre a parte morigerada da população. (SODÉRO, 1922, p. 19).

É por isso que, segundo o autor, as legislações de então visam suspender a fabricação e o comércio do álcool e das bebidas alcoólicas, porém esbarram no interesse dos fabricantes pelos lucros gerados pelo comércio de tais itens.

Finaliza ressaltando que os esforços do governo para solucionar esse problema se resumem à internação hospitalar obrigatória dos alcoólatras e que outras iniciativas são tomadas por instituições particulares. Faz um apelo aos jovens para que se empenhem na luta contra o alcoolismo.

Em “Degradação da prole”⁹⁰, publicado no fascículo 3 (volume II), o Dr. Tácito Carvalho e Silva explica que “a degradação da prole está sob a acção da triade morbida do perigo social: – Avariose – Tuberculose – Alcoolismo, – porque são estes os geradores de outras intoxicações. Irmanados, devastam a humanidade”. (CARVALHO E SILVA, 1922, p. 131). Destaca que, neste artigo, tratará do alcoolismo. Para ele,

Alcoólatras são aqueles que usam diariamente das bebidas, desde a cerveja até o whiske. Seu efeito malefico está na razão inversa do modo pelo qual é

⁹⁰ CARVALHO E SILVA, Tácito. Degradação da prole. *Revista de Educação*. Piracicaba: Jornal de Piracicaba, v. 2, n. 3, p. 131-135, dez. 1922.

ingerido, queremos dizer que, as intoxicações agudas (bebedeira coisa elegante da geração actual) como são phenomenos passageiros, fazem menos mal, que as intoxicações lentas e chronicas, acarretando maior prejuizo aos que tomam cada dia em jejum – por causa da rapida absorção – copo ou garrafas, observado hoje nas gentes finas. (CARVALHO E SILVA, 1922, p. 131).

Ressalta que o maior prejuízo causado pelo alcoólatra é dirigido para a sua descendência e que é necessário ensinar para as crianças, desde a mais tenra idade, as medidas profiláticas contra o alcoolismo. Apresenta as várias doenças causadas pelo uso excessivo do álcool, seus males durante a gravidez, além de dados de pesquisas realizadas em crianças com doenças mentais, cuja maioria, segundo tais estudos, eram filhas de pais alcoólatras.

Finaliza apresentando alguns meios para atenuar os males causados pelo alcoolismo, são eles:

Meios ficas – proibindo a venda do alcool, ou lançando-se impostos pesados; legaes – com a diminuição do número de botequins; [...] Moraes – com medidas repressivas, reclusão dos alcoólatras em asylos especiaes e o ensino anti-alcoolico nas escolas.

Os remedios moraes apontados pelo Dr. Kowalewsky são os seguintes: a propaganda energica destas idéias: que o alcoolismo é um grande flagello para o individuo, para a sociedade e para o Estado: que o alcool é a mais perigosa e, por isso, a mais detestavel de todas as bebidas; que priva o ser humano de seu caracter divino, reduzindo-o ao estado de bruto.

Cada cidadão honrado deve lembrar que o uso do alcool é uma vergonha, pois que o alcool causa a desgraça da sua prole e, deste modo, compromette não só o presente como também o futuro das familias, da sociedade e da nação. (CARVALHO E SILVA, 1922, p. 135).

Quanto ao ensino antialcoólico, ressalta que

Os professores devem incutir, no espirito de seus discipulos, pelos meios ao seu alcance, o horror ao alcool. Pois é na idade infantil que mais facilmente se gravam na mente preceitos de temperança.

A criança deve saber que, si se entregar ao habito das bebidas destiladas, correrá o risco de perder a saude e a honra; e que si perseverar com excesso, até sua vida. (CARVALHO E SILVA, 1922, p. 135).

Segundo ele, cabe ao professor a formação dos cidadãos e, por isso, deve educar bem seus alunos.

O artigo “O fumo e seus efeitos”⁹¹, de Walter G. Borchers constitui-se no resumo de uma conferência realizada em Piracicaba, feito especialmente pelo autor para a *Revista de Educação*. Tem como objetivo apresentar alguns resultados alcançados por estudos realizados pela “Commissão Internacional dos Concoenta” sobre o fumo e seus efeitos na mente, no corpo e no moral do povo, mais especificamente dos efeitos causados nos fumantes e em seus filhos.

⁹¹ BORCHERS, Walter G. O fumo e seus efeitos. *Revista de Educação*. Piracicaba: Jornal de Piracicaba, v. 2, n. 3, p. 139-147, dez. 1922.

Após apresentar alguns males causados pelo fumo, como danos aos pulmões, ao coração, às artérias, ao fígado, aos rins e ao sistema nervoso, o autor ressalta que muitas pessoas fumam sem saber os males que tal hábito pode causar. Em concordância com o cientista Dr. Bruce Fink, declara que

[...] o exterminio do uso do fumo póde ser conseguido sómente por uma systematica campanha de instrucção do povo em geral, sobre os effeitos prejudiciaes provenientes do uso do tabaco, para que a nova geração tenha convicções claras e positivas, baseadas em conhecimentos acertados, com referencia á verdadeira natureza do tabaco. (BORCHERS, 1922, p. 140).

Ressalta que,

Em geral, o fumante ignora os grandes prejuizos que seu vicio lhe causa, porque o tabaco lhe narcotiza de tal maneira os nervos, que estes não pódem comunicar-lhe ao cerebro o estado do seu corpo. Anda assim enganado. Quando o narcose começa a extinguir-se, o fumante sente-se mal, mostra-se inquieto, nervoso, e logo procura mais fumo com o fim de fazer voltar o estado de estorpecimento dos nervos. Enquanto dura esse novo narcotismo o fumante sente-se bem, e jura que o fumo não lhe faz mal algum. Os cientistas, porém, affirmam e provam que elle é um doente. (BORCHERS, 1922, p. 142).

O autor procura comprovar por meio da apresentação de pesquisas realizadas nos Estados Unidos que o fumo causa atraso intelectual, dificuldade de aprendizagem e diminuição das habilidades e força física nos alunos de ginásios, escolas normais e universidades. Ressalta que naquele país, varias instituições educacionais proibem o uso do fumo pelos seus estudantes e professores. Segundo Borchers, o uso do fumo também aumenta os erros no trabalho. Cita como exemplo um oficial de uma estrada de ferro testemunhando que os 32 funcionários fumantes são responsáveis por 85% dos erros cometidos no escritório.

Finaliza ressaltando novamente os males causados pelo fumo, especialmente em mulheres que podem acabar prejudicando seus filhos por causa desse hábito, ou mesmo em virtude de trabalharem com o tabaco. Parafraseia o Major Darwin (filho de Charles Darwin) afirmando que a raça humana se extinguirá se o uso do tabaco não for abolido.

Carlos Martins Sodéro, em “A vida rural e a hygiene”⁹², descreve uma visão do campo que, segundo ele, geralmente está presente nas mentes das pessoas: um lugar bonito, bem cuidado, onde moram pessoas sadias, cultivando plantações e animais saudáveis. Porém, ressalta que

[...] não vemos os elementos que, alli como em toda parte, constituem aggravos á saude do homem e depreciação em relação a sua fazenda, levando-o á doença, á ruina e possivelmente á morte ingloria; não nos lembramos dos charcos nem dos mosquitos que criam, das pestes no gado

⁹² SODÉRO, Carlos Martins. A vida rural e a hygiene. *Revista de Educação*. Piracicaba: Jornal de Piracicaba, v. 2, n. 3, p. 148-154, dez. 1922.

em criação de terreiro e na possível passagem de doenças de animais ao roceiro, sempre com elles em contacto; não cogitamos de saber si póde o pequeno agricultor estabelecer um systema de esgoto para todas as dependencias de seu modesto estabelecimento, ou ao menos si lhe é facil construir fossas septicas, drenar terrenos apaulados, evitar os maus effeitos das estrumeiras que criam moscas e que elle não póde dispensar apezar disso... (SODÉRO, 1922, p. 149).

Segundo ele, ao homem do campo faltam os recursos presentes nas cidades e, muitas vezes, por morarem longe dela, falta para ele e sua família o conhecimento dos males que poderiam ser evitados em sua casa. Ressalta que não se refere ao grande fazendeiro que possui uma fazenda, porém vive na cidade. O homem do campo ao qual se refere é aquele que

auxiliado sempre pela familia e, apenas nos tempos de maior faina, por alguns assalariados, é quem em pessoa executa todos os variados serviços do seu sitio: lavra, semeia, capina, desbrota, colhe.... [...] é o homem que tem tempo para tudo menos para uma cousa essencial, isto é, para cuidar de si mesmo, de seu conforto e de sua saude. (SODÉRO, 1922, p. 149).

O autor tem como objetivo apresentar três fatores que afligem o homem do campo, a saber: o alcoolismo, as verminoses e a maleita. Segundo ele, o roceiro sabe que a bebida alcoólica pode lhe causar males, porém a ingere, pois acredita que tem a virtude de regenerar o esforço empreendido nas tarefas cotidianas, além do poder de curar-lhes as doenças. Dessa forma, acabam sendo usadas como remédio e aplicadas tanto em animais, como em adultos e crianças. Sodéro ressalta que o uso da bebida alcoólica pelo homem do campo gera atitudes violentas e impensadas cometidas sob seu efeito. Acredita que, “só a instrucção bem dirigida, auxiliada por medidas fiscaes complementares, poderá, supprimindo esses prejuizos, libertar o nosso roceiro desse mau companheiro – o alcool”. (SODÉRO, 1922, p. 151).

Com relação às verminoses, destaca que há muitas moléstias verminóticas ameaçando o homem do campo. A mais conhecida delas é o amarelão, que acomete grande contingente de pessoas. Segundo o autor,

habitos do mais rigoroso asseio e cura dos atacados de vermes, eliminariam as verminoses na sua quase totalidade. Medidas prophylacticas complementares completariam o saneamento da população a esse respeito, como já se conseguiu em relação ás cidades dotadas de serviços hygienicos. (SODÉRO, 1922, p. 152).

Destaca ainda a necessidade de lavar bem os alimentos antes de ingeri-los, lavar as mãos, usar fossas apropriadas para suas fezes e andar calçados.

Com relação à maleita, ressalta que tal doença tem afetado atrozmente os sertanejos e cita dados de vários casos da doença inclusive nas cidades. Segundo ele, nos meios urbanos há maiores condições de tratamento, porém, no campo, é mais difícil realizar a cura desse mal.

Entretanto, claramente se verificará ser a maleita, dentre os males aqui referidos, aquelle a mais facilmente se poderá eliminar do nosso quadro nosologico.

De facto, tendo como hospedadores e transmissores certos mosquitos que se criam nas aguas estagnadas, supprimidas estas estará supprimida a maleita de que são os unicos transmissores. (SODÉRO, 1922, p. 154).

Finaliza o artigo declarando que seu objetivo era expor os três grandes males que afligem o homem do campo brasileiro e ressaltar que, apesar dessas e outras dificuldades, o sertanejo é digno de admiração e sua “redempção completa mais depende da instrucção que de outros recursos”. (SODÉRO, 1922, p. 154). Acredita que a campanha de alfabetização, intensificada em São Paulo, acrescida dos serviços de profilaxia rural serão capazes de tornar o Brasil um país que corresponda ao ideal almejado.

Ao ler os artigos apresentados neste capítulo podemos perceber que para seus autores o projeto de moralização social teria como fundamento a extensão da educação popular e a propagação dos preceitos de higiene, pois se atribuía à ignorância da população a causa de todas as crises e da degeneração social reinantes no país. E não bastava apenas desenvolver os rituais cívicos corretamente, era preciso internalizá-los e executá-los não como mera obrigação, mas por amor à pátria. Esforçar-se (e não apenas saber por saber) para aprender e ter fluência no idioma oficial; conhecer, admirar e imitar os grandes homens que tanto fizeram pelo Brasil; conhecer a história do país, suas riquezas, mas também suas dificuldades; respeitar as leis e usufruir de seus direitos sem prejudicar o próximo; praticar os hábitos de higiene; eram considerados deveres do bom cidadão. Obrigações que deveriam ser realizadas na escola, mas também fora dela, em cada casa. O principal objetivo era formar cidadãos com um mesmo pensamento e ideal: a elevação moral e política do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apresentamos no decorrer desta pesquisa, os primeiros anos da República no Brasil foram marcados por grandes mudanças. O próprio regime republicano requeria cidadãos e não mais súditos; com a abolição da escravatura no país e a Primeira Guerra Mundial ocorrendo na Europa, houve grande aumento do número de imigrantes que fixavam suas vidas e a de suas famílias aqui; o grande número de analfabetos era visto como entrave para o desenvolvimento da nação; e as mazelas da população eram entendidas como fruto da falta de condições adequadas de higiene e de civismo. A educação, por sua vez, passou a ser vista como a salvadora da nação. Era preciso ensinar, mas não de qualquer forma. Vimos que os modelos pedagógicos que vinham regulando as iniciativas de institucionalização da escola no Brasil desde o século XIX haviam esgotado a sua capacidade de normatizar as práticas docentes, iniciando-se, com isso, uma “evolução” da pedagogia moderna para a pedagogia da Escola Nova e ao mesmo tempo uma disputa entre essas duas posições pelo estatuto de pedagogia, até que, no final da década de 1920, a pedagogia moderna demonstrou esgotamento de balizar a prática escolar no Estado de São Paulo, dando lugar à pedagogia da Escola Nova.

Em um Estado erguido havia pouco tempo, formado por um povo gestado sob um passado colonial e de escravidão, composto por aspectos étnico-culturais diferenciados, evidentemente não havia uma herança de heróis, de valores e de tradições forjados ao longo de séculos, que lançasse as bases da dinâmica de uma memória compartilhada coletivamente. Era necessário, assim, construir um espírito de unidade nacional, ou seja, formar cidadãos conscientes das riquezas de seu país, dos feitos de seus heróis, de sua língua oficial, cidadãos que se valorizassem, e que também fossem capazes de considerar as dificuldades de seu país e agir tendo em vista seu desenvolvimento. Nesse contexto, a educação era vista como um meio de se atingir o progresso, o desenvolvimento da sociedade, a resolução de seus problemas sociais. Os intelectuais da época almejavam a mudança dos costumes brasileiros por meio de ações educativas.

À escola não bastava ensinar somente a ler, escrever e contar, era necessário ensinar a amar o Brasil, a falar bem seu idioma (visto também com meio para nacionalizar os imigrantes), a seguir os exemplos de seus grandes homens, a valorizar sua natureza, seu povo. Mesmo que esse povo estivesse abandonado e doente, a escola ensinaria os preceitos de higiene e saúde, passados para a família pelo aluno da escola primária. Ao professor cabia ser

o exemplo moral, de higiene, saúde e civismo. Era na Escola Normal que o futuro professor aprenderia a ser um exemplo e a educar esse novo cidadão, comprometido com o progresso do seu país.

Ao analisar os artigos publicados nos periódicos *Excelsior!*, *Revista da Escola Normal de São Carlos* e *O Raio Verde* buscamos entender como os professores e alunos da Escola Normal se apropriaram e representaram esses conceitos. Para tanto, no primeiro capítulo realizamos a contextualização do momento histórico ora vivido, apresentando as questões sociais, políticas, econômicas e educacionais que permeavam o início do século XX no estado de São Paulo. Em seguida, apresentamos a história da Escola Normal de São Carlos e sua contribuição para o cenário educacional da região de São Carlos, além de um estudo sobre a materialidade dos periódicos selecionados para, no capítulo 3, realizarmos a análise dos artigos que trataram da educação moral, do civismo e da higiene. Constatamos que, de fato, tanto os professores quanto os alunos da Escola Normal viam a educação como meio eficaz para a promoção do progresso do Brasil e viam o professor como elemento fundamental para ensinar e divulgar, por meio de seus atos, os preceitos cívicos, morais e higiênicos considerados necessários para promover a unidade nacional e o soerguimento moral do país.

Com relação à importância do estudo de impressos educacionais, entendemos constituírem um *corpus* documental essencial para a história da educação, pois apresentam a diversidade existente no campo educativo, ou seja, as revistas de educação e ensino podem conter em suas páginas os valores, as expectativas, os pensamentos e as opiniões dos mais diversos agentes educacionais. São fontes importantíssimas, pois expõem as principais questões que permearam o campo educativo de uma determinada época.

Nesse sentido, acreditamos que os periódicos selecionados para esta pesquisa ainda podem contribuir muito para a História da Educação no Brasil, pois neles foram publicados artigos sobre assuntos diversos, podendo gerar novas pesquisas que possibilitem maior entendimento sobre as questões que inquietaram professores e alunos do início do século passado no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ANTUNHA, H. C. G. *A instrução pública no Estado de São Paulo: a reforma de 1920*, São Paulo: FEUSP, 1976.
- ARCE, A.; JAMBERSI, B. P. A Escola Normal e a formação da elite intelectual da cidade de São Carlos (1911-1930). *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 33, p. 122-141, mar. 2009.
- BUFFA, E.; NOSELLA, P. *Schola Mater. A antiga Escola Normal de São Carlos: 1911-1933*. São Carlos: EDUFSCar, 1996.
- CARVALHO, J. M. de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- CARVALHO, M. M. C. *A escola e a República*. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Coleção Tudo é História).
- _____. *A escola e a República e outros ensaios*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.
- _____. Apresentação. In ROCHA, H. H. P. *A higienização dos costumes: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925)*. Campinas: Mercado das Letras; São Paulo: Fapesp, 2003.
- _____. Modernidade Pedagógica e Modelos de Formação Docente. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 14, n.1, p. 111-120, 2000.
- _____. *Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.
- _____. Por uma história cultural dos saberes pedagógicos. In: CATANI, D. B.; SOUZA, C. P. (Org.). *Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente*. São Paulo: Escrituras, 1998. p. 31-40.
- _____. Reformas da instrução pública. In: FILHO, L. M. F.; LOPES, E. M. T.; VEIGA, C. G. (Orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003 (Coleção Historial). p. 225-251.
- _____; PINTASSILGO, J. *A história da escola em Portugal e no Brasil: circulação e apropriação de modelos culturais*. Projeto de Pesquisa em Cooperação Internacional – CAPES-GRICES, 2003.
- CATANI, D. B.; LUGLI, R. S. G.; VICENTINI, P. P. A Profissionalização e as Práticas de Organização dos Professores: Estudos a Partir da Imprensa Periódica Educacional. CATANI, D. B. *Educação em Revista*. São Paulo: Autêntica, 1998.
- CATANI, D. B.; SOUSA, C. P. A geração de instrumentos de pesquisa em história da educação: estudos sobre revistas de ensino. In: VIDAL, D. G.; HILSDORF, M. L. S. (org.). *Brasil 500 anos: tópicos em história da educação*. São Paulo: EDUSP, 2001, p. 241-254.
- CHARTIER, R. *A história cultural, entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988.

_____. A mediação editorial. In: _____. *Os desafios da escrita*. São Paulo: Editora Unesp, 2002. p. 61-76.

_____. História intelectual e história das mentalidades: uma dupla reavaliação. In: _____. *A história cultural*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 29-67.

_____. O mundo como representação. *Estudos avançados*, v. 11, n. 5, 173-191, 1991.

DIAS, E. B. *Revista da Escola Normal de São Carlos (1916-1923): um estudo sobre idéias e práticas educacionais*. 2009. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2009.

DUARTE, S. G. *Dicionário brasileiro de educação*. Rio de Janeiro: Antares: Nobel, 1986.

FERREIRA, A. B. H. *Novo dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

HILSDORF, M. L. S. As iniciativas dos republicanos. _____. *História da educação brasileira: leituras*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003. p. 55-68.

_____. As outras escolas da primeira república. In: _____. *História da educação brasileira: leituras*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003. p. 68-87.

HOCHMAN, G., LIMA, N. T. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitário da Primeira República. In: MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. (Org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, Centro Cultural Banco do Brasil, 1996.

INOUE, L. M. *Divulgando "novos" ideais de formação docente: a Revista de Educação (1921-1923)*. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007.

LEVI-MOREIRA, S. *São Paulo na Primeira República: as elites e a questão social*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MELO, V. G. *A Imigração Italiana e a transformação da estrutura econômico social do Município de São Carlos*. 1972. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

MORILA, A. P. Um monumento da avenida: Escola Normal de São Carlos. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 19, p. 40-62, set. 2005.

NASCIMENTO, J. C. *A escola de Baden-Powell: cultura escoteira, associação voluntária e escotismo de estado no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago, 2008.

NERY, A. C. B. *A Sociedade de Educação de São Paulo: embates no campo educacional paulista (1922-1931)*. 1998. 282 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

_____. *Em busca do elo perdido: a ação reformadora de Oscar Thompson e a formação de professores (1911-1923)*. 2009. Tese (Livre-docência) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.

_____. Prescrevendo Práticas e Saberes: as políticas para a formação de professores no Estado de São Paulo (1911-1930). In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5. 2004, Évora. *Anais...* Évora, 2004.

OLIVEIRA, L. L. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

OZELIN, J. R. *Revista da Escola Normal de São Carlos (1916-1923): a formação do professor*. 2006. 97 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2006.

PERECIN, M. T. G. A educação pública no interior do Estado de São Paulo: Piracicaba como modelo de experiência pedagógica no Estado de São Paulo durante a Primeira República. In: *Revista Anual Histórias Piracicabanas - Passado sem Poeira*. Piracicaba. ano 12, n. 12, 2005, p. 3-23.

PINTASSILGO, J. *República e formação de cidadãos: a educação cívica nas escolas primárias da Primeira República portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri, 1998.

PIROLLA, M. C. G. *Memórias do Instituto*. São Carlos: Camargo Artes Gráficas, 1998. 97 p.

PRADO, M. L. *A democracia ilustrada: o Partido Democrático de São Paulo*. São Paulo: Ática, 1986

ROCHA, H. H. P. *A higienização dos costumes: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925)*. Campinas: Mercado das Letras; São Paulo: Fapesp, 2003.

SILVA, E. C. da. *A configuração do habitus professoral para o aluno-mestre: a Escola Normal de São Carlos (1911-1929)*. 2009. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.

SILVA, E. C. da. *O professor ideal em Excelsior (1911-1916): a revista dos alunos da Escola Normal de São Carlos*. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2006.

SOUZA, R. F. A militarização da infância: expressões do nacionalismo na cultura brasileira. *Cadernos Cedes*, Campinas, ano 20, n.52, nov. 2000.

TANURI, L. M. História da formação de professores. *Revista Brasileira de Educação*, n. 14, p. 61-86, maio/ago. 2000.

_____. *O Ensino Normal no Estado de São Paulo (1890-1930)*. São Paulo: FEUSP, 1979.

THOMÉ, N. Escotismo: história de uma prática educativa extra-escolar. In: COLUBHE 2006, 2006, Uberlândia. *Anais do Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*. Uberlândia: UFU/ANPEd/SBHE, 2006. p. 4901-4913.

Artigos analisados

ANDRADE, Astor Dias de. A medicina escolar e o futuro de nossa nacionalidade. *Revista da Escola Normal de São Carlos*. São Carlos: Tipografia Artística, ano 2, n. 3, p. 41-49, 11 dez. 1917.

ARAÚJO, Elisiario Fernandes de. A Letra do Hymno Nacional. *Revista da Escola Normal de São Carlos*. São Carlos: Tipografia Tancredo Camargo, ano 6, n. 10, p. 25-27, jun. 1921.

_____. Instituições Patrioticas. *Revista da Escola Normal de São Carlos*. São Carlos: Tipografia Artística, ano 2, n. 3, p. 93-107, 11 dez. 1917.

AZEVEDO, Manoel de Mattos. Um redivivo (soneto). *Excelsior!*. São Carlos: Typographia Aldina, ano 1, n. 2, p. 13, 22 mar. 1912.

BENITA, Cora. Nossa nacionalidade. *O Raio Verde*. São Carlos. Ano 1, n. 13, p. 2, 31 maio 1918.

BORCHERS, Walter G. O fumo e seus efeitos. *Revista de Educação*. Piracicaba: Jornal de Piracicaba, v. 2, n. 3, p. 139-147, dez. 1922.

CARVALHO E SILVA, Tácito. Degradação da prole. *Revista de Educação*. Piracicaba: Jornal de Piracicaba, v. 2, n. 3, p. 131-135, dez. 1922.

CESAR, Carolina. Rio Branco. *Excelsior!*. São Carlos: Typographia Aldina, ano 1, n. 2, p. 21, 22 mar. 1912.

CUNHA, Euclides da. O valor de um symbolo. *Excelsior!*. São Carlos: Typographia Aldina, ano 2, n. 5, p. 3-4, 15 nov. 1913.

DORETTO, João. Guerra! *O Raio Verde*. São Carlos. Ano 1, n. 5, p. 1, 13 nov. 1917.

EDITORIAL. *Revista da Escola Normal de São Carlos*. São Carlos, ano 1, n. 1, p. 1, nov. 1916.

EXPEDIENTE. *Revista da Escola Normal de São Carlos*. São Carlos, ano 1, n. 1, p. 1, nov. 1916.

EXPEDIENTE. *Revista da Escola Normal de São Carlos*. São Carlos, ano 3, n. 4, jun. 1918.

FAUSTINO, Honorato. Assistência dentária escolar. *Revista de Educação*. Piracicaba: Jornal de Piracicaba, v. 1, n. 1, p. 3-7, maio 1921.

GONÇALVES, Arthur C. Em torno da hygiene escolar. *Revista de Educação*. Piracicaba: Jornal de Piracicaba, v. 1, n. 2, p. 144-151, ago. 1921.

J. F. C. O dever dos moços. *O Raio Verde*. São Carlos. Ano 1, n. 7, p. 1, 28 fev. 1918.

LEME, Ezequiel Moraes. Campos Salles e o Civismo. *Revista da Escola Normal de São Carlos*. São Carlos: Tipografia Joaquim Augusto, ano 3, n. 5, p. 80-88, dez. 1918.

MAIA, Carlos. Ave Patria. *O Raio Verde*. São Carlos. Ano 1, n. 13, p. 1, 31 maio 1918.

MENDONÇA, A. L. *O Raio Verde*. São Carlos. Ano 1, n. 2, p. 3, 6 out. 1917.

NO Semestre. *Revista da Escola Normal de São Carlos*, São Carlos, ano 4, n. 8, p. 108, jun. 1920.

NÓBREGA, A. Raggio. Ruy Barbosa. *Revista da Escola Normal de São Carlos*. São Carlos: Tipografia Joaquim Augusto, ano 3, n. 5, p. 47-68, dez. 1918.

NOTÍCIAS. *O Raio Verde*. São Carlos. Ano 1, n. 4, p. 3, 3 nov. 1917.

OLIVEIRA, Mariano de. Culto a Bandeira. *Revista da Escola Normal de São Carlos*. São Carlos: Tipografia Artística, ano 2, n. 3, p. 134-148, 11 dez. 1917.

OLIVEIRA E SOUSA. Guerra. *O Raio Verde*. São Carlos. Ano 1, n. 5, p. 1-2, 13 nov. 1917.

PONTES, Sebastião Paulo de Toledo. Pela Patria. *Revista da Escola Normal de São Carlos*. São Carlos: Tipografia Artística, ano 2, n. 3, p. 108-122, 11 dez. 1917.

PROENÇA, Antonio Firmino. A Bandeira Nacional: resumo histórico. *Excelsior!*. São Carlos: Typographia Aldina, ano 2, n. 5, p. 16-18, 15 nov. 1913.

PUOLI, Teresa. Educação da criança. *O Raio Verde*. São Carlos. Ano 1, n. 11, p. 1-2, 30 abr. 1918.

_____. Educação da criança. *O Raio Verde*. São Carlos. Ano 1, n. 13, p. 2-3, 31 maio 1918.

_____. Educação da criança. *O Raio Verde*. São Carlos. Ano 1, n. 14, p. 2-3, 8 jun. 1918.

RODRIGUES, João Lourenço. O Barão do Rio Branco: o mestre de civismo. *Excelsior!*. São Carlos: Typographia Aldina, ano 1, n. 2, p. 07-12, 22 mar. 1912.

SALLES, Dagoberto. A Moral Civica. *Revista da Escola Normal de São Carlos*. São Carlos: Tipografia Joaquim Augusto, ano 3, n. 5, p. 69-79, dez. 1918.

_____. Vida de um brasileiro que é uma lição de civismo (Campos Salles). *Revista da Escola Normal de São Carlos*. São Carlos: Tipografia Artística, ano 2, n. 3, p. 50-61, 11 dez. 1917.

SECRETARIA da Escola. Escola Normal (apontamentos). *Revista da Escola Normal de São Carlos*, São Carlos, ano 1, n. 2, p. 28-29, jun. 1917.

SILVEIRA, Carlos da. A lingua patria e a unidade nacional. *Revista da Escola Normal de São Carlos*. São Carlos: Tipografia Artística, ano 2, n. 3, p. 62-76, 11 dez. 1917.

_____. Culto Civico. *Revista da Escola Normal de São Carlos*. São Carlos: Tipografia Joaquim Augusto, ano 4, n. 7, p. 3-21, dez. 1919.

_____. Luiz Alves de Lima e Silva. *Revista da Escola Normal de São Carlos*. São Carlos: Tipografia Tancredo Camargo, ano 5, n. 9, p. 7-32, nov. 1920.

SODÉRO, Carlos Martins. A vida rural e a hygiene. *Revista de Educação*. Piracicaba: Jornal de Piracicaba, v. 2, n. 3, p. 148-154, dez. 1922.

SODÉRO, Carlos Martins. Hygiene popular (I). *Revista de Educação*. Piracicaba: Jornal de Piracicaba, v. 1 n. 1, p. 16-18, maio 1921.

_____. Hygiene popular (II). *Revista de Educação*. Piracicaba: Jornal de Piracicaba, v. 1 n. 2, p. 101-104, ago. 1921.

_____. Hygiene popular (III). *Revista de Educação*. Piracicaba: Jornal de Piracicaba, v. 2, n. 1, p. 15-20, maio 1922.

SOUSA, Donaria de. Nossa lingua. *O Raio Verde*. São Carlos. Ano 1, n. 8, p. 1, 15 mar.1918.

TOLEDO, João Augusto. A escola brasileira. *Revista da Escola Normal de São Carlos*. São Carlos: Tipografia Artística, ano 2, n. 3, p. 77-83, 11 dez. 1917.

_____. Os ideaes nacionaes e as escolas elementares. *Revista da Escola Normal de São Carlos*. São Carlos, ano 4, n. 8, p. 3-20, jun. 1920.

VILHENA, Domingos de. O escotismo como meio educativo. *Revista da Escola Normal de São Carlos*. São Carlos: Tipografia Tancredo Camargo, ano 6, n. 10, p. 18-24, jun. 1921.